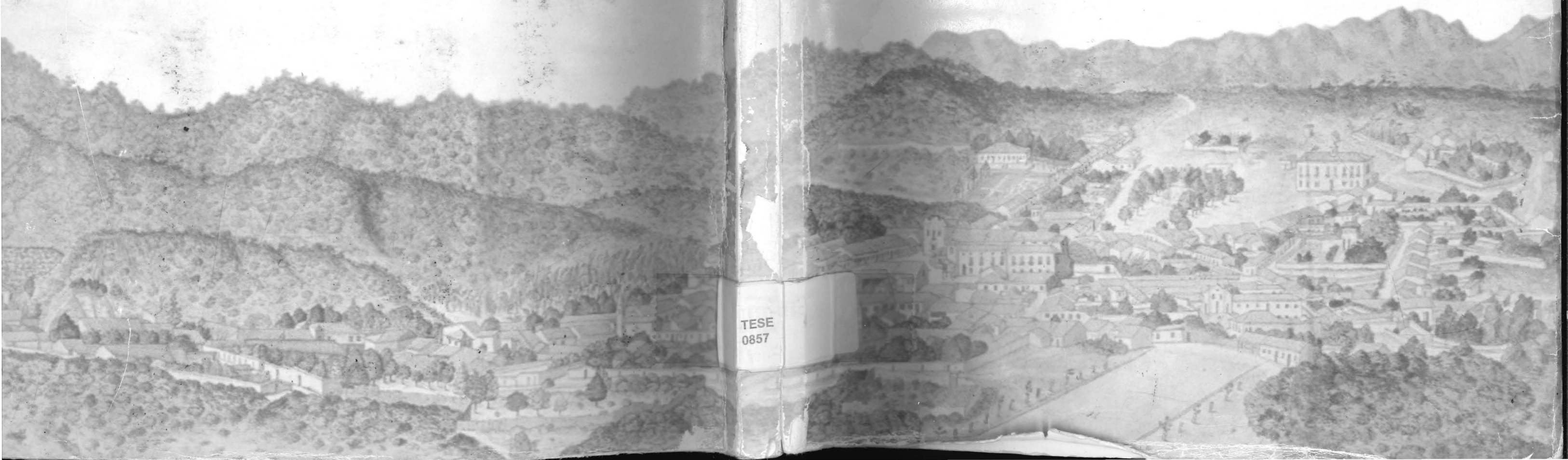


DEUSA MARIA RODRIGUES BOAVENTURA

ARQUITETURA RELIGIOSA
DE VILA BOA DE GOIÁS
NO SÉCULO XVIII

Prof. Dr. MÁRIO HENRIQUE SIMÃO D'AGOSTINO
orientador

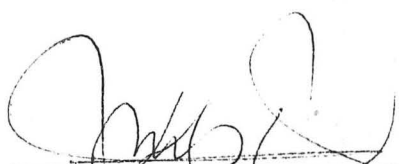
TESE
0857



FOLHA DE JULGAMENTO

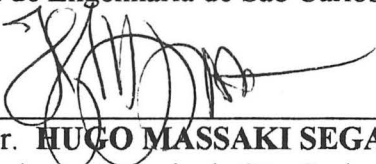
Candidata: Arquiteta **DEUSA MARIA RODRIGUES BOAVENTURA**

Dissertação defendida e julgada em 22-06-2001 perante a Comissão Julgadora:



Prof. Dr. **MÁRIO H. SIMÃO D'AGOSTINO (Orientador)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

aprovada



Prof. Dr. **HUGO MASSAKI SEGAWA**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

aprovada



Prof. Dra. **MARÍLIA MARIA B. TEIXEIRA VALE**
(Universidade Federal de Uberlândia - UFU)

aprovada



Prof. Doutor **CARLOS ROBERTO M. DE ANDRADE**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura



JOSÉ CARLOS A. CINTRA
Presidente da Comissão de Pós-Graduação da EESC

ARQUITETURA RELIGIOSA

DE VILA BOA DE GOIÁS

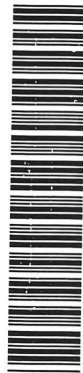
NO SÉCULO XVIII

DEUSA MARIA RODRIGUES BOAVENTURA

Serviço de Pós-Graduação EESC/USP
EXEMPLAR REVISADO
Data de entrada no Serviço: 04 / 09 / 01
Ass.: *Guilherme*

**ARQUITETURA RELIGIOSA
DE VILA BOA DE GOIÁS
NO SÉCULO XVIII**

DEDALUS - Acervo - EESC



31100036722

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA A OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA E
URBANISMO.

Orientador:
Prof. Dr. MÁRIO HENRIQUE SIMÃO D'AGOSTINO

EESC - USP
2001



AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que contribuíram para que esta dissertação pudesse ser realizada e é com satisfação que agradeço os auxílios e sugestões que me foram prestados. Assim, os meus sinceros agradecimentos:

ao meu orientador, professor Mário Henrique Simão D'Agostino, a quem dirijo o meu respeito e reconhecimento e com quem compartilho este trabalho, pelas incansáveis discussões, apoio e estímulo à pesquisa - um grande intelectual e mestre entusiasta que me soube guiar e apontar-me soluções que pareciam impossíveis;

ao professor Dr. Rafael Moreira, que gentilmente acolheu-me na Universidade Nova de Lisboa, sugerindo e indicando caminhos que me foram úteis e jamais esquecidos;

à banca examinadora, professora Marília Maria Brasileiro Vale e professor Hugo Segawa, que me apontaram sugestões indispensáveis desde o exame de qualificação;

ao programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da USP/São Carlos, que bem me recebeu com seus professores e funcionários;

à professora Cibele Saliba Rizek, que me aconselhou e me ajudou a tomar decisões fundamentais no início do curso;

ao professor Paulo Bertran, cujas entrevistas me enriqueceram;

aos companheiros de Departamento da Universidade Católica de Goiás, professores Dirceu Lima Trindade, Gustavo Neiva Coelho e Maria Heloisa Veloso e Zárate, pela oferta de seus trabalhos, livros, sugestões e discussões que contribuíram para o andamento da pesquisa;

ao Laerte, grande amigo e responsável pelo projeto gráfico da dissertação;

à professora historiadora Cristina de Cássia, da Universidade Federal de Goiás, que me auxiliou na indicação de arquivos, em Portugal e em Goiás, cedendo-me documentos de inestimável valor;

aos professores Luis Cláudio Bitencourt, Beatriz P. Bueno da PUC de Campinas, e Selma Miranda, de Belo Horizonte, pelo empréstimo de livros e indicações de arquivos;

aos professores Italiano Monini, da UCG, e Ildeu Coelho, da UFG, co-responsáveis pela minha decisão de fazer o mestrado;

aos colegas de mestrado, Maria Eliana Jubé (Lana), amiga e companheira de jornada de trabalho; Adriana Irigoyen; Rodrigo de Jesus e Stela Toledo; e uma atenção especial ao amigo Guilherme Mazza Dourado, que me enviou, sempre que necessário, livros das bibliotecas de São Paulo.

Também não quero deixar de lembrar todos os funcionários das instituições onde fiz consultas, aqui representados pelo Antônio César Caldas Pinheiro, do Arquivo do Centro de Pesquisa Histórica Dom Fernando. Em Portugal: Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional Torre do Tombo e Biblioteca Nacional de Lisboa. No Brasil: Arquivo Histórico de Goiânia, Arquivo do Instituto D. Fernando, Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Museu Frei Simão Dorvi da cidade de Goiás, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Biblioteca Mário de Andrade.

E, muito importante, os meus mais profundos e ternos agradecimentos ao meu companheiro de vida, Alberto R. Boaventura, e às minhas duas filhas, Lorena e Carolina, que sempre apostaram em mim, não me deixando desanimar perante as dificuldades e os percalços encontrados ao longo desses três anos.

Três dedicatórias especiais:

Educador é quem ensina, orienta, aconselha e é amigo; ao
Maique, meu grande professor.

Aos meus pais, pela minha existência.

Ao Alberto, Lorena e Carolina, pela razão do meu viver.

SUMÁRIO

RESUMO	11
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	
GOIÁS: ENTRE O BARROCO E O MODERNO	15
A ARQUITETURA DE GOIÁS E A HISTORIOGRAFIA REGIONAL	19
CAPÍTULO 1	
A IGREJA E A CIDADE	29
1.1 O URBANISMO PORTUGUÊS E A FORMAÇÃO DE VILA BOA DE GOIÁS	33
1.2 O ARRAIAL DE SANTANA E A IGREJA	37
1.3 UMA NOVA CONCEPÇÃO ESPACIAL: VILA BOA DE GOIÁS	42
1.4 AS REFORMAS URBANAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII	47
1.5 IGREJAS E LARGOS: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS	50
CAPÍTULO 2	
O EDIFÍCIO DA ORDEM SOCIAL	53
2.1 A ADMINISTRAÇÃO ECLESIASTICA EM GOIÁS	55
2.2 OS CONDICIONANTES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS	58
2.3 OS ESPAÇOS RELIGIOSOS E A CIDADE	62
CAPÍTULO 3	
AS CONSTRUÇÕES	69
3.1 OS ARTESÃOS DE VILA BOA	71
3.2 O CONTROLE DAS CONSTRUÇÕES	74
3.3. A EDIFICAÇÃO E A CONCEPÇÃO DAS IGREJAS	78

CAPÍTULO 4	
A ARQUITETURA DAS IGREJAS: REFERÊNCIAS TIPOLOGICAS	93
4.1 A ARQUITETURA PORTUGUESA E VILA BOA	96
4.2 IGREJAS BASILICAIS E DE NAVE ÚNICA: A DEFINIÇÃO DOS TIPOS	98
4.3 AS IGREJAS DE PLANOS CENTRALIZADOS: OS TIPOS OCTOGONAIS	107
4.3.1 ANTECEDENTES	107
4.3.2 A DIFUSÃO DOS TIPOS OCTOGONAIS NO BARROCO	109
CONCLUSÃO	119
BIBLIOGRAFIA	125
FONTES DOCUMENTAIS	131
LISTA DE FIGURAS	135

RESUMO

O estudo das igrejas setecentistas de Vila Boa de Goiás liga-se à história de sua formação urbana, em particular a três de seus momentos - o Arraial de Santana, a fundação da Vila e as intervenções de José de Almeida e Luís da Cunha Menezes. Cada um desses momentos foi marcado por diferentes práticas urbanísticas, desenvolvidas no contexto das experiências da Expansão Ultramarina, que cedeu ao edifício religioso uma posição relevante na organização do espaço urbano. Nesse contexto, tanto a construção das igrejas como o seu processo construtivo foram regulados por um complexo jogo social, relacionado a práticas de caráter hierárquico e segregacionista. Nele, os grupos de profissionais, em diferentes momentos, atuaram por arrematação de serviços, implicando notórias discontinuidades estilísticas, só atenuadas pelo respeito que manifestaram pela ordem espacial litúrgica, que repetiu a mesma lógica e hierarquia sociais. O vínculo com o contexto da Expansão Ultramarina ainda dialogou com a Metrópole e capitanias adjacentes, onde se encontram tipos retangulares e octogonais, característicos do quadro da arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás.

ABSTRACT

The study of the churches built during the 1700's in Vila Boa de Goiás is connected to the history of its own urban formation, and it is related to the three of its moments – Arraial de Santana, the foundation of the Vila and the interventions, which came from José de Almeida and Luís da Cunha Menezes. Each one of those moments was marked by different urbanistic practices, developed in the context of the experiences, in turn; they came from the Ultramarine Expansion that gave to the religious building an important position in the organization of the urban space. In that context, as much the construction of the churches as its constructive process they were regulated by a complex social game, related to practices of hierarchical character and segregationist. In that process, the professionals' groups, in different moments, had service auctions, which implied well-known stylistic discontinuity, only lessened by the respect that they manifested for the liturgical space order, which repeated the same logic and social hierarchy. The link with the context from the Ultramarine Expansion was still related to the Metropolis and adjacent captaincies, where the constructions are rectangular

INTRODUÇÃO

GOIÁS: ENTRE O
BARROCO E O
MODERNO

Embora o barroco brasileiro venha sendo um tema estudado e discutido nos últimos decênios, a arquitetura setecentista da antiga Capitania de Goiás tem sido objeto de pouca atenção da historiografia artística brasileira.¹ Essa questão, ao que parece, pode estar associada à idéia de marginalidade e decadência da região, que se desenvolveu, desde o século passado, com as visitas feitas a Goiás por viajantes estrangeiros, como Aires de Casal, Auguste de Saint-Hilaire, D'Alincourt, Johann Emmanuel Pohl, Raymundo José da Cunha Mattos, Burchell, Gardner, Castenau, Spix e Martius.²

Esses viajantes, ao deixarem testemunhos sob a forma de diários, memórias, guias de viagem ou relatórios, avaliaram pejorativamente não só Vila Boa de Goiás como também outras cidades coloniais brasileiras, sempre guardando distância para informar sobre uma realidade de que nunca se sentiram fazendo parte.

No entanto, “não se abstiveram de as descrever tomando como modelo comparativo as suas cidades de origem ou residência (...). Foi por isso que o contato com muitos desses aglomerados em solo tropical deixou impressões nem sempre aprazíveis. Sentiam falta do conforto, dos equipamentos sofisticados das suas cidades, da ópera, do teatro, cuja produção local consideravam medíocre, escandalizando-se com a falta de higiene e salubridade que ameaçavam a saúde das comunidades urbanas”.³

Em Goiás, os olhares viajantes que prevaleceram e se fixaram no nosso imaginário não foram os que exaltaram os aspectos pitorescos da província, mas os que testemunharam as impressões negativas sobre a cidade de Vila Boa, como relatou Auguste de Saint-Hilaire:

¹ No artigo “Da terra: madeira e barro como suporte para a cor e o ouro”, Aracy Amaral chama a atenção para a importância do estudo da arquitetura de pequenas igrejas, incluindo a capela goiana Nossa Senhora da Abadia: “Talvez por que lhes falte a escala do “maior”? Porque mais interessados pelos momentos do apogeu, correspondem a um período arcaico de nosso passado artístico, miscigenado por natureza?” AMARAL, Aracy. “Da terra: madeira e barro como suporte para a cor e o ouro”. In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte: SPHAN/ UFOP, n. 12, 1982/3. p. 281.

² Aires de Casal é considerado o primeiro viajante a fazer um relato sobre Goiás, em 1817. Leite Moraes e Oscar Leal também foram cronistas que passaram por Goiás, embora não estrangeiros.

³ MILHEIRO, Ana Cristina Fernandes Vaz. “Um olhar intruso: o mundo urbano brasileiro narrado através da sensibilidade do estrangeiro”. *VI Seminário de história da cidade e do urbanismo*. Natal, 24/27 de out. de 2000.

(...) construída numa baixada, onde o ar não circula como nas montanhas e nas planícies; onde a água parece pouco salubre e o calor é quase sempre sufocante durante a seca; onde, enfim, a umidade deve ser muito grande na estação das chuvas, essa cidade, repito, não pode ser própria aos homens de nossa raça.⁴

Associados às descrições da cidade, Nars Fayad Chaul⁵ diz encontrar também os comentários de Pohl e D'Alincourt sobre a precariedade das estradas e acessos a Goiás, que colocaram a capitania, a partir do século XIX, numa situação de total isolamento em relação aos trajetos comerciais e as áreas mais desenvolvidas do Brasil. Esses fatos ajudaram a justificar a penúria e o estado de atraso e solidão em que se encontrava a região. E foi nesse contexto de pobreza e decadência que a arquitetura de Vila Boa foi identificada por Saint - Hilaire como medíocre, pequena, sem beleza, mesquinha e sem solidez.⁶

Assim, esses olhares dos viajantes oitocentistas deixaram como herança para o Estado o estigma do retrocesso, do ócio e do isolamento que, provavelmente, contribuíram para o descaso com a sua historiografia artística, negando-se os pesquisadores, em sua grande maioria, a estudar o seu patrimônio em seus diferentes aspectos, esquecendo-se da arte que se produziu na região, como atestam os poucos estudos que foram realizados sobre a arquitetura setecentista de Vila Boa.

Atualmente, estudiosos como Nasr Fayad Chaul vêm trazendo à investigação novas leituras e análises que problematizam os equívocos formados ao longo do século XIX e meados do XX, e que marcaram a região com traços de pobreza. Segundo ele, com o paradigma da decadência se confundem crescimento econômico e desenvolvimento social. Dessa forma, o declínio do ciclo do ouro ficou estigmatizado por uma visão que possui suas raízes na idéia de atraso:

Em torno da imagem da decadência, vai girar todo o universo interpretativo acerca da sociedade goiana que transitou da mineração para a agropecuária. A partir da idéia de um pretensão desenvolvimento da sociedade mineradora, criou-se o posterior espectro de decadência que passa a rondar e sociedade após a mineração.⁷

O trabalho de Chaul abre outras possibilidades interpretativas para a arquitetura local, permitindo entendê-la a partir de uma perspectiva que, além de desconsiderar conceitos atrelados à idéia de decadência, também desconsidera aqueles tradicionalmente consolidados no âmbito da historiografia brasileira e mais diretamente comprometidos como os princípios do modernismo. Para melhor defi-

⁴ Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 51.

⁵ "Por isso, a ausência de estradas, ou as péssimas condições, faziam parte de todos os discursos e clamores da época, desde os viajantes até os historiadores contemporâneos que analisaram a Província de Goiás". CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 1997. p. 46.

⁶ "(...) a igreja paroquial e uma outra igreja menor situam-se numa dessas praças que é chamada de terreiro do passo. A outra, que é maior, fica localizada numa das extremidades da cidade. Nela se encontram a casa da câmara e o quartel, e no seu centro há um chafariz. A arquitetura deste me pareceu medíocre, mas pelo menos não é grotesca". Saint-Hilaire, Auguste de. *Op. cit.* p. 51.

"Quando falo de prédios públicos não se deve imaginar que se trata dos enormes edifícios que se vêem na Europa. Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza e até mesmo, segundo dizem, sem solidez". Idem. p. 51.

⁷ CHAUL, Nasr Fayad. *Op. Cit.* p. 16.

nir essas possibilidades, convém colocar em tela esses dois valores com os quais o estudo da arquitetura local se estabeleceu no passado.

A ARQUITETURA DE GOIÁS E A HISTORIOGRAFIA REGIONAL

No quadro da literatura artística de Goiás, os autores Eduardo Etzel, Luis Palacin, Paulo Bertran e Gustavo Coelho foram os que mais publicaram sobre a arquitetura e urbanismo coloniais, e esse reduzido número de autores e publicações não forma um conjunto historiográfico homogêneo: ora apresenta vínculos com o conceito de decadência, como Palacin e Bertran,⁸ ora se aproxima de Sylvio de Vasconcellos e Paulo Santos, compartilhando formulações teóricas provenientes da arquitetura moderna, como Eduardo Etzel e Gustavo Coelho.

Examinar, portanto, as leituras que se aproximam da visão dos viajantes do século passado, bem como as concepções teóricas de Sylvio de Vasconcellos e Paulo Santos, constitui um importante passo para a compreensão da historiografia de Goiás, na medida em que foram importantes marcos de referência para os autores locais.

A interpretação a que se vinculam esses dois autores iniciou-se com a revalorização da arte colonial a partir da década de 20, impulsionada por intelectuais e artistas do chamado "movimento modernista", liderados por Mário de Andrade e Lúcio Costa. Ao primeiro, deve-se a responsabilidade da conceituação do tema da "originalidade nacional" e, a Lúcio Costa, um tipo de leitura interpretativa baseada na idéia de "espírito de época" e "evolução artística", que marcou significativamente a historiografia tradicional e transformou-se em um dos maiores eixos epistemológicos de várias obras da literatura artística nacional. Correlata a essas leituras, e concomitante a elas, encontra-se também a que busca explicar as formas artísticas segundo os condicionantes tecnológicos e geográficos das diferentes regiões do país, e cujos importantes representantes nacionais são Sylvio de Vasconcellos e Carlos Lemos.

A leitura da História da Arte que se fundamenta numa idéia evolucionista dos objetos artísticos recupera uma historiografia de procedência hegeliana,⁹ que se orienta pelos grandes períodos da história universal, suas mudanças, evoluções e exaltação de valores nacionais. Segundo essas considerações, a forma artística é reconhecida como o resultado de um conhecimento deduzido de um sistema maior, no qual se encontram todos os aspectos de uma cultura. Diferentemente, mas bastante correlacionada à visão da cultura como totalidade, as interpretações que adotam os aspectos tecnológicos e geográficos como condicionantes da forma arquitetônica encontram-se sob a influência, desde a segunda metade do século passado, de uma das maiores referências teóricas da historiografia artística:

⁸ "Esta geração de historiadores, que procurou analisar a história da Província de Goiás, manteve a tese da decadência, embora já se note uma diversificação nas razões explicativas do fenômeno. Alguns colocam ênfase nos aspectos econômicos, outros na política e administração da época, muitos na formação do povo, na questão da raça, destacando aspectos levantados pelos viajantes, como o ócio, o marasmo e a preguiça. Em todos eles, a idéia fixa da decadência permaneceu como um marco inquestionável até os anos 90. Dessa safra, destaca-se Paulo Bertran que, já em fins dos anos 70, relativiza a questão (...)." Idem. p. 64

⁹ "A história do mundo representa [...] a evolução do reconhecimento por parte do espírito da sua própria liberdade [...]. Cada passo, por ser diferente de qualquer outro, tem seu próprio princípio determinado e peculiar. Na história, tal princípio se converte na determinação do espírito, um particular espírito nacional. Eis aqui onde expressa concretamente todos os aspectos de sua consciência e vontade, sua realidade total". HEGEL. In: GOMBRICH, E. H. *Ideales e ídolos: Ensayos sobre los valores en la historia y el arte*. Barcelona: Gustavo Gili Arte, 1991. p.37.

Gottfried Semper, historiador vienense e representante máximo da concepção positivista da História da Arte, como diz Sòla Morales:

No caso de Semper, arquiteto não só teórico mas grande construtor na Europa Central, havia que buscar a explicação dos tipos essenciais das formas artísticas nas técnicas produtivas que as tinham configurado na sua origem e evolução (...). As formas têxteis ou cerâmicas mais elementares estariam na origem das formas mais artísticas mais complexas, e estas teriam sua origem não diretamente na mimese da realidade, senão nas possibilidades oferecidas pelo tipo de urdidura utilizada ou pelo uso do torno e da incisão mais simples e econômicas.¹⁰

A grande maioria dos textos publicados sobre o Barroco no Brasil situa-se, comumente, na junção dessas duas correntes,¹¹ podendo-se afirmar que elas foram os parâmetros mais recorrentes nos estudos de história da arquitetura brasileira.

Segundo Marcelo Puppi,¹² as obras de Lúcio Costa foram as precursoras desse tipo amalgamado de abordagem, encontrando-se, nas suas várias publicações, que não estão reunidas em um único volume, diga-se de passagem, mas em vários escritos, a interpretação da arquitetura brasileira a partir das condições do meio, com as destacadas dificuldades materiais de toda ordem, desde a falta de mão de obra até as enormes distâncias. Com Lúcio Costa, consolidaram-se efetivamente as análises a partir dos supostos modernistas dos condicionantes históricos ou tecnológicos, visando particularmente a alcançar o entendimento sobre a forma e a genealogia dos estilos:

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico, e social, consideradas no seu sentido mais amplo, o "programa", isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida a "técnica", quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o "partido", ou seja, de que maneira, com a utilização dessa técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa (...).¹³

A sua abordagem está claramente comprometida com paradigmas e conceitos modernos, como partido, intenções plásticas, programa de necessidades e com a concepção da arte como expressão de uma cultura específica, oferecendo possibilidades aos historiadores de explicação das formas artísticas a partir de valores autônomos, nascidos da acentuação de especificidades nacionais e regionais. Acreditava ele, de acordo com Aracy Amaral, que as primeiras manifestações de uma arte realmente brasileira encontravam-se nas antigas capelas mineiras feitas pelos paulistas.¹⁴

¹⁰ SOLÀ - MORALES. "Prólogo a la edición castellana: Teoría e Historia del arte en la obra de Alois Riegl." In: RIEGL, Alois. *Problemas de estilo. Fundamentos para una historia de la ornamentación*. Trad. De Frederico M. Saller. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980.

¹¹ Nessa linha historiográfica estão Lúcio Costa, Sylvio de Vasconcellos, Paulo Santos, Carlos Lemos, dentre outros.

¹² PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*. Campinas: Pontes, 1998. p. 18-32.

¹³ Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 60 anos: a revista*. Org. Ítalo Campofiorito. Rio de Janeiro: IPHAN. n. 26. 1997. p. 107.

¹⁴ "Lúcio Costa denominaria de primeiras manifestações de arte realmente brasileiras essas capelas mencionadas de São Paulo, no contexto de uma história da arte que, em nosso país, apenas se iniciou de fato em meados ou fins do século XVII". AMARAL, Aracy. "Da terra: Madeira e barro como suporte para a cor e o ouro". In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte: SPHAN/UFOP, n. 12, 1982/3. p. 281.

Corroborando essa posição, diz Marcelo Puppi:

Esse comprometimento fica claro na formulação teórica de Lúcio Costa, quando se percebe os vínculos de suas leituras à constante busca das raízes da nação, dificultando o estabelecimento das necessárias conexões e intercâmbios com o panorama internacional. Como resultado desse trabalho, a ênfase em suas análises sempre foi a da busca de um espírito geral de nossa arquitetura e num modelo histórico que se baseou, fundamentalmente, na noção de funcionalidade do moderno.¹⁵

Na mesma matriz teórica de Lúcio Costa, encontram-se Sylvio de Vasconcelos, Paulo Santos, Germain Bazin, Robert Smith e outros de sua geração, cujos princípios teóricos podem ser inferidos das suas análises da arquitetura mineira, como aqueles, por exemplo, que relacionam o desenvolvimento das formas a processos evolutivos, a espírito de época ou a condicionantes regionais.

Nos seus estudos das igrejas ouropretanas, Paulo Santos avalia os processos evolutivos das formas:

(...) a evolução dos partidos em planta é muito bem caracterizada pela linha geral da Composição e pelas respectivas formas e proporções; principalmente das naves e das torres. As formas, a princípio rígidas, foram amolecendo e se arredondando, ao mesmo tempo que as proporções, de pesadas, robustas, foram se arredondando, adquirindo elegância. Como conseqüência, a disposição geral, enquadrada numa marcação muito forte, fechada, fracionada em compartimentos muito distintos, foi se tornando flexível, elástica, amalgamando-se os compartimentos principais (...).

(...) A matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e a igreja São Francisco de Assis caracterizam muito bem o "sentido" em que se processou essa evolução, representando a primeira a fase inicial e a segunda, a final.¹⁶

De acordo com essa sua compreensão, a arquitetura mineira teria se iniciado pelas tradicionais formas retangulares, até chegar a uma progressiva complexidade formal curvilínea, cujos termos seriam as igrejas do Rosário de Ouro Preto e São Pedro de Mariana, com plantas formadas de elipses entrelaçadas.

Aqui, o viés semperiano cede lugar a uma abordagem de caráter formalista, na medida em que se observa uma clara contraposição entre as formas estáticas, rígidas e de unidade simples e as mais dinâmicas, flexíveis e de unidade mais complexa, marcando, assim, o processo evolutivo. Essa perspectiva evolucionista é influenciada, sobretudo, pelos teóricos Alois Riegl e Heinrich Wölfflin, que minimizaram os determinantes de ordem técnico-material e valorizaram a lógica das formas. Sylvio de Vasconcellos também se aproxima desse ponto de vista:

As plantas de nossos templos, desde os primeiros séculos, preferem os partidos retangulares de origem basilical, que, excepcionalmente, evoluem para soluções poligonais e circulares de origem bizantina, revividas, no barroco, principalmente por Borromini.¹⁷

¹⁵ PUPPI, Marcelo. *Op. cit.*, p. 18.

¹⁶ SANTOS, Paulo. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro preto*. Rio de Janeiro: Kosmos. 1951. p. 131-132.

¹⁷ VASCONCELLOS, Sylvio de. "A arquitetura colonial mineira". In: ÁVILA, Afonso. *Teorias e análise do Barroco*. São Paulo: Perspectiva. 1997. p. 363.

De outro lado, essa mesma abordagem formalista vem alinhada às correntes teóricas que valorizam as condições do meio como propulsoras do processo evolutivo. Entendido como determinante máximo da evolução das formas, o estudo dos condicionantes do meio predomina na maioria das investigações sobre arquitetura brasileira, como se observa nas interpretações de Sylvio de Vasconcellos:

Meio antes de tudo hostil, rude, difícil, sem transportes, sem recursos de subsistência, desatendido pelo poder Real, que só visava ao ouro a qualquer modo obtido. Sertão bravo, afastado do litoral, que se beneficiava do transporte marítimo, com um clima substancialmente diverso do da metrópole e secas periódicas, o calor, os bichos do mato, a mão escrava inteiramente dedicada à mineração, todos esses fatores que não podiam, de fato, propiciar uma arquitetura mais notável (...)¹⁸

Também Carlos Lemos apóia suas explicações nesses parâmetros. Sua compreensão da arquitetura enfatiza, particularmente, o conceito de “partido”, entendido como “uma conseqüência formal derivada de uma série de condicionantes ou determinantes [da criação de espaços]; seria o resultado físico da intervenção sugerida”.¹⁹

Nesse enfoque, suas análises fundamentam-se na maneira como os aspectos econômicos, geográficos e tecnológicos, tais como clima, relevo, materiais disponíveis e mão de obra, atuam e condicionam a forma, explicando a arquitetura que se multiplicou no litoral brasileiro como fruto de “transferências” de modelos europeus adaptados às condições climáticas da região. E, para as culturas isoladas, implantadas em locais distantes do litoral, como São Paulo e Minas Gerais, ele avalia a “recriação” dessas formas condicionadas pelos aspectos geográficos e tecnológicos, configurando obras com características inerentes às condições regionais, que permitiram a criação de uma arquitetura verdadeiramente brasileira.

Em Goiás, as publicações divulgadas sobre a arquitetura colonial local também adotaram pressupostos interpretativos semelhantes, embora nem sempre explícitos.

Em *O barroco no Brasil*²⁰ e *Arte sacra: berço da arte brasileira*,²¹ Eduardo Etzel apresenta o mais completo dossiê sobre a arquitetura religiosa setecentista em Goiás. Foi o primeiro autor a levantar informações sobre essa arquitetura e a interpretá-la, baseado fundamentalmente na bibliografia brasileira e na coleta de informações locais, reunindo importantes dados para um retrato da arte goiana. Seus estudos apresentam um quadro geral sobre as condições históricas e culturais da antiga capitania, seguido da catalogação dos edifícios religiosos existentes e do levantamento dos seus retábulos e imagens.

Esse seu trabalho pioneiro constitui um glossário descritivo dos monumentos existentes no Estado, um mapa da arquitetura religiosa de Goiás e, portanto, uma importante referência para estudos posteriores. Nele se encontram as primeiras exposições interpretativas da arquitetura goiana que se

¹⁸ *Op. cit.*, p. 352.

¹⁹ LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. p. 9.

²⁰ ETZEL, Eduardo. *O barroco no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

²¹ ETZEL, Eduardo. *Arte sacra: berço da arte brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

vinculam às concepções evolutivas da forma associadas à idéia de “partidos”. Etzel diz ter encontrado, em Goiás,

(...) o partido mais simplificado de igrejas coloniais. Um primeiro tipo com a nave retangular com telhado de duas águas, de amplos beirais, com a simples empena ou já, raramente, com o frontão triangular. Desse partido inicial o estágio seguinte - o segundo tipo - são as igrejas assim simples, mas com torres cobertas com alto telhado de quatro águas, encurvado e com beirais.²²

E seu trabalho termina também por incorporar a visão decadente dos viajantes estrangeiros para justificar a simplicidade da arquitetura local. Em suas conclusões, diz:

Estudando o barroco dessa imensa região, nada pude registrar da arquitetura, já que ela pouco ou nada tem de barroco. Ative-me assim ao interior dos templos, descrevendo os retábulos e estudando os percalços de sua construção. No presente estudo, pretendo contemplar aquelas informações com a visão do exterior desses mesmos templos, cuja construção está intimamente ligada aos acontecimentos sócio econômicos do século XVIII, o que torna imperioso o registro deste aspecto próprio do início das artes dentro do panorama brasileiro.²³

Em *Notícias gerais da capitania de Goiás*, importante referência documental para a história de Goiás, publicada por Paulo Bertran, também encontram-se conceitos e entendimentos que relacionam a forma arquitetônica com as condições tecnológicas e regionais. Para Paulo Bertran:

(...) a arquitetura [de Goiás] sujeitou-se à ditadura do barro e da madeira. Até mesmo o amálgama da taipa de pilão foi rareado, talvez por conta, por falta de uma química de materiais satisfatória.

É possível que a investigação geológica da disponibilidade de materiais construtivos melhor explique essa engenharia sertaneja, essa arquitetura Planaltina, do que propriamente a reminiscência cultural de design indígena, ou piratiningano ou lusitana.²⁴

Em recente artigo, “500 Anos: Algumas reflexões à margem do vernáculo histórico de arquitetura brasileira”,²⁵ Bertran não só se apresenta como seguidor dos historiadores modernistas clássicos,²⁶ como também identifica a arquitetura de Goiás como fruto das raízes locais, de caráter fundamentalmente vernacular, nomeando-a *Vernáculo barroco colonial brasileiro*. Nesse mesmo artigo, sua interpretação demonstra também um certo desinteresse pelos vários intercâmbios artísticos que a capitania de Goiás manteve com Portugal e capitanias adjacentes. Conclui, por todas as suas observações de pesquisador e historiador,

²² *Op. cit.*, p. 139.

²³ *Idem.* p. 198.

²⁴ BERTRAN, Paulo. *Notícia geral da Capitania de Goiás*. Goiânia: UCG, UFG; Brasília: Solo Editores, 1996. p. 51. 2 v.

²⁵ BERTRAN, Paulo. “500 Anos: Algumas reflexões à margem do vernáculo histórico de arquitetura brasileira”. In: *Revista Momento*. Goiânia: UCG, n. 8, abril de 2000.

²⁶ “No que nos habituamos chamar de vernáculo barroco colonial brasileiro talvez tão só tenhamos uma idéia tornada em ideologia, crescida à sombra da grande e genial árvore do inventor do patrimônio histórico brasileiro – Rodrigo de Mello Franco – estendendo suas generosas galhadas por sobre Lucio Costa, Niemeyer, Sylvio de Vasconcellos e toda a primeira geração da moderna arquitetura brasileira”. BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* p. 5.

(...) que pouco existe de arquitetura colonial brasileira, a menos que a consideremos apenas como marco político, o que não pode ser determinante em matéria de tradições construtivas. Existe arquitetura antiga devidamente miscigenada com inevitáveis estilos e modas do grande ramo do vernáculo ocidental – mas estrutural, funcionalmente e mesmo arquitetonicamente é fundada coisa brasileira.²⁷

As conclusões de Gustavo Coelho sobre a arquitetura nas vilas do ouro não diferem substancialmente das de Bertran. Para ele, “a arquitetura goiana é, então, dentro de toda essa simplicidade que a caracteriza, um misto de elementos construtivos e programáticos trazidos quer por paulistas quer por portugueses e elaborados de uma forma bem própria e com características regionalizadas”.²⁸ Quando discute esse tema em sua dissertação de mestrado, compreende também a arquitetura através de concepções que justificam as formas a partir dos condicionantes do meio físico, que explicam as características regionalizadas da arte. Considera que:

(...) os exploradores paulistas tiveram problemas com a implantação, nesse novo território, da arquitetura característica de sua região de origem, principalmente em decorrência de ser um terreno acidentado das regiões de mineração impróprio para construções que utilizassem as técnicas construtivas empregadas por esses desbravadores. Como consequência, vão surgir novas interferências portuguesas, como adoção de técnicas e elementos construtivos que, adaptados às questões regionais de clima, topografia e materiais disponíveis, produzem uma arquitetura com características próprias, que estarão mais de acordo com as especificidades da região a ser ocupada.²⁹

Já no artigo “Construções religiosas do período colonial existentes na região de Vila Boa: 1727/1793”, Gustavo Coelho, apesar de minimizar essa interpretação, ainda deixa aflorar vestígios da influência de Etzel, cuja leitura se guia pelos olhares dos antigos viajantes do século passado. Diz que:

Vários fatores podem ser enumerados entre os que provavelmente contribuíram para a existência de tais diferenças [entre a arquitetura de Minas Gerais e de Goiás]. Entre elas, podemos citar a distância dos centros culturais do litoral (...). Assim de acordo com Etzel, os aventureiros detentores de um grau cultural mais elevado, ao se dedicarem à atividade da mineração, privilegiavam a região de Vila Rica, ficando para as regiões mineradoras mais distantes o interesse dos aventureiros mais rudes, com nível cultural menos avançado, exatamente aqueles dispostos a enfrentar as grandes distâncias e todo tipo de dificuldades, especialmente as relacionadas a questões de abastecimento e de assistência.³⁰

De modo geral, Gustavo Coelho descreve e registra cuidadosamente a história dos monumentos goianos. Dentre todos os estudiosos do assunto, foi o que maior contribuição trouxe para a historiografia arquitetônica colonial de Goiás. Seu trabalho, de grande pesquisa documental, foi o

²⁷ Idem. p. 4-5.

²⁸ COELHO, Gustavo Neiva. *A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa*. Dissertação de mestrado. Goiânia: UFG, 1997. p. 190

²⁹ Idem. p. 189

³⁰ COELHO, Gustavo Neiva. “Construções religiosas do período colonial existentes na região de Vila Boa: 1727/1793.” In: *Revista Fragmentos de Cultura*. Goiânia: UCG/IFITEG. v. 9, n. 3, maio, junho 1999. p. 612.

primeiro a avançar sobre as questões formais e as dos elos que ligam os tipos da arquitetura goiana com os de outras regiões.

Outra publicação local, *Patrimônio histórico de Goiás*, de autoria de Luís Palacin e Ana Maria Borges, traz dados históricos gerais sobre os antigos edifícios remanescentes de toda a Capitania. No entanto, mesmo não sendo um trabalho analítico, em algumas das suas exposições incorpora o conceito de decadência provindo dos viajantes, como se pode observar nessa passagem:

A penúria da época em que foram construídos esses edifícios explica suas proporções modestas – com exceção do edifício da Câmara, rico apesar da decadência, por ser Vila Boa a única vila na Capitania e receber, portanto, a metade da arrecadação dos outros arraiais. A proliferação das construções – sete igrejas construídas entre sessenta e noventa – talvez encontre sua explicação no desemprego pela decadência da mineração.³¹

Essas são, no geral, as interpretações que se formaram no quadro da historiografia artística de Goiás. No conjunto, apresentam-se como trabalhos importantes, principalmente quanto ao “corpus” documental. Mas esse acervo cultural, porque pioneiro, merece acréscimos advindos de interpretações mais afastadas dos princípios da arte moderna como parâmetros de avaliação de monumentos do passado, bem como das leituras que apostam na regionalidade da arquitetura a partir de condicionantes geográficos e tecnológicos, e do conceito de decadência.

A última metade do século XX tem se empenhado em rever esses pressupostos e em buscar novas interpretações e abordagens. Nesse sentido, Myrian de Oliveira aponta caminhos balizados por um estudo fundamental, publicado em 1955, na cidade de Nova York, pelo pesquisador John Bury, um ano antes da publicação, em Paris, do livro de Germain Bazin. Nesse estudo, Bury apresenta um outro ponto de vista em relação aos processos evolutivos e contínuos da arquitetura de Minas Gerais, exemplificados pelas igrejas do Rosário de Ouro Preto e São Pedro de Mariana. Para ele, ao invés de marcos finais de um processo evolutivo que se desenvolveu na colônia, são essas igrejas caracterizadas como um episódio isolado de uma breve “fase barroca” na arquitetura da região, entre 1740 e 1760 aproximadamente, antecessora do rococó da segunda metade do século.³²

O trabalho de Bury, junto aos de Rafael Moreira, Horta Correia, José Fernandes, Myrian de Oliveira, Manuel Teixeira e Margarida Valla, pesquisadores portugueses e brasileiros que se dedicam ao estudo da arquitetura e do urbanismo, vêm abrir possibilidades para novos enfoques e reflexões sobre a arte colonial, capazes de complementar os estudos anteriores.

No âmbito específico da arquitetura portuguesa, o texto de George Kubler, “Portuguese Plain Architecture between Spices and Diamonds (1521-1706)”, foi a marca propulsora do início de uma nova etapa da historiografia artística lusitana, com a identificação de uma grande corrente artística denominada “chá” que, segundo Carlos Lemos, se estendeu e alcançou o Brasil, sendo a representante

³¹ BORGES, Ana Maria. PALACIN, Luís. *Patrimônio histórico de Goiás*. Brasília: SPHAN. 1987. p. 9.

³² OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso em Minas Gerais e seus antecedentes europeus*. Paris: Université Catholique et Lettres, 1990. p. 4. 2 v.

de “quase toda a produção da arquitetura brasileira do século XVI aqui levada a efeito pelos arquitetos portugueses, incluídos entre os construtores militares e entre os padres jesuítas.”³³

Assim, verificar as possíveis influências dessa e de outras vertentes na arquitetura setecentista de Vila Boa pode constituir um terreno bastante fértil, na medida em que a colônia sempre manteve um diálogo com Portugal, mesmo em regiões mais centrais, como aponta Rafael Moreira:

É em Minas Gerais que devemos acompanhar o seu prosseguimento [artístico, que tinha como ponto de partida o litoral], combinado com novas importações culturais da metrópole, já não no estilo da corte, mas do foco provinciano nortenho, numa síntese deveras feliz. Os seus frutos não podiam ser mais delicados, criando esse peculiar gosto pelo rococó que o celebrou, mas cujas raízes estão mais no Minho e no estudo da tratadística e de gravuras barrocas europeias do que em qualquer outro lado.³⁴

A partir dessas considerações, o presente estudo sobre a arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás caracteriza-se, em primeiro lugar, pelo abandono de conceitos como o de história universal, progresso, decadência e princípios que orientaram as interpretações da arte moderna. Sua realização não se atem apenas às leituras consagradas que entendem a arquitetura sobretudo como uma relação direta dos processos evolutivos formais, dos condicionantes geográficos e dos recursos tecnológicos. Mais do que trabalhar com as especificidades regionais, privilegiou-se entender essa arquitetura a partir de um universo cultural, Vila Boa de Goiás, formado por uma realidade complexa que aponta orientações interpretativas diferentes das que foram consolidadas pela historiografia tradicional.

A pesquisa iniciou-se segundo uma criteriosa reavaliação das fontes documentais, manuscritos e imagens, no sentido de buscar novas informações sobre os planos arquitetônicos, sobre os autores das obras, os desenhos e as fases de execução dos edifícios, realizados por diferentes grupos de artesãos. Considerou também a importância das igrejas na formação da cidade, suas formas de implantação e a articulação que elas estabeleceram entre si e com o seu entorno. O entendimento da organização do trabalho do artesão goiano setecentista, de seus aspectos burocráticos, da estrutura dos canteiros de obras e das participações dos erectores foi de grande importância na medida em que proporcionou estabelecer uma relação da arquitetura com os diferentes agentes do processo construtivo. Por fim, a pesquisa também buscou identificar os tipos arquitetônicos existentes na Vila, através dos vários intercâmbios que ela manteve com a metrópole portuguesa e com as capitanias de Minas Gerais e de São Paulo, regiões adjacentes que muito influenciaram Goiás.

A organização da dissertação desenvolveu-se em quatro momentos de estudo, que se apresentam em quatro capítulos que discorrem sobre as características da arquitetura religiosa de Vila Boa em diferentes aspectos.

Em *A igreja e a cidade*, discute-se a importância atribuída ao edifício religioso na formação e articulação do espaço urbano de Vila Boa, a partir de três momentos caracterizados por práticas de

³³ LEMOS, Carlos. “No Brasil, a coexistência do maneirismo e do barroco até o advento do neoclássico histórico”. In: ÁVILA, Afonso. *Barroco: teoria e análise*. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 237.

³⁴ MOREIRA, Rafael. “A arte luso-brasileira: modelos, síntese, autonomia”. In: *História da Expansão Portuguesa*. Portugal: Círculo de leitores e autores, 1988. p. 487.

“fazer cidades” bastante diferenciadas: no Arraial de Santana, encontram-se as marcas do mais tradicional sistema de organização espacial, para o qual o edifício religioso foi o principal elemento orientador; a fundação da Vila introduziu novos conceitos urbanísticos, nos quais a praça, a marcação de um edifício religioso e a Casa de Câmara e Cadeia foram os elementos inovadores e norteadores de uma nova organização espacial; o terceiro momento foi marcado pelas intervenções de reformadores que, ao se preocuparem com as distorções do plano da Vila, buscaram alternativas para o realinhamento do traçado.

O capítulo *O edifício da ordem social* estuda a arquitetura a partir das iniciativas das irmandades leigas e de particulares para a construção das igrejas, mas também compreende que o soerguimento dessas capelas não foi feito simplesmente a partir do desejo de seus erectores. As exigências legais também se fizeram presentes em Vila Boa, com uma série de encargos e obrigações previstos pela Constituição do Arcebispado da Bahia, excluindo a idéia de que essas igrejas tenham sido levantadas aleatoriamente. No tecido urbano, cada um dos edifícios, avaliados pelo seu grau de importância e imponência, marcou o espaço urbano de Vila Boa, denunciando uma estrutura social hierárquica e excludente.

O terceiro capítulo, *As construções*, mostra como as relações entre as formas de organização de trabalho dos construtores vilaboenses condicionaram a construção dos edifícios, reconhecidos, em geral, por suas descontinuidades construtivas e estilísticas. Organizados em grupos, esses profissionais realizaram trabalhos especializados, com a presença ou não de traças, avaliações e peritagens, que se constituíram em procedimentos importantes e determinantes para as características dessa arquitetura.

A arquitetura: referências tipológicas mostra como a arquitetura religiosa de Vila Boa sempre manteve um permanente diálogo com as capitanias de Minas Gerais, São Paulo e mesmo Portugal, com o exemplo da Matriz de Santana. Tipos de nave única retangulares e octogonais foram bastante comuns na Metrópole, mas, em território colonial, apenas os retangulares espalharam-se e multiplicaram-se amplamente. Os octogonais, por serem mais raros, constituíram uma particularidade no cenário da arquitetura, o que incitou a pesquisa a acreditar que, embora grandes as distâncias em relação ao litoral, a região da Capitania de Goiás não se manteve tão isolada.

1

C A P Í T U L O

A IGREJA

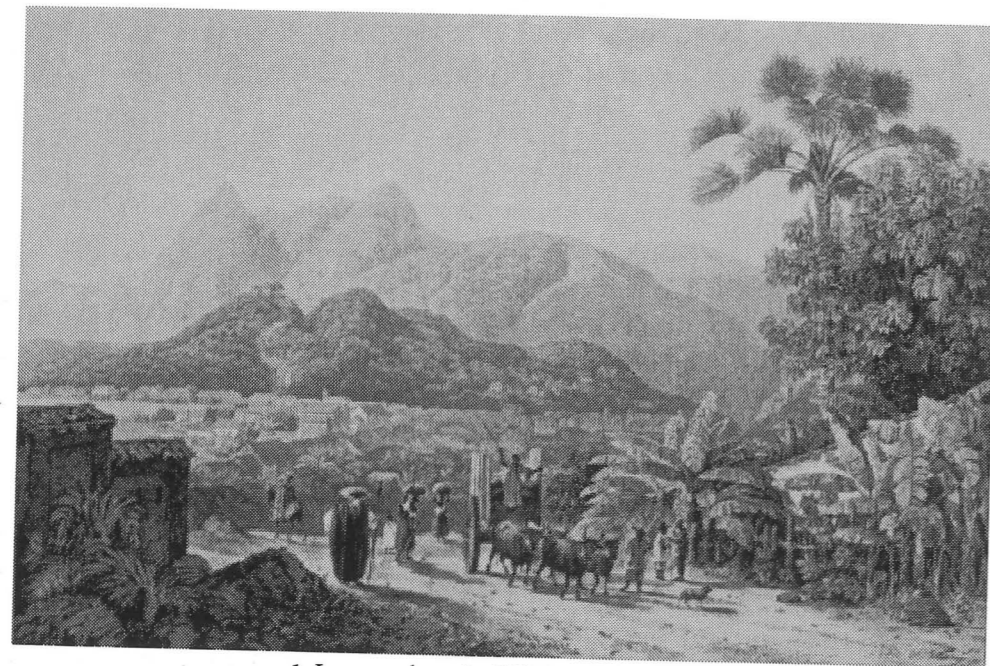
E A CIDADE

A arquitetura religiosa dos séculos XVII e XVIII desempenhou papel importante na configuração das cidades coloniais brasileiras, organizando-se a partir de diferentes articulações com seu entorno e marcando de forma expressiva suas concepções como referência nas paisagens urbanísticas. Agiu como elemento organizador e formador de espaços hierarquicamente dispostos e como representante simbólico da tensão entre o sagrado e o profano. Podem-se explicar, portanto, algumas das complexidades e particularidades que envolveram a constituição do espaço religioso das cidades setecentistas a partir das relações que as igrejas mantiveram com diferentes concepções urbanas desenvolvidas no contexto das experiências da Expansão Ultramarina. Nesse período, em que se encontram as raízes do urbanismo colonial brasileiro, Portugal formou um programa de fundação de cidades com novas práticas urbanísticas que caracterizaram uma realidade extremamente complexa, como adverte Rafael Moreira:

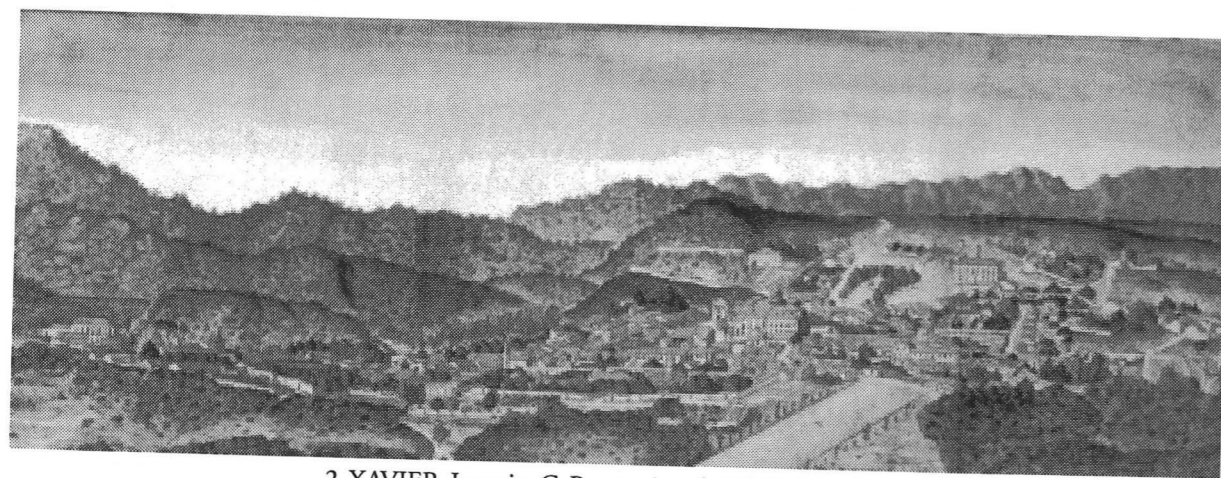
Ao longo desses 5 séculos houve logicamente uma evolução na maneira de entender, conceber e fazer funcionar as cidades em latitudes tão diversas, que mostra a modernidade do processo expansionista lusitano como uma dinâmica de experiências em continuidade do séc. XV ao iluminismo pombalino, pelo menos.¹

Vila Boa de Goiás, ao inserir-se no contexto expansionista, estabeleceu vínculos que permitem remontar seu espaço urbano a várias experiências portuguesas, na medida em que apresenta uma formação marcada por momentos distintos, como o da formação do Arraial de Santana, o da fundação da Vila e o das reformas de 1782, propostas pelo governador Cunha Menezes. Sob tal perspectiva, pode-se reconhecê-la como resultado de sínteses de diferentes modelos e concepções de cidades, realizadas num curto período de tempo.

¹ MOREIRA, Rafael. "A arte da ruação e a cidade luso-brasileira (séc. XVI-XVIII)". V *Seminário História da cidade e do urbanismo*. PUC Campinas, out., 1998. p. 4.



1. Imagem da antiga Vila Boa de Goiás.
(Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo)



2. XAVIER, Joaquim C. Perspectivas de Vila Boa de Goiás.
(Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo)

1.1 O URBANISMO PORTUGUÊS E A FORMAÇÃO DE VILA BOA DE GOIÁS

O Arraial de Santana iniciou-se em julho de 1726, com a chegada da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva às margens do Rio Vermelho. Faziam parte de sua expedição paulistas, portugueses, padres, negros, índios e os engenheiros militares² Manuel de Barros³ e Manoel Pinto Guedes. O arraial foi um exemplo de ocupação territorial feita por colonos em decorrência da exploração do ouro. Sua concepção privilegiou aspectos topográficos da região, desenvolvimento linear às margens da estrada que vinha de São Paulo⁴ e a construção de uma primitiva capela em um lugar distante do rio, marco de fixação e primeiro espaço fundacional da cidade.

Em 1736, por questões de manutenção de poder e maior controle por parte da metrópole, a Capitania de Goiás desmembrou-se da de São Paulo e recebeu ordens reais para a fundação de sua capital, o que só se cumpriu em 1739. O Conde de Sarzedas, inicialmente designado para a execução da tarefa, faleceu em 1737, no arraial de Meia Ponte,⁵ prorrogando a fixação de Vila Boa até 1739, quando o sucessor do governador de São Paulo, Luís de Mascarenhas, finalmente a demarcou:

(...) com o Patrimônio de quatro léguas de terra que sua Magestade lhe concedeu pela ordem, que consta da certidão n. 1, datada em 11 de fevereiro de 1736, na qual se determina que no terreno junto a Vila fique bastante extensão para Logradouro público, e para neles se poderem retificar novas casas e serventias de cujo terreno, se não podiam em tempo algum dar sesmaria ou aforamento sem ordem especial do dito senhor.⁶

A Vila, como outras, foi um assentamento com função básica de centro administrativo e irradiação de serviços de supervisão governamental. Para tanto, assumiu a ordem espacial com que expressava o seu novo papel político, representado simbolicamente pelas demarcações do Largo do Chafariz ou da Boa Morte e dos limites para a construção de novos edifícios.

Para o exercício da primeira sede administrativa, estruturas urbanas e políticas foram montadas, como a criação da Câmara Municipal, a formação da primeira paróquia e a elevação da antiga Capela de Santana a Matriz. Essas providências garantiram novo *status* ao local: originalmente nascido para ser um simples arraial, ampliou-se pela incorporação de uma área destinada a vila, passando a ser definitivamente a capital de Goiás.⁷

² TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: UFG. p. 77.

³ A carta patente de Manuel de Barros encontra-se registrada em antigo livro do arquivo português de decretos:

“Nomeando capitão do regimento de infantaria do tenente-coronel Figueiredo Sarmento e as pessoas seguintes: Antonio Sarmento Pereira, alferes do regimento do coronel Francisco Luis Pequeno, Bernardo Sarmento Pereira e Manuel de Barros, ambos alferes do mesmo regimento”. SANTOS, Madureira dos. Arquivo da Torre do Tombo. *Catálogo dos decretos do Extinto Conselho de Guerra*. V. III, 220 B, Decreto n. 436, 1777, Lisboa.

⁴ Em momento posterior, esse trecho de estrada se ligou à que alcançaria Cuiabá.

⁵ O antigo Arraial de Meia Ponte é a atual cidade de Pirenópolis.

⁶ Ofício da Câmara de Vila Boa ao governador Luís da Cunha Menezes. 24 de julho de 1779. Apud: BERTRAN, Paulo. *Notícia geral da capitania de Goiás*. Goiânia/ Brasília: Solo Editores, 1997. p. 60. 2 v. Esse documento também pode ser encontrado junto aos manuscritos avulsos do Arquivo Frei Simão Dorvi, cidade de Goiás.

⁷ Paulo Bertran, com base em documentações, expõe que, apesar da marcação, inúmeras foram as resistências para a ocupação da Vila, havendo inclusive uma lei que proibia a ocupação de áreas que não fizessem parte do novo núcleo. BERTRAN, Paulo. *Op. cit.*, p. 52, 53.

Na segunda metade do século XVIII, encontram-se as maiores transformações no seu traçado, desenvolvidas em torno de práticas orientadas por determinações pombalinas, como as reformas urbanas de José de Almeida e Luiz da Cunha Menezes. Esse último, em 1782, reordenou as estruturas físicas de Vila Boa, reparando as imperfeições que se seguiram às primeiras demarcações do plano de fundação feitas pelo governador Luís de Mascarenhas que, segundo Roberta Delson, seguiu apenas “as ordens referentes à construção dos prédios públicos necessários, mas foi negligente em exigir o cumprimento do padrão reticular no traçado das ruas. Dessa forma, compreende-se por que muito depois, na década de 1770, foram expedidas ordens recomendando que fosse estabelecido um plano diretor para Vila Boa a fim de futuramente evitar “a mesma irregularidade... com que os fundadores da Capital haviam construído os prédios, estragados pela falta de alinhamento”.⁸

Apesar de todas as preocupações urbanísticas de José de Almeida, mandando executar calçadas, pontes e um magnífico Chafariz, foi o governador Cunha Menezes quem se tornou o maior reformador urbano de Vila Boa, com propostas de realinhamento do traçado da Vila e um código de posturas que definiu a uniformidade das fachadas e áreas para construções de novos edifícios.

Mas a variedade de modelos urbanos introduzidos no Brasil conduziu pesquisadores da historiografia a interpretar as características de inúmeros assentamentos urbanos como configurações *puramente espontâneas*, irregulares e indisciplinadas, relacionadas, na sua tipologia, às cidades medievais, nascidas sobre uma eminência fortificada e que associavam as suas tortuosas e orgânicas ruas, com seus casarios apertados, à segurança e à defesa. Robert Smith, por exemplo, diz serem tais assentamentos resultados formais urbanos de uma tradição nacional de cidade alta e baixa, pela sua topografia de extrema irregularidade, ausência de grandes superfícies abertas e espaços interligados por ladeiras íngremes, em cujas cotas mais altas estariam assentadas capelas e fortes, configurando a tipologia das cidades litorâneas e núcleos mineratórios do século XVIII.⁹

Análises como essas e as que estabelecem analogias entre as cidades orgânicas portuguesas e brasileiras conduziram vários pesquisadores a avaliar pejorativamente inúmeras delas, desconsiderando radicalmente outras possíveis ordenações e até legislações que pressupunham um tipo de “planejamento” que regulamentava não só a vida metropolitana como a colonial. Principalmente através das Ordenações do Reino, Cartas Forais e Termos de Assentamentos, os colonizadores conseguiram impor uma certa uniformidade às cidades do século XVIII, com freqüente respeito à topografia e singular valorização dos edifícios religiosos e públicos, que se desenvolveram paralelamente aos largos e praças, em percurso delineado por longos eixos axiais reconhecidos como elementos geradores de espaços urbanos.

Em contraponto a essas leituras que apostam nos denominados *crescimentos espontâneos*, uma historiografia recente propõe que as práticas urbanísticas na colônia brasileira possibilitaram sínteses construtivas que incorporaram, simultaneamente, conceitos vernáculos e eruditos de cidades. O modo de *fazer cidades*, com estruturas lineares e sensíveis às topografias locais, resultou em paisagens

⁸ DELSON, Roberta. *Novas vilas para o Brasil colônia*. Trad. Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997. p. 31.

⁹ SMITH, Robert C. “Arquitetura civil do período colonial”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*. Rio de Janeiro: SPHAN. n. 17, 1969.

urbanas nas quais a arquitetura religiosa tornou-se elemento de destaque. Tal concepção constituiu uma lógica de princípios pragmáticos, ligada a soluções regionais, diferentemente daquela cujos traçados urbanos se fizeram com esquemas pré-concebidos de desenho de cidades.

Rafael Moreira retrocede a 1455 as origens desse tipo de organização linear, próprio do chamado urbanismo da Ordem de Cristo,¹⁰ cujas ruas, que acompanhavam o relevo do terreno, procuravam se manter paralelas e perpendiculares, formando um “esquema bipolar traçado em forma de cruz, com o símbolo da Cruz da Ordem de Cristo, que determinava, pela repetição dos quarteirões e lotes, uma estrutura linear orientada para o porto, marítimo ou fluvial, ou a principal estrada.”¹¹

Para o autor, provavelmente essa foi a lógica de formação de algumas cidades brasileiras que se desenvolveram em regiões de povoados mineiros: estruturas urbanas *tendencialmente regulares*. Ao se desenvolverem, apresentaram, ao mesmo tempo, soluções tradicionais e inovadoras, que definiram um novo “urbanismo” em parte comprometido com concepções renascentistas italianas, como “a empírica Arte ou Ciência da Ruação, uma teoria empírica, e sobretudo pragmática, de terreno mais que de gabinete, a que se procurou dar credibilidade e forma científica no século XVIII, mas que é [era] fruto de uma evolução específica do império português com raízes no Portugal do passado medieval, na sua situação de país-limite da Europa”.¹²

A Arte ou Ciência da Ruação¹³ foi, portanto, o “urbanismo” que se firmou na formação das cidades setecentistas brasileiras, constituindo sínteses e conjuntos de procedimentos que, gradativamente, foram substituindo referências mais antigas. Com a Ciência da Ruação, desenvolveu-se a “utopia ligada à ideologia do iluminismo e da Idade da Razão [...]. Além dos engenheiros militares, habituados a abrir caminhos e a traçar novas povoações já perfeitamente regulares (como mostram as cartas de fundação de Vila Boa de Goiás e Vila de Icó, 1736, São José do Rio Negro, 1755, e Oeiras no Piauí, 1761, tão idênticas que parecem seguir um formulário pré estabelecido), os agentes do urbanismo regular sistemático serão [foram] os anônimos ocupantes do cargo igual ao medidor, os ruadores.”¹⁴ Com os *ruadores*, fundaram-se cidades mais regulares, com categorias de apreciação que consideravam ruas planas, construções proporcionais e formosas a *maneira do Reino*.

Nesse tipo de urbanismo, onde práticas urbanas portuguesas se amalgamavam, os edifícios religiosos, nas suas diferentes categorias, como ermidas, capelas e matrizes foram, de diferentes maneiras, importantes elementos de estruturação e ordenação de espaços. Através deles e de suas articulações com ruas, adros, largos e praças, fixaram-se formalmente outras estruturas do tecido urbano que, no conjunto, expressaram as formas de organização política, social e administrativa da colônia. Com essa lógica de ordenação espacial, com edifícios privilegiados tanto volumétrica quanto simbolicamente, as

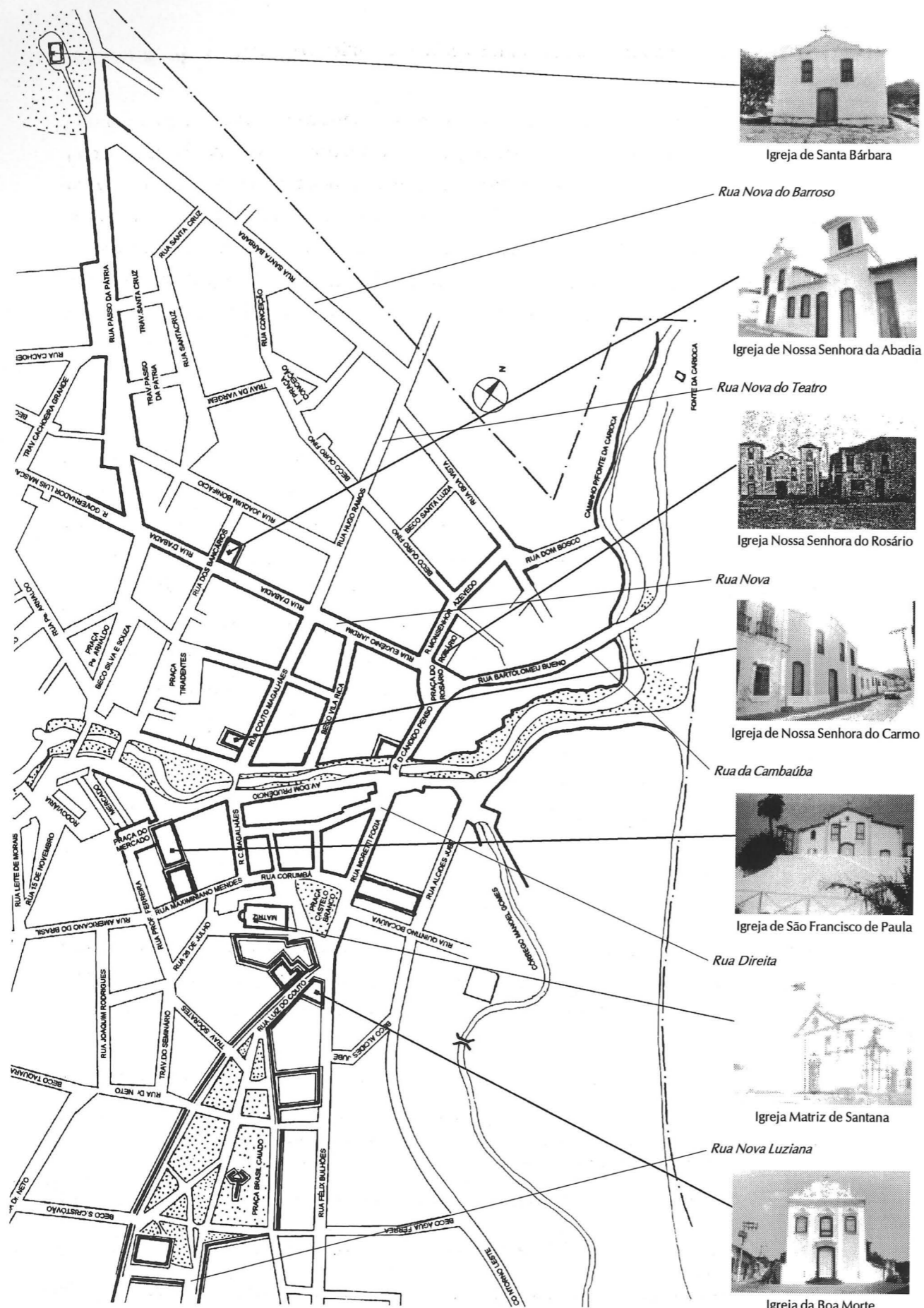
¹⁰ “Talvez mais sob influência italiana (patente na Vila do Infante fundada pelo infante D. Henrique em 1455 no promotório de Sagres, com a sua correnteza de casas uniformes que se devia repetir em linhas paralelas, como em Pienza), configura-se o que se tem chamado Urbanismo da Ordem de Cristo.” MOREIRA, Rafael. *Op. cit.*, p. 4.

¹¹ Idem. p. 4

¹² Idem. p. 1

¹³ “Arruar é um verbo de ação, portanto usado na documentação coeva para exprimir o ato de urbanizar. É que a rua era o elemento fundamental, a geratriz do espaço urbano português”. ROSSA, Walter. *Op. cit.*, p. 268.

¹⁴ MOREIRA, Rafael. *Op. cit.*, p. 13.



3. Ruas e localização das igrejas setecentistas de Vila Boa de Goiás.

idades coloniais brasileiras se caracterizaram por uma paisagem edificada de relações espaciais hierárquicas.

Nesse contexto de formação de cidades, na qual a importância dada ao edifício religioso se faz de diferentes maneiras, pode-se explicar a formação da atual cidade de Goiás. Na sua origem, quando Arraial de Santana, configurou-se pelos tradicionais conceitos portugueses de espaço arquitetônico e urbano, que privilegiavam o edifício religioso como elemento estruturante; depois, com a marcação da Vila, assumiu maior regularidade de traçado e, portanto, do desenho como gerador e ordenador do espaço. Esse novo princípio desenvolveu-se lentamente ao longo da segunda metade do século XVIII, em Vila Boa, alcançando maior expressão a partir das reformas do governador Cunha Menezes.

1.2 O ARRAIAL DE SANTANA E A IGREJA

O Arraial de Santana¹⁵ estruturou-se a partir de um “sistema bipolar”, similar ao de muitas povoações coloniais, em que “não havia a obsessão do ângulo reto nem da geometria abstrata, mas a necessidade prática (e o gosto) de abrir ruas tanto quanto possível paralelas, adaptando-se ao relevo - a linha da costa, curso dum rio, nível da cota dum encosta abrigada da intempérie”.¹⁶ O sistema foi composto por um eixo e extremidades que se formaram por dois largos, onde se implantaram as Igrejas da Matriz de Santana e de Nossa Senhora do Rosário que, juntamente com o traçado linear, auxiliaram a demarcação da extremidade ou limite do Arraial. Esses dois edifícios, ao complementarem o sistema estrutural, funcionaram como importante elemento de orientação para o crescimento do núcleo populacional. A eles coube a

origem dos largos ou terreiros, funcionando como pólos de atração e densificação do tecido urbano. Em termos de linguagem urbana, é mais importante a sua massa e volumetria que o recorte, pois nem mesmo na arquitetura gótica portuguesa a verticalização é um fim. Deve-se apenas à reduzida escala do grosso das restantes construções a força com que algumas igrejas emergiam no perfil da cidade.¹⁷

Assim, as igrejas da Matriz de Santana e Nossa Senhora do Rosário organizaram e articularam os dois principais largos, que se formaram a partir de uma relação direta das escolhas dos locais, cujos sítios apresentaram topografias sensíveis a uma boa visibilidade. Tal solução criou uma disposi-

¹⁵ Esse tipo de formação urbana, que se dá a partir de um eixo com posteriores ruas paralelas e perpendiculares, remete à lógica das cidades insulares portuguesas, como descreve Manoel Teixeira e Margarida Valla: “o núcleo de ocupação primitivo implantava-se em um local com boas condições de defesa e boas condições como poro natural, e a primeira rua, que viria a tornar-se a principal, acompanhava a conformidade da baía. A estrutura de ocupação que daí resultava era essencialmente linear. Numa fase subsequente, desenvolveu-se uma ou duas ruas, paralelas à primeira e à curta distância desta para o interior. Apoiando-se nesses eixos estruturais e fundamentais, construiu-se perpendicularmente a eles algumas ruas transversais de pequenas dimensões que os ligavam (...)” TEIXEIRA, C. Manuel e VALLA, Margarida. *O urbanismo português*. Portugal: Livros Horizonte, 1999. p. 48.

¹⁶ MOREIRA, Rafael. *Op. cit.*, p. 4. O autor afirma: “as ruas acompanham o relevo do terreno, mas procuravam [também] manter-se paralelas e perpendiculares, com uma Rua da Corredoura como eixo unindo 2 *rossios* ou terreiros informes e cortados por transversais (...)” Idem. p. 5.

¹⁷ ROSSA, Walter. “A cidade portuguesa”. In: PEREIRA, Paulo. (org.) *História da arte portuguesa*. Barcelona: Círculo de Leitores, 1995. p. 254. v 3.

ção espacial dos largos claramente percebida se comparadas as volumetrias das duas igrejas com os demais edifícios que as circundavam e delimitavam: esses, formados por uma unidade compacta e predominantemente horizontal, ao se relacionarem às duas igrejas, evidenciaram os seus contrastes volumétricos e estabeleceram uma clara relação entre os edifícios profanos e os religiosos, confirmadora do poder e papel simbólico dessas arquiteturas na estrutura geral do povoado.



1 - Igreja Nossa Senhora do Rosário
2 - Matriz de Santana

4. Detalhe dos largos da Matriz e do Rosário.

(DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil Colônia*. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997)

Concomitantemente a essa concepção de destaque de edifícios, os largos também contribuíram. Suas formações em locais proeminentes asseguraram a evidência das igrejas que se ergueram neles como unidades soltas em acrópole, voltando-se para ruas e estradas e adquirindo forte autonomia volumétrica na paisagem da cidade. De seu lado, a escala monumental dos edifícios reforçou a imagem e o sentido da importância dos largos, marcando neles o seu valor em relação aos demais edifícios.

Do ponto de vista espacial, essa concepção procurou uma associação da lógica do sistema de *rua*ção à lógica do sistema de implantação das igrejas, permitindo uma configuração na qual essas compareciam sempre soltas, separadas do casario e com relativa independência da estrita funcionalidade do traçado das ruas.

Em Santana, o Largo da Matriz foi o elemento fulcral de todo o arraial, o grande espaço central e de maior dinamismo, onde se organizaram a igreja principal e as residências das pessoas mais importantes, como aponta o prospecto de 1751.¹⁸ Essa distribuição configurou uma ordenação geométrica e simbólica, com nítidas distinções espaciais entre os lugares sagrados, coletivos e individuais, que também se revelaram nos valores de proporção e dimensão da Matriz e das relações que a sua nave estabeleceu com o largo, demonstrando e marcando a importância de cada um e o tipo de integração que se firmou entre os espaços interno e externo.

¹⁸ Segundo esse prospecto, moravam nesse largo: o capitão de Dragões, o capitão-mor da vila, o fiscal da Intendência, o escrivão da Ouvidoria, Manoel de Souza Oliveira, Lopes Fogaça e Francisco Preyra Pinto. "Prospecto de Villa Boa tomada da parte Sul para Norte no anno de 1751." In: REIS, Goulart Nestor. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 235.



5. Prospecto de 1751 de Vila Boa de Goiás.

(REIS GOULART, Nestor. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000)

Quanto ao Largo do Rosário, o segundo espaço amplo do arraial de Santana, esse desenvolveu-se em frente à antiga Igreja dos Pretos, no ponto onde convergiam os caminhos que chegavam de Meia Ponte e o do antigo Arraial da Barra, e abrigou, em sua área, a maior concentração de população parda e forra. De pequenas dimensões, com formato irregular, orientou-se em direção à Rua Direita, revelando, em suas estruturas, nítida relação de subordinação com o Largo da Matriz, reforçada pelo Rio Vermelho que, situado entre os dois largos, estabeleceu para o arraial uma barreira física e social.

Em sua parte mais alta, dominando todo o conjunto, localizou-se estrategicamente a antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.¹⁹ De proporções mais modestas que a Matriz, sua "monumentalidade" foi reforçada pelo seu deslocamento para um dos lados, aparentemente em busca de uma melhor visão da Rua Direita, que se desenvolveu à sua frente.

Com esses dois largos e suas respectivas igrejas, o Arraial de Santana, embora pequeno, estruturou, portanto, um espaço marcado por edifícios religiosos dispostos hierarquicamente e que mantiveram um claro diálogo entre si: a matriz, ativa, virada para a estrada, dominou o conjunto e orientou a implantação da Igreja Nossa Senhora do Rosário que, voltada para o Largo da Matriz, manteve uma ordenação espacial disciplinar, reforçando o respeito ao espaço fundacional.

Na articulação dos largos com os demais elementos urbanos, pode-se então observar que ambos se desenvolveram ao longo do principal eixo de fundação, onde se encontram dispostos os acessos de entrada (pelo Largo do Rosário) e saída da Vila.²⁰ Próximas a esse eixo, pequenas ruas

¹⁹ A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi demolida no início do século XX.

²⁰ O acesso de entrada é feito pela Rua da Cambaúba, próxima ao Largo do Rosário, e o de saída, pela Rua Direita que, atravessando o largo da Matriz, segue paralelamente o Largo do Chafariz e transforma-se novamente na estrada que alcançava Cuiabá à época.

formaram-se paralela e perpendicularmente, apenas a Rua Direita, numa curta distância, coincidindo com o eixo para voltar depois a ser estrada. Assim, nessa disposição, a partir de um elemento estruturador de ruas e largos, o Arraial pôde adquirir seu aspecto linear com espaços pontuados por igrejas.



6. Prospecto de 1751 de Vila Boa de Goiás.
(REIS GOULART, Nestor. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000)

Cabe lembrar também que esse tipo de organização, que priorizava a arquitetura religiosa, contava com a figura do cordeador ou arruador,²¹ oficial que trabalhava em contato direto com a realidade topográfica e de sensibilidade atenta à arquitetura das igrejas. A lógica do seu trabalho estava diretamente associada às escalas dos edifícios e partia do particular para o geral, orientando-se pelos eixos físicos e visuais de formação do núcleo, para adotar medidas vinculadas às proporções do local. Observação e olhar aguçados foram suas qualidades básicas e, com sua corda, buscou uniformidade no alinhamento dos edifícios da rua. A rua foi seu maior referencial, considerada eixo estruturador do povoado para os edifícios que se elevaram ao longo de seu percurso, estabelecendo a articulação necessária entre arquitetura e espaço urbano e conferindo à cidade maior unidade.

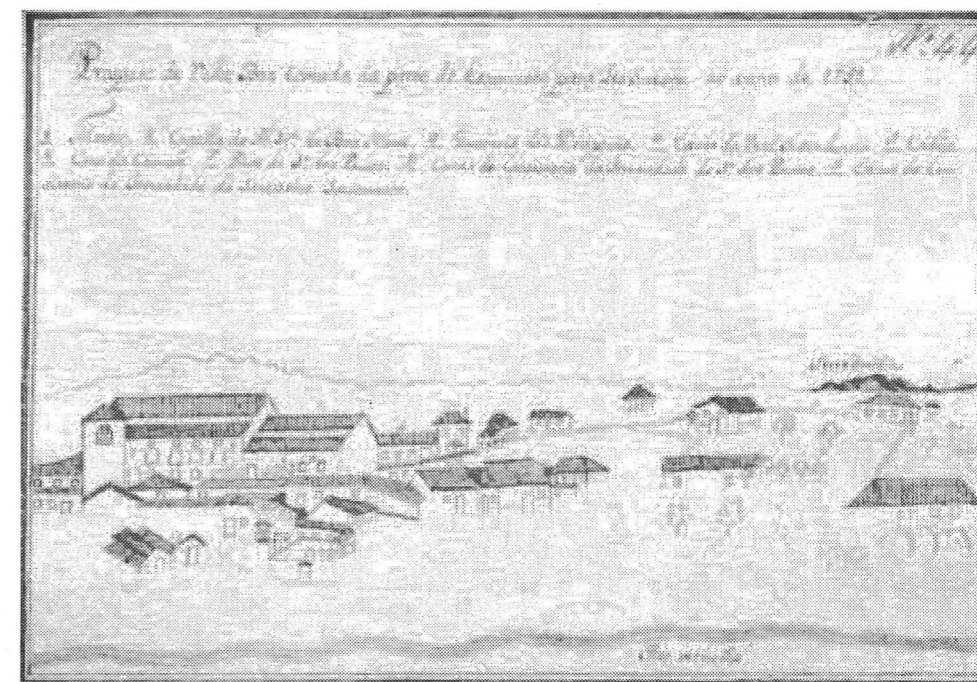
²¹ Emparelhado ao arruador encontra-se, desde o início, a figura do mestre de campo. Assim, diante do documento abaixo, cabe conjecturar se, em muitos aspectos, as atividades desses dois profissionais não coincidiam.

“Para a consulta do governo dos Goyases (...) (...) no provimento deste posto se deve attender principalmente a estes fins não respeitando tanto nem a qualidade das pessoas nem o maior numero de annos de serviços porque senão (...) da satisfação delles a aptidão das pessoas para o emprego que lhe deve dar (...) mas não sendo este meramente militar mas quasi todo civil e sua practica m. especial, qual he o Regime civil de gente solta e não militar e os estabelecimentos e formatura de minas novas e assim lhe parece votar em primeiro Lugar p. Mestre de Campo (...) das Minas de Goyases era o Mestre de Campo João Ferreira Tavares pela grande practica que tem da Minas e de mineiros e dos certões ao queridaem 14 annos de assistencia das Minas dos Campos Geraes com o postto de Tenente geral e várias expedições, que nellas tem feito para evitar descaminhos, e socegar tumultos que são (...) communs (...) 1731, março, 30. Parecer do Conselho Ultramarino, sobre a nomeação de pessoas para o posto de mestre de campo das Minas de Goiás”. Arquivo Histórico Ultramarino - Goiás, Cx. 1, D2, Lisboa.

Sobre a lógica da intervenção do cordeador, responsável pela estruturação física dos núcleos urbanos coloniais, Bittencourt comenta:

Deve-se pensar, também, na rua ou no arruamento, onde o encadeamento lógico da organização espacial nasce do particular, não sendo a mesma visão da cidade completa, encontrada nos tratados da chamada cidade ideal do Renascimento, onde até os limites estão definidos geometricamente pelo traçado de muralhas, mas também não é igual às soluções medievais, onde a rua surge como resultado da agregação entre edifícios sobrepostos lado a lado. Quando se tem um desenho preliminar (projeto) da cidade como um todo, a forma das quadras é o princípio espacial basilar na estruturação dos espaços. Assim, as ruas aparecem com claro vínculo formal, derivado do formato de quadras. A cidade portuguesa do século XVII tem tradicionalmente a rua como elemento estrutural de sua ordenação, ficando impossível sua compreensão, tomando-se com referência modelos originados de uma concepção espacial que se encaminha do geral para o específico.²²

Assim, as ruas e a localização privilegiada dos edifícios religiosos de Vila Boa em terraplenos elevados ou esquinas não só realçaram o seu caráter sacro e o seu destaque dentro da cidade, mas também, conforme mostram os prospectos de 1751, proporcionaram às igrejas eficazes efeitos de monumentalidade e unidade, convergindo o olhar do espectador para as múltiplas visadas que lhe eram oferecidas. Junto a esse tipo de valorização, também um outro recurso alcançou o mesmo fim: o do deslocamento das igrejas em relação aos demais edifícios circundantes, como o que se vê no deslocamento frontal da Igreja do Rosário, que permitiu a maior independência desse edifício em relação ao casario que se desenvolveu ao seu redor.



7. Prospecto de 1751 de Vila Boa de Goiás.
(REIS GOULART, Nestor. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000)

²² BITTENCOURT, Luiz Cláudio. *Regularidades do visível*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 1999. p. 106.

Com essa concepção, na qual o edifício religioso é erguido como unidade solta, em locais íngremes, que permitem a formação de largos que buscam articulação entre si, alcançou-se o pretendido efeito de visibilidade das igrejas do antigo Arraial de Santana, bem como sua adequada integração a um sistema urbano português na sua mais tradicional forma de fazer cidades.

1.3 UMA NOVA CONCEPÇÃO ESPACIAL: VILA BOA DE GOIÁS

A criação da capital dos Goyazes inseriu-se no âmbito de uma intensa política urbanizadora de Portugal,²³ cujo principal objetivo foi a definitiva ocupação das terras brasileiras e as rigorosas delimitações de suas fronteiras com a Espanha. Essa política implicou a criação de novas vilas e a relocação de vários outros núcleos populacionais. Nos novos casos, houve alterações nas formas de implantação de matrizes e formação de espaços urbanos, que foram “concebidos segundo traçados geométricos, a maior parte das vezes ortogonais, onde se expressam[am] alguns dos grandes temas do urbanismo clássico: a cidade planejada racionalmente na sua estrutura global; a praça como elemento central da malha urbana, e os conceitos de planejamento e de beleza urbana associados à regularidade do traçado, à adoção de modelos arquitetônicos uniformes, aos quais devem[iam] obedecer todas as construções de uma rua, de uma praça ou mesmo de uma cidade”.²⁴

Nos núcleos antigos, essas inovações manifestaram-se com modificações administrativas e espaciais, com freqüentes preocupações com o reordenamento de traçados.

Porém, tanto nos novos assentamentos quanto nos antigos, essa concepção marcou os espaços com uma nova relação arquitetônica: as igrejas, concebidas anteriormente como unidades singulares e de destaque, reuniram-se com aqueles edifícios que, simbolicamente, representavam o poder estatal e marcaram, no principal local da Vila, a união desses dois poderes. Configurou-se, então, uma outra disposição arquitetônica, na qual a relação entre as volumetrias das construções religiosas e o espaço externo não se fazia mais como nas antigas estruturas do “urbanismo” da primeira fundação. Contrariamente, a nova lógica elegeu não só as Matrizes, mas também as Casas de Câmara e Cadeia, para, juntas, serem os focos de atenção do núcleo urbano.

Nesse contexto, os traçados regulares indicados para as novas vilas, a ênfase no realinhamento de núcleos antigos, a construção de edifícios estatais e religiosos, “a concepção cenográfica do espaço, a valorização das fachadas e a adoção de modelos uniformes aos quais devem obedecer todas as construções”²⁵ foram as inovações que marcaram um outro *status* para os aglomerados urbanos coloniais. Em Vila Boa, esses aspectos estão apontados em sua Carta de Fundação:

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves da quem e da lem mar em Africa Senhor de Guiné (...). Faço saber a vos Conde de Sarzedas governador e Cappitão general da Cappitania

²³ “Este projeto urbanizador era um componente fundamental da estratégia de efectiva ocupação do território. Por um lado, através da construção de fortificações em pontos estratégicos, procurava-se controlar os principais pontos de acesso à região. Por outro lado, através da fundação de novas vilas e cidades ou da mais simples e pragmática refundação de aldeamentos missionários, e de sua integração numa rede urbana global, procurava-se a efectiva ocupação territorial do Brasil”. TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida. *Op. cit.*, p. 254

²⁴ *Idem.* p. 253

²⁵ *Idem.* p. 256

de São Paulo que Eu sou servido por resolução de 7 deste presente mês e anno em consulta do meu Conselho Ultramarino passeis às minas dos Goyazes e nellas determinei citio mais a proposito para huma Villa e procureis que seja o que parecer mais saudavel e com provimento de boa agoa e lenha perto de algum Arrayal que se ache já estabelecida para que os moradores delle possam com mais comodidade mudar a sua habitação para a Villa, logo que determine y nella o lugar da praça no meyo da qual se levante o Pelourinho, e se assignale a area para edificio da Igreja, capaz de receber competente numero de fregueses ainda que a povoação se aumente, e que faças delinear por linhas rectas a area para as cazas com seus quintaes, se designe lugar para se edificarem a Caza da Camara e das audiencias e Cadeia, e mais officinas publicas que todas devem ficar na area determinada que as cazas dos moradores, as quaes pello exterior sejam todas no mesmo perfil ainda que o interior as fará cada hum dos moradores à sua feição de sorte que em todo o tempo se conserve a mesma formosura da terra, e a mesma largura das ruas e junto da Villa fique bastante terreno para logradouro publico, e que nelle se poderem edificar novas cazas, que serão feitas com a mesma ordem e concerto com que se mandam fazer as primeiras, e deste ou se não poderá em nenhum tempo dar de sesmaria, ou aforamento, parte alguma sem ordem minha que (...) esta; e os governadores poderão repartir em sesmaria todas as mais terras com as clauzulas, e condiçoens com que se dão as mais no Brazil excepto na extenção de terra que se costuma dar a cada morador porque nos contornos da ditta Villa dentro em seis legoas de distancia della se não poderá dar a cada morador mais do que meya legua de terra em quadro; porem à mesma V. se dara huma datta de quatro legoas administrarão os officiais da Camara para do seu rendimento se fazerem as obras e despezas do Conselho desta terra poderão aforar para o mesmo effeito aquellas partes que lhes parecer, observando o que despoem a ordenação que estes aforamentos fora das dittas seis legoas, se daram as terras por sesmarias na forma que se (...) nas mais terras do Brazil (...) El Rey Nosso Senhor o mandou pellos. D. Joze de Carvalho Abreu e João de Souza, (Conselheiros do Conselho Ultramarino, se passou por duas vias. Antonio de Souza Pereira a fez em Lisboa Occidental a 11 de fevereiro de 1736 – Documento para marcação de Vila Boa de Goiás.²⁶

Na carta, as novas indicações para a implantação da Vila diferenciam-se notoriamente da anterior estrutura do Arraial de Santana, formado, como se viu, a partir de eixos definidos por ruas, largos e edificações religiosas que se destacavam. O princípio de formação urbana já não foi mais o de pólos lineares, mas o de marcação de uma praça central, onde deveriam ser erguidos a Matriz de Santana e os edifícios institucionais representantes dos poderes eclesiástico e estatal, conforme também se pode ler no documento a seguir:

O Sr. D. Luiz de Mascarenhas sucedeu no governo de São Paulo, e (...) encaminhou-se a Goiás com grande comitiva de oficiais militares em 25 de julho de 1739; demarcou o lugar da vila que veio criar, a que chamou de Vila Boa de Goiás, em atenção a Bueno seu descobridor e ao gentio Goyaz; fez erigir o pelourinho, designou o lugar da praça, da matriz, da cadeia e dos edifícios principais, e não se dedignou de pegar na ponta da corda e servir de peão para se marcarem os logradouros públicos;²⁷ estabeleceu o senado, e escreveu ao superintendente Agostinho Pacheco Telles para eleger

²⁶ Arquivo Frei Simão Dorvi. *Documento avulso, fls. 106, 107.* Cidade de Goiás.

²⁷ O arruador podia ser um engenheiro, um funcionário administrativo, um governador, etc. Arruar era o ato de desenhar no território aquilo que se estabelecia com regras simples ditadas pela tradição, pela convenção de uma carta Régia ou pelo projeto, mas com as potencialidades de reflexão e adaptação à realidade que o desenho permitisse.

dous vereadores e procurador do conselho, os quaes foram eleitos e tomaram juramento, fazendo a sua primeira vereança no primeiro de agosto de 1739.²⁸

Tais documentos confirmam as noções de regularidade, bastante presentes na época, mas também a inclusão de Vila Boa no conjunto de uma política urbana mais abrangente, semelhante aos Autos de Fundações da Capitania do Rio Negro, de 1755, ou da Vila Bela da Santíssima Trindade do Mato Grosso, de 1741, dentre outros.²⁹ O que significa a existência de “um conjunto de princípios estabelecidos que foram sistematicamente utilizados na definição de traçados destas novas fundações, resultados de uma prática efetiva de urbanização e de princípios teóricos que simultaneamente se desenvolviam. Nalguns casos, a realidade construída acabava por diferir das prescrições enunciadas nestes documentos devido a alterações introduzidas localmente, muitas vezes motivadas pela particularidades do sítio e pelo confronto com a realidade.”³⁰

Essas inovações estão implícitas na expressão *formosura da cidade*, o que Manuel Teixeira e Margarida Valla interpretam como importantes indicadores de regularidade de traçado e de uniformidade para os diferentes tipos de construções dos novos espaços. Com essas indicações, que envolvem inclusive o significado da palavra *formosura*, garantiram-se aspectos de uma concepção alinhada às soluções formais mais clássicas, integradas ao cientificismo setecentista, à profusão da cultura tratadística e articuladas ao espírito pragmático português.

A associação da expressão “formosura da cidade à regularidade do traçado e à arquitetura uniforme a que várias construções deviam obedecer”³¹ clareia como a fundação das novas vilas se relacionava com procedimentos que envolviam maior planejamento e não apenas normas gerais para a construção de edifícios públicos. No caso de Vila Boa de Goiás, essas indicações vieram acompanhadas de planos arquitetônicos para a Matriz de Santana e a Casa de Câmara e Cadeia.³²

A criação de novas vilas no século XVIII caracterizou-se, portanto, pelas construções de novos edifícios institucionais e traçados regulares, organizados em torno de praças situadas nas regiões centrais de sítios urbanos. Ruas e quarteirões também se formaram a partir de estruturas lineares, compostas por eixos ortogonais articulados às praças localizadas estrategicamente e pensadas como centros de orientação espacial, funcional e simbólico, como enfatizam Manuel Teixeira e Margarida Valla:

para além de ser praça em que se continuam a localizar os principais edifícios institucionais de caráter religioso e civil, a importância deste espaço para a estruturação da cidade advém também, e sobretudo, das próprias características formais, que a tornam o elemento central e gerador da malha urbana.³³

²⁸ SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. *Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás*. Goiânia: Ed. Oriente, 1978.p. 85.

²⁹ Especificamente no trecho da carta régia de Fundação da Capitania do Rio Negro, de 3 de Março de 1755, encontram-se princípios iguais aos da Carta de Fundação de Vila Boa de Goiás. Apud: TEIXEIRA, Manuel e Valla, Margarida. *Op. cit.*, p. 256

³⁰ TEIXEIRA, Manuel C.e Valla, Margarida. *Op. cit.*, p. 255

³¹ Idem. p. 256

³² Em outras regiões, Manuel Teixeira e Margarida Valla observaram preocupações análogas, referentes a elaborações de planos para esses tipos de edifícios. « (...) Para a construção de Casas de Câmara e Cadeias condignas, segundo o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro, “será bom levar algum Risco feito por pessoa inteligente”. O mesmo se passava com as igrejas, para as quais se elaboravam projetos “a cuja imitação se erigirão todas as mais egrejas ». Idem. p.255

³³ Idem. p. 257

E quanto aos antigos núcleos adaptados, a praça deveria assumir “um papel aglutinador e gerador do espaço urbano, papel que tradicionalmente as praças não detinham nos traçados urbanos portugueses”.³⁴

Dessa maneira, na história da formação urbana de Vila Boa, a demarcação do Largo do Chafariz pode ser entendida como uma grande intenção de inovação espacial, planejada para assumir o papel gerador da malha urbana, opondo-se à concepção anterior, do Arraial de Santana, que fazia caber particularmente às igrejas a maior responsabilidade pelas ordenações espaciais. A pretensão foi a de organizar os espaços da Vila em função do novo centro, onde se fixariam os edifícios de representação eclesiástica e estatal e, nessa perspectiva, a arquitetura da igreja não se apresentaria mais como o principal elemento de ordenação, mas como um dos vértices de um espaço tensionado entre o sagrado e o profano.



8. Largo do Chafariz. (Foto de Deusa M. R. Boaventura)

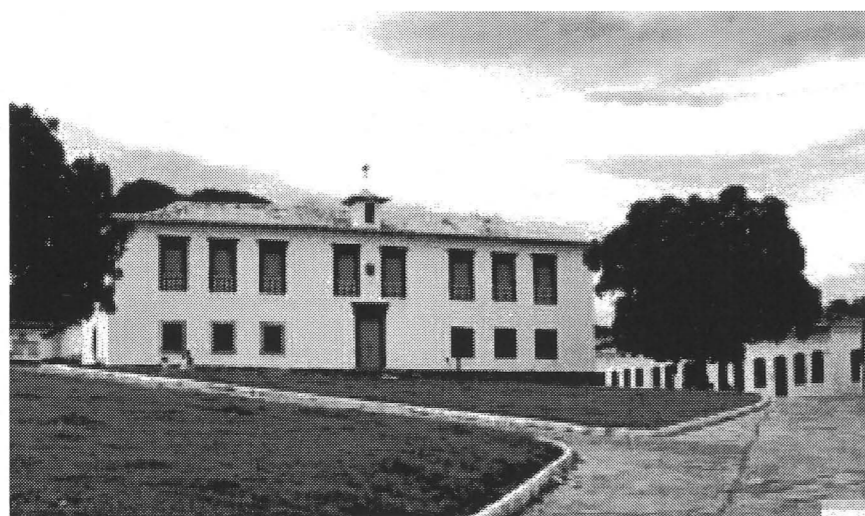
No entanto, para além dessas pretensões, o espaço real de Vila Boa revelou significativas distorções em relação ao seu plano, com marcas resistentes da tradicional concepção do Arraial de Santana, como se pode ler nesta nota de um ouvidor da época:

E devendo-se nesta Vila, como Capital da referida Capitania estabelecer este interessante sistema – praticado em todas as nações mais polidas da Europa – para que não grasse para o futuro a irregularidade com que pelos primeiros habitantes foi estabelecida, remete a V. M.(sic.) por escrito as Condições que tanto por utilidade da República como do serviço de Sua Majestade se devem observar daqui em diante na edificação e reedificação de qualquer Edifício que haja de construir-se, ordenando a V. M. que (...).³⁵

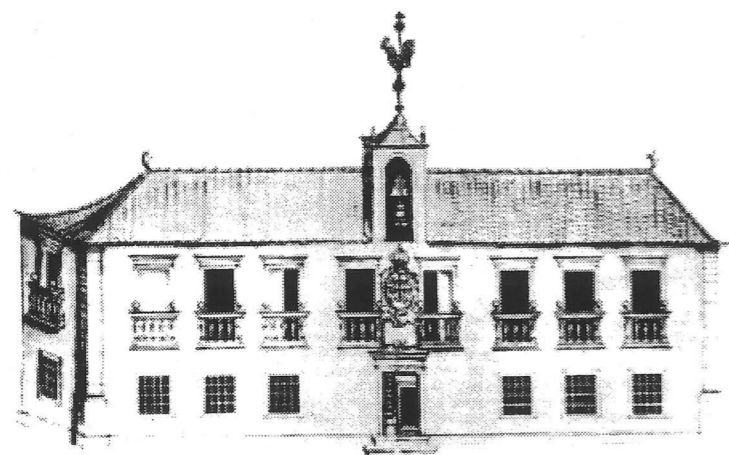
³⁴ (...) Nas cidades construídas até então, quer em Portugal quer no Brasil, mesmo naquelas cidades que adotavam um plano regular, muitas vezes a praça não tinha uma ordenação regular à partida. Ainda que fundamental na estruturação da cidade, pelo menos em termos funcionais, já que era na praça que se concentravam ou se iam concentrando ao longo do tempo os edifícios e as funções institucionais mais importantes, a regularidade formal da praça ia-se obtendo gradualmente, fruto de múltiplas intervenções. A importância da praça advinha fundamentalmente dos edifícios que nela se localizavam”. Idem, Ibidem.

³⁵ Carta ao Ouvidor da Câmara com as instruções recomendadas à Câmara na Audiência Geral. Apud: BERTRAN, Paulo. *Op. cit.*, p.59.

Esse documento revela a persistência e o predomínio de sistemas e práticas urbanas mais antigas, até pelo menos as do tempo das intervenções de Cunha Menezes. Dessa forma, Vila Boa, mesmo na categoria de capital, manteve uma configuração espacial onde o antigo Largo da Matriz fixou-se definitivamente como o ponto mais central e dinâmico da cidade, com o novo Largo, o do Chafariz, submetendo-se hierarquicamente a ele. Na verdade, a Vila firmou-se mais administrativa do que fisicamente, com parte de suas funções e a matriz permanecendo no arraial e, conseqüentemente, mantendo a estrutura anterior, junto a outras do novo espaço fundacional, como a Casa de Câmara e o pelourinho. Entretanto, mesmo sem a plena transformação das novas estruturas urbanas, as poucas mudanças físicas inauguraram um espaço predominantemente diversificado e de maior complexidade funcional, onde o Largo do Chafariz e o da Matriz rivalizavam entre si quanto à capacidade de abrigar as atividades religiosas, político-comemorativas, comerciais e punitivas que, anteriormente, conviviam no mesmo cenário.



9. Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa de Goiás.
(Foto de Deusa M. R. Boaventura)



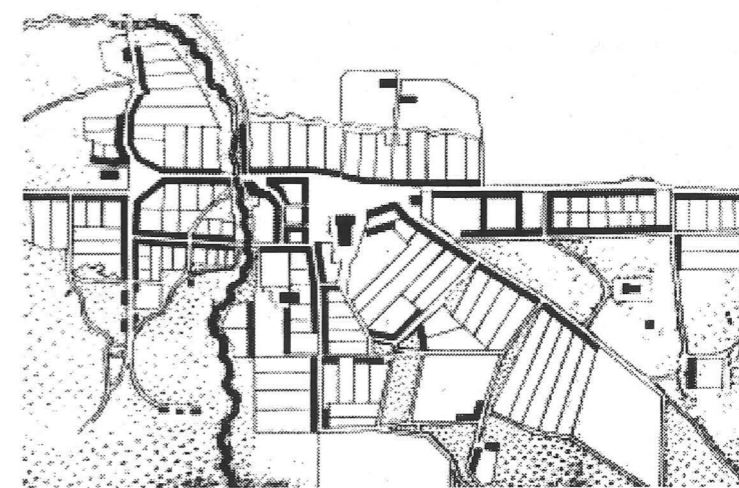
10. Projeto original da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa de Goiás.
(Arquivo SPHAN/Pró-Memória)

1.4 AS REFORMAS URBANAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

A resistência em aceitar novas estruturas para a constituição de uma capital é revelada pela continuidade da Matriz no antigo local da capela de Santana, pelo desrespeito ao traçado da nova praça, pela determinação dos habitantes em não transferirem suas residências para a área delimitada à expansão da Vila e por observações feitas em documentos de 1749, quando o Ouvidor Geral da Capitania e Corregedor Especial da Câmara de Vila Boa ainda bradava aos ecos surdos para que se consentisse a construção de “casas [apenas] para a parte da Vila e do Pelourinho e casa da Câmara della, e que os mais se impediriam e que sendo preciso demandarião demolir a quem intentasse nova edificação para a parte do Rosário com já havia proibido”.³⁶

Entretanto, essa mesma resistência foi alvo para a implementação das reformas urbanas propostas pelo governador Cunha Menezes, quando a Vila passou a orientar-se pelos princípios da regularidade, através da elaboração do plano de realinhamento de 1782 e do Código de Posturas Urbanas.³⁷ De acordo com Paulo Bertran, com o plano,

tentou-se coibir a invasão ou apossamentos de terrenos públicos, murados por particulares, bem como a concessão de chácaras, que doadas pela Câmara da Vila, ameaçavam impedir a expansão ordenada. Foi esse o momento de abertura de extensas ruas como as do Passos da Pátria e da capela Santa Bárbara. Do lado sul, planejou-se os traçados das Ruas Ernestina (Travessa Áurea) e da rua Hermógenes Coelho, atual Rua Nova Luziânia. Para todas estas modificações e expansões, o governador Luís da Cunha providenciou, também em 1782, o levantamento [dos edifícios] com toda a ocupação da cidade e marcação de ruas existentes e planejadas, lotes e chácaras.³⁸

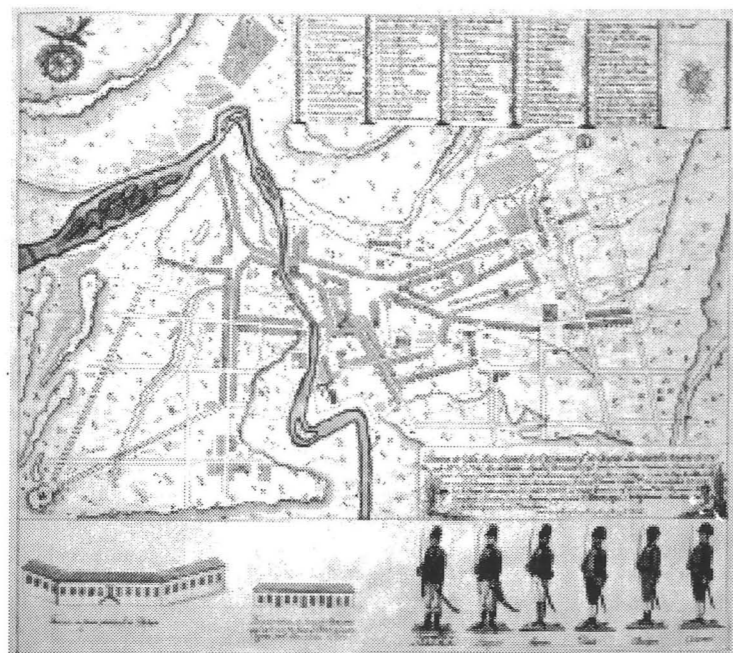


11. Proposta de realinhamento do tecido urbano de Vila Boa, aproximadamente 1782.
(REIS GOULART, Nestor. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000)

³⁶ Apud: BERTRAN, Paulo. *Notícia geral da capitania de Goiás*. Op. cit., p. 50.

³⁷ “Sendo-me encarregado pela Rainha Fidelíssima Nossa Senhora o governo desta Capitania não só pelo que pertence à boa administração da Justiça e conservação dos seus Vassallos, mas também ao Aumento das povoações de que elas se compõem, acho não ser menos importante ao bem público e pertencer igualmente a minha obrigação a boa regularidade de se construírem seus edifícios, para que debaixo do preceito de alinhamento formem um agradável prospecto e conseqüentemente subam ao maior auge da Polícia e civilidade, de que tanto depende a conservação da sociedade civil. Carta ao ouvidor da Comarca com as instruções acima para as deixar recomendadas à Câmara na audiência Geral”. Apud: BERTRAN, Paulo. Idem, p. 59.

³⁸ Idem, p. 50.



12. Plano de expansão de Vila Boa de Goiás, 1782.
(REIS GOULART, Nestor. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000)

Com as iniciativas desses governadores, iniciaram-se as maiores transformações espaciais de Vila Boa, com reformas que previram não só o alinhamento da estrutura anterior, como também a melhoria do acesso à Igreja Santa Bárbara e a inserção da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em uma quadra.

Assim, nessa segunda metade do Setecentos, Vila Boa ficou marcada por resistências, intenções, reformas e a construção de maior número de capelas, como as de São Francisco de Paula (1761), Nossa Senhora da Boa Morte (1762), Nossa Senhora do Carmo (meados do século XVIII), Nossa Senhora da Lapa (1749) e Santa Bárbara (1775). Nossa Senhora da Abadia (1793) e Nossa Senhora das Barracas (1793), apesar de terem se erguido depois das reformas urbanas de José de Almeida e Cunha Menezes, mantiveram a aparente lógica da implantação das primeiras igrejas, destacando-se pelos seus volumes soltos do casario e assentamento em áreas privilegiadas.³⁹

Além de todas essas capelas e reformas do traçado, que buscavam maior regularidade das estruturas existentes, houve também orientações para a construção de fachadas de casas, que deveriam ser uniformes e regulares,⁴⁰ a construção de uma loteria, de um açougue, de “uma alameda e passeio público no largo do Chafariz, e para isto se plantaram por ordem as árvores, que depois foram cortadas”,⁴¹

³⁹ São poucos os dados e informações sobre as capelas Nossa Senhora da Lapa e Nossa Senhora das Barracas, edifícios que ruíram tempos atrás.

⁴⁰ “Todas as Casas ou Edifícios que de novo se construírem, será pela mesma regularidade das melhores que se acham na dita rua edificadas, para que desta forma se aumente a população da terra debaixo de um agradável prospecto e civilização. Isto é pelo que pertence à frente da Rua, ficando o interior à eleição de seu dono (...).

Na Praça principal enquanto se não põe em pratica o determinado acima sobre a reedificação, mandarão os donos das casas pintarem as janelas e portas todas de uma cor, para assim suprir a irregularidade do prospecto com que foram construídas”. Posturas urbanas de Luís da Cunha Menezes. Apud: BERTRAN, Paulo. *Op. cit.*, p.58-59.

⁴¹ TELES, José Mendonça. *Op. cit.*, p. 98-99.

a reedificação das três pontes, e, no final do século, a presença de um Jardim Botânico,⁴² que se ergueu segundo um ofício enviado do palácio de Queluz. Nele, lê-se:

Sobre o Jardim Botânico:

Palácio da Guarda 31 de julho de 1799 Off. De D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Francisco de Sousa acusando as informações sobre as árvores em cuja casca se attribuem as virtudes da Quina e da outra (...) cura a hydropesia; sobre a abundancia de salitre na (...) sobre o estabelecimento do terreiro público, sobre a vacina, sobre a criação de correios para Goyaz, sobre o estado das melícias exigindo mappa da população, e que dê incremento ao Jardim Botânico, cultivando, aumentando a cultura da árvore de pão, caneleira, pimenteira, cravos da Índia, café, etc.(...).⁴³

Com todas essas iniciativas de reformas e construções, inaugura Vila Boa uma nova fase de sua história urbana, que passou a se organizar pelos parâmetros da regularidade. Expressava agora valores bem diferentes daqueles que estavam em jogo no período de implantação do plano. Não se tratava mais de equilibrar os dois poderes, laico e religioso, representados pela Matriz de Santana e Casa de Câmara e Cadeia, mas de exaltar a razão iluminista que, gradativamente, foi se manifestando através de uma maior tendência à regularidade do traçado e das fachadas das construções e da presença do passeio público e do Jardim Botânico. Essa lógica passou, então, a ser o princípio norteador das estruturas urbanas da antiga capital, como se vê nas determinações da Coroa:

Igualmente Ordena Sua Alteza Real que V. S^a dê alguns prêmios aos que promovessem mais huma cultura útil, [de árvores] ou nova, e que proponha com as sua luzes, e actividade o que julgar mais conveniente para exercitar esses Espíritos indolentes ainda mais pelo clima, que habitão do que por qualquer outro motivo, e o mesmo Senhor espera que V. S^a. Até neste artigo deixara lançadas as raízes de hum grande bem para o futuro (...).⁴⁴

A partir desse momento, com esse conjunto de transformações bastante inovadoras, demarcou-se em Vila Boa a dimensão propriamente pública, ou melhor, assinalou-se nitidamente a dessacralização do seu espaço. A esfera do sagrado, que antes se confundia com a do profano e se estendia às ruas e largos, ficava agora, fundamentalmente, reservada aos adros e espaços internos das edificações religiosas.

⁴² “Sobre o Jardim Botânico: (...)

(...) Pelo officio N. 348, e Mappa que o acompanha fica Sua Alteza Real sciente do Estado do Jardim Botânico nessa cidade, e o mesmo Augusto Senhor manda louvar muito a V. S^a pelos esforços, com que tem creado, e augmentado o mesmo Jardim, de que para o futuro se hão de seguir os melhores effeitos, os quaes ainda que a principio sejam vagarozos, com o tempo, e com o effeito lento, mas successivos da razão hão de fazer se úteis e palpáveis, e para este fim Ordena Sua Alteza Real que V. S^a deixe disposto o modo, porque se hão devir sempre augmentando particularmente as espécies preciosas, quaes arvores a pão, gameleira, pimenteiras, cravo da Índia, arvores de café, arvores de construção e como desse viveiro se hão de hir distribuindo para as outras Capitánias, V. S^a. deve offerece-las aos respectivos Governadores, logo que as tenha em maior abundância. D.Ge a V.S^a Palácio de Queluz em 31 de julho de 1799. D Rodrigo de Souza Coutinho”. Arquivo da Biblioteca Nacional. *Guias de Comunicações*, I, 28, 33. Rio de Janeiro.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem, Ibidem.

1.5 IGREJAS E LARGOS: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS

As práticas urbanísticas adotadas em Vila Boa no século XVIII possibilitaram o predomínio visual dos seus edifícios religiosos em relação à sua paisagem, privilegiando-os com uma certa independência em relação ao casario e ao traçado das ruas, mesmo em casos como o da Igreja Nossa Senhora do Carmo, cuja tradicional implantação foi prejudicada pelas reformas de Cunha Menezes, que a inseriram numa quadra – uma configuração absolutamente nova na história das igrejas vilaboenses.

Aliados da concepção que destaca os edifícios como blocos proeminentes, formavam-se, como vimos, largos e adros, os últimos conhecidos como elementos urbanísticos complementares:

Cada um desses espaços tinha a sua própria lógica e a sua expressão formal. Por exemplo, os adros dos Franciscanos tinham uma forma alongada e eram centrados em um cruzeiro em torno do qual se realizavam procissões. Já os terreiros de Jesus ou pátios de colégios jesuítas eram de forma quadrada ou retangular, dominados pelos edifícios da igreja, colégio e residência dos padres.⁴⁵

No Setecentos, esses espaços pios destinavam-se ao atendimento dos vários interesses ritualísticos, incluindo as dimensões laicas, e eram importantes locais de caráter sacro e profano, integrados à estrutura urbana da cidade. Para tanto, suas construções deviam atender a normas eclesiásticas e estatais, que condicionavam a escolha dos “locais sacros a céu aberto, a implantação topográfica geral, a trama viária, a significação maior ou menor das parcelas de lote urbano. Os adros foram por muito tempo locais pios, pontos altos de todo o conjunto urbano, de toda a rede de seus espaços internos comuns”.⁴⁶

Em Vila Boa de Goiás, as capelas de São Francisco de Paula (1761) e Santa Bárbara (1775) são os dois únicos exemplares que possuíram (e possuem) adros formalmente delimitados, provavelmente por se localizarem, respectivamente, num oiteiro e numa colina. Esses adros desenvolveram-se com dimensões reduzidas e participaram do tecido urbano de forma diferenciada: o de São Francisco, próximo ao núcleo central, articulou-se mais diretamente com as vias que conduziam ao Largo da Matriz; e o de Santa Bárbara, mais distante, manteve uma relação secundária com essas circulações, com apenas um único acesso que o ligava ao núcleo da Vila, feito a partir da reforma urbana de Cunha Menezes. Nos dois casos, os destaques urbanísticos das igrejas foram reforçados por esses elementos, que acentuavam sua independência em relação ao traçado urbano.

As demais igrejas de Vila Boa, por não apresentarem adros, relacionam-se diretamente com os largos, não estabelecendo nítidas barreiras físicas entre as dimensões do sagrado e do profano.⁴⁷ Largos e ruas estruturam-se como espaços de múltiplas funções, acolhendo importantes festividades, encontros sociais e manifestações religiosas e populares. Quanto a isso, Murilo Marx afirma que “os adros não apenas proliferam em nossas cidades tradicionais, como se confundem com quase todos os seus largos”.⁴⁸

⁴⁵ TEIXEIRA, Manuel e VALLA, Margarida. *Op. cit.*, p. 219.

⁴⁶ MARX, Murilo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988. p. 111.

⁴⁷ Murilo Marx esclarece a questão sobre o uso dos adros, especificamente sobre o fato de esse espaço exercer também a função de asilo. MARX, Murilo. *Op. cit.*, p. 125.

⁴⁸ Idem. p. 121.

Um importante exemplo dessa condição é o da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, que se situou na confluência de duas ruas e se voltou para o mais antigo e tradicional espaço da Vila: o largo da Matriz. Sua disposição orientou-se para a Rua Direita que, ao se desenvolver perpendicularmente a ela, permitiu um pleno diálogo com a antiga Igreja dos Pretos. Nessa implantação, o edifício destacou-se de forma solta e isolada em relação ao casario, e a sua visibilidade e independência foram garantidas a tal ponto que ele não ficou prejudicado pelas proporções monumentais da antiga Matriz de Santana.



13. Vista da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.
(FERREZ, Gilberto. *O Brasil do primeiro reinado visto pelo botânico William John Burchell*. 1825-1829. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória)

Na paisagem da atual cidade de Goiás, a Igreja Nossa Senhora do Carmo está visivelmente prejudicada, porque se situa em meio de quadra e não dispõe de grandes recursos formais, ou de uma escala generosa que lhe proporcione uma volumetria solta, ou um melhor destaque no contexto urbano. Sua construção, executada a partir dos tradicionais princípios adotados no Arraial de Santana, foi iniciada por volta de meados do século XVIII e alterada pelas propostas de realinhamento de 1782. A capela, inserida no novo traçado da Vila, permitiu que novos edifícios fossem erguidos ao seu redor, adquirindo a atual configuração.

Nossa Senhora da Abadia, entre todas as igrejas existentes, foi a única edificada a partir do traçado proposto por Cunha Menezes, quando Vila Boa já se apresentava com um traçado mais regular, formado a partir de quadras. No entanto, sua concepção manteve o princípio dos edifícios erguidos em cotas mais altas para valorização volumétrica, reforçado pela escolha de uma área formada em esquina pelas ruas Nova e Padre Salvador.

Assim, não obstante as aparentes semelhanças de implantação que as igrejas vilaboenses guardam entre si, ao longo do século elas se organizaram a partir de diferentes articulações com o seu entorno. Num primeiro momento, mais do que uma referência para a população, o edifício religioso foi o elemento propulsor da formação urbana, orientando a abertura de largos e ruas e hierarquizando

o espaço em função de suas diferentes localidades, relacionadas às irmandades e confrarias do Santíssimo Sacramento, dos Pretos, Pardos e outras que se vincularam às respectivas igrejas. Com a definição da grande *praça* no ato de fundação da Vila, as igrejas passaram a se relacionar com o espaço urbano de forma distinta. Por certo permaneceram com papel singular na organização hierárquica do espaço urbano, mas não se orientaram exclusivamente por um foco religioso, vale dizer, o Largo da Matriz. O centro ficou na tensão entre o sagrado e o profano, entre a igreja e a casa de câmara e cadeia. A vila instituiu, portanto, uma nova ordem simbólica do espaço, na qual a “disputa” pelas melhores localidades teve em vista a própria cidade, não mais os anteriores diálogos visuais entre as igrejas e a matriz. Por fim, as várias transformações no tecido da cidade decorrentes dos novos valores da cultura iluminista impuseram critérios de orientação e ordenação dos edifícios a partir de traçados mais rigorosamente regulares, que não visavam a outro significado senão ao da “ordem da razão”. Nessas diferentes experiências e práticas urbanísticas da Expansão Ultramarina, a arquitetura religiosa foi sempre um elemento crucial da formação de cidades.

2

CAPÍTULO

O EDIFÍCIO DA ORDEM SOCIAL

O entendimento da arquitetura religiosa Setecentista, não só no que diz respeito aos aspectos formais e estilísticos, mas também aos seus planos de necessidades, organizações de espaço e relações urbanas, requer a consideração de condicionantes sociais e institucionais, de normas civis e eclesiásticas, influenciadas pela aliança que se estabeleceu entre o Estado português e a Igreja. Para se considerar tais condicionantes e suas inter-relações com a arquitetura, deve-se partir, primeiramente, dos vínculos que a igreja manteve com a coroa, das suas instâncias de jurisdição e das dimensões sociais que toda essa estrutura possibilitou.

Em Vila Boa de Goiás, as legislações eclesiásticas, estatais e as relações sociais incidiram na construção das igrejas e capelas, apesar da inexistência de ordens religiosas. Revelaram-se através de associações leigas, que substituíram responsabilidades que, em princípio, eram estatais.

No tecido urbano, essas legislações e as iniciativas dos grupos leigos, juntamente com as ações de particulares para a construção das igrejas promoveram uma ordenação espacial hierarquicamente marcada por edifícios religiosos, avaliados pelo seu grau de importância, pelas suas dimensões, imponência e implantações em diferentes sítios, manifestando e, por assim dizer, regulando a estrutura social de Vila Boa.

2.1 A ADMINISTRAÇÃO ECLESIÁSTICA EM GOIÁS

O século XVIII, para os países Ibéricos, caracterizou-se por complexas e imbricadas relações entre a Igreja e o Estado, unidos intimamente através do regime de Padroados,¹ que concedia amplos

¹ “No decorrer do tempo, o Padroado transformou-se numa tutela do direito magístico em assuntos espirituais e eclesiásticos. Além da concessão de posse de terras descobertas, a coroa portuguesa adquiriu também o direito de recebimento de dízimos, apresentar bispos e demais eclesiásticos, fundar conventos e seminários, criar paróquias, fixar número de religiosos que podiam vir para a colônia, controlar a comunicação entre as autoridades eclesiásticas e o Papa e vice-versa, dar ou recusar autorização de publicar, em suas terras, os documentos pontifícios. Em troca, tinha como obrigação zelar pela construção e conservação dos templos, prover as igrejas e capelas de tudo o que necessário fosse para o culto; remunerar o clero e missionários e promover a expansão da fé católica.” VALE. Marília M. Brasileiro. *Arquitetura religiosa do século XIX no antigo sertão da Farinha Podre*. Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1998. p. 28.

privilégios aos monarcas e lhes permitia estabelecer diretrizes para a estruturação da colônia, conforme suas conveniências e desejos, tornando-se patronos de seu país e das terras conquistadas. A união dessas instituições representou uma relação de direitos e obrigações: ao Estado, competiram as funções administrativas das capitanias, como as de fiscalizar impostos, erguer edifícios religiosos e públicos; e à igreja, a evangelização e divulgação dos dogmas cristãos. Para uma melhor implementação dessa administração político-religiosa, o governo português instituiu órgãos específicos, denominados: Casa de Suplicação, Conselho Ultramarino, Mesa de Consciência e Ordem, e instituições ordinárias do poder colonial, que respondiam pelas questões jurídicas e eclesiásticas. Ao Departamento de Consciência e Ordem caberia, além de outras ações, conceder licenças para a construção de Igrejas, apenas liberadas após verificação dos recursos disponíveis das ordens, confrarias e paróquias, exigindo patrimônio necessário para os novos empreendimentos. Ao Conselho Ultramarino couberam os pareceres sobre as questões coloniais, passando, preliminarmente, por avaliações de procuradores e desembargadores da coroa.

Na capitania de Goiás, a Igreja chegou em 1726, com eclesiásticos que, além de divulgarem a fé, contribuíram para a implementação da política colonial portuguesa. Até 1749, a capitania pertenceu a São Paulo. Depois dessa data adquiriu independência política, mas a sua administração religiosa permaneceu sob a jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro até 1805. O Bispado do Rio de Janeiro havia se formado em 1676, cobrindo uma extensão que abrangia todo o território do Rio e a costa marítima brasileira do Jequitinhonha até o Rio da Prata. Tanta extensão territorial dificultava uma efetiva fiscalização e, em 1745, a diocese² desmembrou-se em cinco territórios formados pelos Bispados do Rio de Janeiro, Dioceses de São Paulo e Minas Gerais e as Prelazias de Goiás e Cuiabá, instituídos pela Cúria Romana através da "Bula *Candor Lucis Aeternae*." Entretanto, Goiás, mediante numerosas e prolongadas vacâncias, permaneceu ainda sob a antiga jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro.

A criação da Prelazia de Goiás apresentou-se como uma solução conveniente para a metrópole, pois foi reconhecida pela Santa Sé e garantiu e legitimou o domínio das terras goianas pelos lusitanos. Diferentemente de bispados que eram erguidos em cidades e com catedrais, a prelazia contou apenas com a elevação de sua antiga capela a Matriz, regida por um bispo *in partibus*, que, embora tivesse poderes de jurisdição, não podia administrar os sacramentos de ordem.

Na arquitetura, com a prelazia, as construções de ermidas, capelas e capelas curadas foram controladas por um conjunto de normas indicadas e registradas a partir dos números 683 até 686 da Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, um importante documento redigido em 1707 e que compreende 1318 parágrafos, escritos em cinco livros, com diretrizes que regeram a religião por muito tempo, não só no que diz respeito às orientações da vida religiosa mas também quanto a procedimentos construtivos específicos para reformas de igrejas e escolha de locais para edificá-las, conforme se lê no artigo 687:

² "Diocese é uma unidade administrativa básica da Igreja, com circunscrição territorial autônoma e de direito próprio presidida por um bispo. A prelazia é uma diocese em embrião, mas independente de uma diocese e sem bispo e freguesia. Seria hoje a paróquia com suas capelas filiais possuindo geralmente capelães permanentes." MORAES, Cristina de Cássia Pereira. "O cristianismo na região Centro - Oeste". *XXVI Simpósio anual do CEHILA/BRASIL, Religiosidades, misticismos e história no Brasil central*. Set. 1999.

(...) as Igrejas devem-se fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sítio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviando, quando possível, de lugares immundos, e sordidos.³

O padroado organizava-se, *grosso modo*, por uma estrutura administrativa que configurava distribuições setoriais ao encargo de autoridades civis e religiosas, compreendendo arcebispados, bispados, prelazias, dioceses e paróquias.⁴ Essas últimas foram delimitações territoriais eclesiásticas de referência do povo, associadas a uma igreja, como uma espécie de distrito. Com tal estrutura, era de se esperar que a criação de capelas fosse importante, pois, através delas, surgiam as paróquias, nas quais se desenvolviam estruturas sociais e administrativas sólidas para a consolidação efetiva de uma população.

Após o Concílio de Trento, as paróquias apresentaram-se como unidades de destaque e excelência na missão clerical, responsáveis pelo discurso centralizador das práticas religiosas. No panorama social do século XVIII, coube a elas o exercício de um importante papel de caráter legislador, como a cobrança dos dízimos referentes às questões litúrgicas, a organização das festividades, serviços religiosos, ereção de capelas particulares, etc. Entretanto, "nos primeiros tempos, sua ação foi desconhecida, individualizada. Quando se poderia estabelecer, o Estado a impediu, através de toda uma legislação restritiva. Assim não restou à Igreja outro recurso senão o de atrelar-se às associações leigas".⁵ Ficou, portanto, absorvida pelas questões burocráticas, perdendo sua ação na esfera de outras representações religiosas e abrindo precedentes aos leigos, que assumiram a prática de várias funções urbanas, inclusive a da construção de igrejas e capelas, que se constituíram em verdadeiros símbolos de estabilidade e segurança comunitária.

Através das paróquias, das irmandades e confrarias formou-se uma sociedade na qual ninguém escapava à necessidade de apelar para instituições religiosas para conseguir emprego, emprestar dinheiro, garantir sepultura, providenciar dote para a filha que queria casar-se, comprar casa, arranjar remédio".⁶

Não obstante a importância da paróquia, foram as irmandades os verdadeiros grupos dinamizadores de ações nos núcleos urbanos de caráter aluvionário e tornaram-se peças importantes na estrutura social da colônia. Em sua grande maioria, instituíram-se antes mesmo de possuírem seus espaços religiosos, formando-se não apenas para a constituição de laços fraternos e espirituais, mas também para cobrir necessidades materiais, o que transformou a construção de capelas num meio de assegurar sobrevivência.

³ Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo.

⁴ Em sentido estrito, a paróquia era uma entidade diocesana limitada, cuja população possuía área determinada e ministros que lhes prestavam assistência espiritual. Mas, numa significação prática, embora menos freqüentemente fosse definida, a Paróquia assumia o sentido de um território.

⁵ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986. p. 23.

⁶ HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro, 1550-1800*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 18.

2.2 OS CONDICIONANTES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

O estudo das capelas é central para a compreensão dos núcleos urbanos mineratórios, porque foram elas que assumiram um papel decisivo nas estruturas espaciais e sociais, efetivadas de forma hierárquica e excludente. Foram elas a grande referência de uma população que, segundo Boschi, foi carente de atividades mais dinâmicas e utilizava-as por serem locais comunitários e de reais significados religiosos. Abrigavam diversas funções, como as intercomunicações expressas em festas, casamentos, funerais e batizados. Ao se erguerem igrejas e capelas não se pensava apenas nos aspectos espirituais da população, mas os intuitos de agregação e interação também estavam implícitos, formando associações que se fortaleceram ao longo do tempo por atuarem em várias dimensões com propósitos religiosos, beneficentes e de ajuda mútua.⁷

Na Capitania de Goiás, as capelas foram erguendo-se paralelamente à formação dos aglomerados urbanos decorrentes de descobrimentos auríferos e, portanto, diretamente relacionados aos crescimentos econômico e populacional. Ferreiro, Ouro Fino e Barra foram os primeiros arraiais dos "Guayazes", surgidos com suas capelas, o último sendo o primeiro a levantar uma dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Com a formação de novos povoados, outras capelas foram construídas e dedicadas a diversos santos de devoção: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Penha, São João Batista, Nossa Senhora do Pilar, Santana, etc. Em 1727, às margens do Rio Vermelho, constituiu-se, conforme visto, a Capela de Santana, com o arraial de mesmo nome. Posteriormente, com a criação de sua paróquia em 1729, transformou-se na primeira Freguesia e depois em Vila Boa de Goiás.

À medida em que a população goiana fixava-se e organizava-se em associações leigas, aumentava conseqüentemente a demanda de solicitações para a criação de espaços religiosos que comportassem atividades necessárias à sua sobrevivência. Em 1783, Luís da Cunha Menezes apresentou à Coroa 21 freguesias e 16 capelanias. Após essa data, a capitania passou a contar com um total de 27 freguesias, com suas respectivas matrizes, e 44 capelas filiais.⁸

Entretanto, era interesse da comunidade que o reconhecimento de suas capelas se fizesse oficialmente, como afirma Murillo Marx ao descrever o processo de reconhecimento institucional de capelas e arraiais como um desejo social:

(...) uma ermida, uma capela eram, e foram por tanto tempo, uma aspiração de um pequeno arraial. A assistência desejada, a confraternização acostuada e os aspectos institucionais eram justificados por tal aspiração. Não bastava, contudo, erguer uma ermida; não bastava construir, por melhor que fosse, uma capelinha; era necessário oficializá-las. Não era suficiente dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso em comum; era necessário sagrá-lo.⁹

⁷ BOSCHI, Caio César. *Op. Cit.* p. 22.

⁸ Após essa data, a capitania contava com um total de 27 freguesias, com suas respectivas matrizes, e 44 capelas filiais. MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Op. cit.*, 1999.

⁹ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel Editora/ Universidade de São Paulo, 1991. p. 19.

Dois eram os procedimentos de reconhecimento dessas capelas: as coladas,¹⁰ que garantiam a presença de um padre sustentado pelo Estado português e recursos para a manutenção de suas igrejas; e as encomendadas ou de natureza eclesiástica, erguidas por ordem dos bispos, que solucionavam, temporariamente, gastos da coroa, e atendiam às imediatas solicitações comunitárias, através de acordos com os núcleos populacionais, que deveriam assumir as despesas adicionais através de tributos conhecidos como "conhecenças", "pés-de-altar" e "esmolas da bacia".¹¹ Obviamente, segundo a política de colonização portuguesa, as capelas encomendadas multiplicavam-se invariavelmente mais que as coladas, apesar dos inúmeros pedidos para colações, que eram a condição para se contar com maiores facilidades na obtenção de recursos para a construção de matrizes e determinação de côngruas¹² para seus párocos. Em Vila Boa, a antiga capela de Santana, fundada por Bartolomeu Bueno, elevou-se a Matriz no ano de 1743, com colação em 1758, ficando as de Nossa Senhora do Rosário, São Francisco de Paula, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora da Abadia, Santa Bárbara e Nossa Senhora da Lapa como suas filiais.

Entendendo as igrejas e capelas como edifícios de grande importância social, era de se esperar que o desejo dos vários segmentos sociais, agrupados ou não em irmandades, fosse o de possuir o seu próprio espaço religioso, para abrigar suas devoções, fazer reuniões de irmãos, promover festas, garantir sepulturas, além de obter o respeito e o devido reconhecimento social, o que corresponderia a uma *definição de status*. Entretanto, a realização desse anseio dependia dos recursos financeiros dos erectores, definindo-se o patrimônio com vários encargos tributários, tais como: taxas para liberação de documentos e licenças oficiais para provisão de equipamentos indispensáveis ao exercício do culto, compras ou cessões de terrenos, riscos, contrato de execução e, finalmente, a colocação da obra em praça pública para concorrência no regime de "arrematações". Esses eram alguns dos fatores que, evidentemente, dificultavam a concretização desses empreendimentos, implicando em constantes esforços dos adquirentes para a obtenção das concessões de licenças, recursos para a aquisição de patrimônio e cumprimento das normas eclesiásticas, que exigiam locais especiais para as implantações dos edifícios.

Os Patrimônios religiosos eram administrados por uma entidade que devia merecer a autorização da Igreja e obedecer também aos preceitos das Ordenações do Reino, controlados pelas autoridades judiciárias. A terra, alguma outra dotação em bens móveis, víveres ou dinheiro representavam o dote inicial. Propiciavam, assim, as condições para a construção do templo, para sua manutenção e reparo. Em troca, os fundadores do patrimônio, os que tornavam possível a existência da capela, obtinham atenções especiais para si e para os seus em termos espirituais, como missa após a morte.¹³

¹⁰ As capelas coladas eram criadas pelos monarcas, fundamentados no direito real do Padroado, conforme se vê no documento a seguir: "Parece a Meza que sendo certo S. Magestade pode prover as Igrejas dos seus Dominios Ultramarinos sem preencher concurso; pois como Igrejas da Ordem de Christo, não sujeitas a disposição do Concílio Tridentino, com tudo o zelo da Religião e o vigilante cuidado que tanto resplandese no Real Animo de V. Magestade e que sempre cuida diligentemente em dar as ovelhas que lhe são sujeitas (...). Requerimento do Padre Jozeph Bento de Oliveira para colação. Comarca de Goiás do Bispado do Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1767". Arquivo Histórico Ultramarino. *Requerimento de 1767*, códices 943 a 947. Lisboa.

¹¹ Consistiam as "conhecenças" numa espécie de "dízimos pessoais" cobrados pela obrigação da confissão anual e comunhão pascal e os "pés-de-altar" em ofertas voluntárias por sacramentos administrados. HOORNAERT, Eduardo. *História da igreja do Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 284-286. Esmola da bacia - "Recolhida durante o sacrificio da missa, por ocasião de festas". MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Op. cit.*, s/p.

¹² "Côngruas era o sustento financeiro pago pelo padroado através da folha eclesiástica". Idem.

¹³ MARX, Murillo. *Op. cit.*, p. 39.

Quanto à legislação mais específica sobre o direito de construir, Francisco de Paula Dias de Andrade, em *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*, entende que o mais completo tratado sobre as questões relativas às edificações civis, religiosas e a urbanística é o de Manoel Alvares Ferreira (1706) ou Emmanuel Álvares Ferreyra, distribuído em seis volumes: o primeiro trata das classificações das igrejas, normas legais e eclesiásticas para suas construções, soerguimento de colégios, igrejas patriarcais e paroquiais, capelas, oratórios públicos e particulares e dos padroados, etc; o segundo estabelece condições de uso para esses edifícios, locais sagrados, públicos e particulares; o terceiro discorre sobre os aspectos relacionados à reconstrução, demolição e recuperação de edifícios; no quarto livro estão os trâmites para concessão de licenças, interdição e embargos; e nos livros quinto e sexto, processos judiciais referentes às construções e licenças legais para demolições.

Documentos de 1775 atestam que normas relativas a licenças e demarcação de igrejas previstas pela Constituição do Arcebispado da Bahia¹⁴ e pelo código de Manuel Alvares alcançaram Vila Boa, incidindo na construção de seus edifícios religiosos, sendo possível observar que, mesmo sem a citação do “risco”, houve claras especificações de “esquemas” definidos no ato da demarcação, como: posição da obra no terreno, local destinado ao adro e definição de medidas.

Aos 3 dias do mez de setembro de 1775, nesta Villa Boa de Goyaz, em morro de Santa Barbara, em a entrada que vai para o Carreiro, Barra e Anta e onde eu, escrivão adiante nomeado, fui vindo e sendo achi com o muito Revdo Ministro Dr. Francisco das Chagas Vidal de Mendonça Ávila Corte Real, Vigário da Vara nesta Villa e sua Comarca, para o efeito de assignnar o lugar em que se há de erigir a capela da gloriosa Santa Bárbara, a requerimento dos devotos da mesma Santa, em presença do mais povo que servirão de testemunhas e vão assignadas abaixo, a que tudo se procedeu a medição e demarcação no respectivo lugar e plano em que se há de fundar a dita capela com seu adro o qual consta de 15 braças de comprimento 10 de largo; para que se puseram os marcos e se assentou uma cruz no lugar onde havia de ficar o altar da mesma Santa, e para constar fiz este termo que assignarão o Revmo. Dr. Vigário da Vara, e eu, Manoel Teixeira Paiva, escrivão do auditório ecclesiastico (...).¹⁵

O documento acima possibilita a leitura dos trâmites legais para a aquisição da licença para a construção da capela de Santa Bárbara em Vila Boa. No primeiro momento, os solicitantes dirigiram-se à Câmara, requereram as comprovações patrimoniais e a autorização para construir. Após deferimento, encaminharam as comprovações para a fiscalização, que se realizou na área a ser edificada, sendo o vigário o próprio Juiz da Vara que, juntamente com o escrivão, foram os realizadores das demarcações. Considerando-se o tamanho e a simplicidade da capela de Santa Bárbara, pode-se supor

¹⁴ Artigo 687 - “Conforme direito Canônico, as Igrejas devem fundar, edificar em lugar decente (...) desviando quando possível, de lugares immundos, sordidos, de casas particulares, de outras ao redor dellas, que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos fregueses todos, mais ainda de mais gente de fora, quando concorrer as festas, se edifiquem em lugar povoado, onde estiver o mayor número dos fregueses. E quando se houver de fazer, será com licença nossa, feyta vistoria: Iremos primeyro, ou outra pessoa de nosso mandado, levantar huma Cruz no lugar onde houver de estar a Capella mayor, se demarcará o ambito da Igreja, adro della. Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade. *Constituição do Arcebispado da Bahia*. São Paulo.

¹⁵ Arquivo Frei Simão Dorvi. *Auto de demarcação da Igreja Santa Bárbara*. Documento avulso de 1775. Cidade de Goiás.

que esse foi o procedimento burocrático habitual para as demais capelas de Vila Boa, em conformidade com as determinações da Constituição do Arcebispado. Nessa lei suprema, essa era, de ordinário, a determinação sob cujas responsabilidades ficariam as autorizações de construção de capelas, fiscalização do local e verificação das condições apropriadas para a construção, em observância às legislações canônicas e jurídicas. Com as prerrogativas do Padroado, ao “funcionário” cabia conceder licenças para as construções, ficando para a igreja somente as visitas de aprovação das condições da obra. No caso apontado, juiz e padre assumiram uma dupla função, permitindo perceber as imbricadas relações entre as instâncias da Igreja e do Estado.¹⁶

No Tratado de Manuel Álvares, fica evidente a atribuição dessa atividade: “cabia ao magistrado e às autoridades urbanas em geral, a fiscalização das construções e da utilização dos espaços da cidade. O licenciamento de novas construções dependia do parecer do Conselho”,¹⁷ o que efetiva a notoriedade do poder estatal ao lado das legislações eclesiásticas, numa disputa que veio se desequilibrando a favor do Estado até o final do século.

No que se refere à implantação do edifício, a legislação eclesiástica previa, em um dos artigos das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,¹⁸ que ele deveria ser levantado em locais específicos, conforme suas diferentes categorias: às igrejas paroquiais, aconselhava-se que tivessem capela-mor voltada para o oriente,¹⁹ de maneira que a porta estivesse instalada em direção oeste. Se isso não fosse possível, que a implantação do edifício se voltasse pelo menos para o meio-dia. Em hipótese alguma poderia estar voltada para o ocidente. Para as capelas, a lei não previa grandes exigências, a não ser as condições básicas para a realização do culto, devendo elas apresentarem-se de tal modo que “não o sejam de escândalo pela pouca decência, e ornatos delas”; e especificação de materiais, estabelecendo “pedra e cal e não somente de madeira ou de barro, assignando-lhe dote competente ao menos de 6.000 réis cada anno para fábrica, reparação e ornamentos”.²⁰

Marília M. B. Teixeira, em seus estudos, observa que, nas capelas mineiras, geralmente não houve uma correspondência direta das dimensões e planos dos edifícios e suas categorias eclesiásticas,

¹⁶ A intervenção estatal também pode ser vista com Cunha Menezes, quando ele solicita a construção de mais capelas para a Capitania de Goiás, como se lê, neste documento: “Que no anno de mil settecentos e oitenta fora ouvidor por provisão do Conselho Ultramarino na datta de nove de novembro de setecentos setenta e oito, sobre huma súplica que a V. Magestade fizerão os moradores e cultivadores do vasto certão daquele Estado do brasil, e América Meridional Portuguesa. Que hum dos pontos, e de mais icenciais da referida súplica era a falta de assistencia espiritual que experimentavão e actualmnete experimentão dos seus párcos, por não poderem suprir estes com obrigações naquella parte pellas grandes distâncias em que ficavam seus fregueses. Que sobre este ponto icencialissimo respondera com oparecer do Ouvidor Geral...mandou-se criar uma capella Parrochial no Arrayal de corgo do Jaragua (...) em consequencia de huma Pastoral do Bispado do Rio de Janeiro(...). Arquivo Frei Simão Dorvi. *Sobre a construção de capelas na Capitania de Goids*. Documento avulso de 1780. Cidade de Goiás.

¹⁷ ANDRADE, Francisco de Paula Dias. *Op. cit.*, p. 79.

¹⁸ “688 - Igrejas Parochiaes terão Capella mayor, e cruzeiro, se procura que a Capella maior se funde de maneyra, que posto o sacerdote no Altar fique com o rosto no Oriente, não podendo ser, fique para meyo dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente. Terão pias baptismas de pedra, e bem vedadas de todas as partes, armários para os Santos Óleos, pias de agoa benta, um púlpito, confissionários, sinos, sala de Sacristia, haverá mo ambito e circunferência dellas adros, e cemitérios capazes para nelles se enterrarem os defuntos, ao quaes adros serão demarcados por nosso Provisor, ou Vigário Geral, como acima fica dito, e os autos desta demarcação (...).” Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade. *Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia*. São Paulo.

¹⁹ “Até o Concílio de Trento, cujas directivas são difundidas a partir da segunda metade do século XVI, as igrejas deveriam ter o altar mor orientado para nascente e a porta principal, para poente”. CARITA, Rui. “As cidades atlânticas do século XVI: fronteiras e modelos estratégicos”. *V Seminário de História da cidade e do urbanismo*. Campinas, 1998.

²⁰ Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade. *Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia*. São Paulo.

podendo uma pequena capela ter sido elevada a matriz sem que necessariamente tivesse uma mudança de edifício. “O processo mais comum foi, no entanto, o de substituição das pequenas capelas por outras, de maiores dimensões, após ser elevada à matriz, procurando torná-la mais adequada e significativa de seu novo status”,²¹ conforme se atesta em Vila Boa, onde se ergueu uma nova igreja tão logo houve a identificação do potencial econômico do emergente núcleo populacional, representado simbolicamente pela Matriz de Santana.

Por fim, a legislação eclesiástica preocupava-se com equipamentos considerados essenciais à realização do culto, como: pia batismal, armários para Santos Óleos, pia de água benta, púlpitos, confessionários, sacristias, sinos e cemitérios devidamente estabelecidos nos arredores do templo ou nos adros. Ao que parece, essas também foram solicitações legais atendidas pela população setecentista de Vila Boa.

Sobre o não atendimento a todas as normas a serem cumpridas para o soerguimento de igrejas em Vila Boa, atribui-se muito desse quadro às próprias dificuldades regionais, como as das grandes distâncias dos núcleos populacionais litorâneos e as privilegiadas preocupações do governo com as atividades de fiscalização do ouro. Esses fatores contribuíram para que não houvesse a completa operacionalização das normas para a construção de edifícios e a não utilização dos materiais construtivos especificados, substituídos por outros que se adaptaram às condições locais, a que a taipa se adequou mais eficazmente.

2.3 OS ESPAÇOS RELIGIOSOS E A CIDADE

Uma melhor compreensão dos condicionantes do processo de composição dos edifícios religiosos de Vila Boa depende de um olhar atento às condições culturais e sociais de sua população. E, nesse sentido, torna-se imprescindível perceber a participação dos erectores frente às construções das igrejas, o que implica em dizer que essa relação também passa pelas lógicas internas de uma sociedade cuja dinâmica se fez a partir de hierarquias e exclusões, configuradas nas estruturas das irmandades.²² Estabelecer vínculos dessa natureza possibilita o entendimento das causas que levaram esses edifícios a adquirir distintas importâncias simbólicas no contexto urbano, como estabeleceram-se relações com o seu entorno mais imediato e quais foram os usos dos seus espaços internos.

²¹ VALE, Marília M. Brasileiro Teixeira. *Op. cit.*, p. 66

²² Tais relações hierárquicas podem ser vistas nas seguintes documentações:

I - [Irmandade do Santíssimo Sacramento] - “Nesta Irmandade, não haverá número certo de Irmãos e Irmãs, e se procurará o maior para o mais pronto serviço, honra, e louvor do Diviníssimo Sacramento, fazendo-se aceitação de Irmãos de Hum e outro sexo, assim casados como solteiros, todas as vezes que tiverem doze annos de idade, e dahi para cima”.

II - “Todos os Irmãos, e Irmãs, que se assentarem de hum e outro sexo, serão todas pessoas brancas idôneas, e sufficientes, e ornados de bons (...), para que huns sejam exemplos para outros, e sirvão como devem, sem repugnância, com toda reverência, e acatamento a tão soberano e Exelso Senhor.” Arquivo Frei Simão Dorvi. *Livro de compromisso do SS. Sacramento da Matriz de S.ta Anna de Goiás*. Cidade de Goiás.

[Irmandade do Rosário] - “Nesta Irmandade não haverá numero certo de Irmãos e Irmãs, porque na mesma se aceitarão pelo mais prompto serviço, (...) e louvor de Nossa Senhora do Rosário, todas as pessoas pretas, e de qualquer condição, e qualidade que nela se quizerem assentar por Irmãos, tanto de sexo, como de outros, assim cazados, como solteiros (...)”. Arquivo Frei Simão Dorvi. *Livro de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Villa Boa de Goyaz*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

A sociedade colonial de Vila Boa foi formada por associações leigas,²³ que se constituíram, inicialmente, por grupos de pessoas devotas de um mesmo santo padroeiro, compartilhando as mesmas necessidades. Essas associações civis foram responsáveis por algo vivo no cotidiano da época, pois, através de suas manifestações sociais, principalmente no âmbito religioso, moldaram importantes traços culturais na região. Criadas, em sua grande maioria, por leigos, assumiram funções suplementares às da igreja, semelhantemente a outras regiões do Brasil. Agiam com poderes de decisões no âmbito social e religioso. Surgiram e multiplicaram-se paralelamente à criação de capelas e até mesmo antes da formação de muitos arraiais. Caracterizavam-se por estruturas hierárquicas e seletivas na incorporação de seus membros, implicando sérios compromissos que lhes exigiam significativo grau de envolvimento, com ativa participação. Tinham regulamentos em forma de estatuto ou compromisso particular, que estabeleciam os direitos e deveres dos seus membros.

Quanto à construção de Igrejas e capelas, apenas se tem notícia da Irmandade do Santíssimo Sacramento como coordenadora das obras da Matriz de Santana e algumas indicações documentais apontam-na também como a que a levantou a Igreja dos Pretos, juntamente com a Irmandade do Rosário.

No âmbito urbano, as distinções sociais²⁴ dos erectores contribuíram para nortear a localização da igreja, com implantações que se fizeram a partir de critérios de escolha claramente contrapostos, marcando o caráter hierarquizado dessa população. A Matriz de Santana, que ocupou o mesmo local da antiga capela fundada pelo descobridor de Goiás, foi implantada em terreno mais elevado, distante das minas, em área de expansão da cidade e com população econômica e socialmente expressiva habitando ao seu redor.

²³ De acordo com o parecer do visitador Pe. Alexandre Marques do Vale, no ano de 1734, várias delas já existiam na Igreja de Santana, portanto, antes mesmo de o arraial se elevar a categoria de Vila. “Faço saber que aos oito de agosto deste prezente anno de 1734 vezitey pessoalmente esta igreja da Snra. Santa Anna, em prezença dos sacerdotes, confrarias, nobreza, e povo della (...) os Capellaens das Irmandades seraõ confessores, e sem o serem não poderão ser Capellaens e ajudarão nas confissões da quaresma, e jubileos ao Reverendo Parocho”. Arquivo Histórico Instituto D. Fernando. *Termo de Visitação de 1734*. Goiânia. “Dizem o Juiz, officiais e mais Irmaons da Meza da Irmandade do Glorioso S. Miguel Arcanjo, e Almas, erecta na Igreja Matriz de Villaboa de Goyaz, que para ter devido effeito, e inteiro cumprimento o Compromisso da sua Irmandade recorrem a V. Magestade seja servida mandar, que lhes passe Provizão de confirmação (...)”. Arquivo Histórico Ultramarino. *Provisão de 1781*. Lisboa.

“Este padre logo que entrou a exercer o Seu emprego, quis tomar contas a algumas Irmandades (...). Irmaons dos Passos, os das Almas e os de Nossa Senhora da Boa Morte (...) Villa Boa de Goyaz, 12 de julho de 1752”. Arquivo Frei Simão Dorvi. Documentos avulsos de 1752. Cidade de Goiás.

“Attestamos, e Certificamos, que tudo, quanto os Suplicantes referem neste e seu requerimento, he verdade; pois não havendo, como não há nesta Villa Irmandade de Mizericórdia, esta das Almas supre aquella falta sem emolumento, nem utilidade alguma, antes a sua custa exercita em todas as ocaziões precisas todos os actos de Caridade e piedade, não só com os justicados e Padecentes como allegão, mas também com os enfermos pobres, e desamparados, socorrendo-os em vida conforme podem, e sepultando aos que falecem”. Arquivo Histórico Ultramarino. *Documento da Câmara de Villa Boa, 1781*. Pasta de Goiás. Lisboa. Cunha Mattos, em *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*, lista a presença de algumas irmandades instaladas em capelas: “A Matriz tem as confrarias do Sacramento, Santana, Santo Antônio dos militares e empregados públicos e a do Senhor dos Passos. A igreja Nossa Senhora da Boa Morte, a confraria de homens pardos e Nossa Senhora do Carmo tem a Irmandade dos Pretos de Santa Efigênia”. MATTOS, Cunha Raymundo José da. *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*. Goiânia: Líder, [s/d]. p. 98.

²⁴ “Os brancos, nas minas dos Goyazes, reuniam-se, por exemplo, nas Irmandades do S. Sacramento (as mais antigas), ou do Senhor dos Passos; os pretos, geralmente, nas de N. S. do Rosário e S. Benedito; os pardos, sob a proteção de N. S. do Livramento, Santa Efigênia, N. S. do Carmo e N. S. das Mercês.” MAGALHÃES. Carlos Fernando Filgueiras de. “Confrarias religiosas como expressão artística nos séculos XVIII e XIX nas minas dos Goyazes”. In: *Rev. Inst. e Geog. de Goiás*. Goiânia. v. 14, n. 1, p. 21-35.

A Igreja dos Pretos implantou-se em área distante do núcleo fundacional, com acesso interceptado pelo Rio Vermelho e era circundada por habitações de negros e forros. Nossa Senhora da Boa Morte, iniciada por militares e cedida posteriormente à confraria dos pardos por imposição da coroa, situou-se em local privilegiado, simbolicamente erguida sobre os alicerces da antiga casa de Bartolomeu Bueno da Silva, ladeada pelas melhores casas da Vila e próxima à Matriz.

As demais capelas,²⁵ como as de Nossa Senhora da Lapa, levantada por Vicente Vaz Rocho, da Irmandade dos Mercadores; Nossa Senhora do Carmo, iniciada por Diogo Luiz Peleja, secretário do governo; São Francisco de Paula, por Antônio Thomaz da Costa, militar vindo de Minas Gerais; Nossa Senhora da Abadia, fundada pelo Reverendo Dr. Salvador dos Santos Baptista; Senhora das Barrancas, capela pública do cirurgião-mor Antônio da Neiva; Santa Bárbara, erguida por devotos dessa santa e situada mais distante do núcleo populacional; e Nossa Senhora da Abadia, erguida já no final do século, assumiram posições estratégicas que mostram concretamente as disputas por locais de destaque no traçado da cidade.²⁶

Hoornaert, ao discorrer sobre o espaço interior das capelas, diz que, genericamente, todas foram organizadas em torno da imagem de um santo. Entretanto, o seu real entendimento pode ser feito pela leitura das distribuições dos “lugares”, da posição das pessoas, de como se aproximavam dos santos e dos percursos dentro da igreja, “instalando-se uma dialética: a maneira como a sociedade brasileira entendeu a relação entre o homem e o santo não é absolutamente pacífica, mas sim conflitual, manifestando as desigualdades.”²⁷

Nessa perspectiva, o historiador elabora um esquema básico de distribuição espacial de uma capela setecentista, composta por dois recintos laterais, “à moda de tribuna”, destinados aos homens “bons” ou livres, que permaneciam de pé durante o culto, significando o seu destaque social perante o clero, mulheres e escravos; e os arredores da porta, onde ficavam peões e negros em geral; na parte central, as mulheres, agachadas ou ajoelhadas. A tal configuração de lugares, em que nenhum grupo ultrapassava seus limites, correspondia um alto grau de seletividade, que se mantinha até mesmo na hora da morte, tanto na legislação quanto na escolha dos espaços, com as sepulturas rigorosamente pré-estabelecidas.

A sepultura era um direito sagrado do homem. Mesmo o menos dotado de bens ou de direitos, fazia jus a uma digna sepultura, desde que católico. Apenas o condenado, o infiel, o criminoso, principalmente o que sofresse execução, não tinha o direito a ela, podendo seus corpos serem desmembrados, apodrecerem insepultos ou serem queimados e suas cinzas espalhadas. Mesmo os escravos, com suas associações religiosas, visavam, entre outras finalidades, assegurar a seus membros e irmãos o sepultamento digno e cristão.²⁸

²⁵ Nossa Senhora da Lapa, Nossa Senhora das Barrancas e antiga Nossa Senhora do Rosário ruíram no século passado. A última, no século XX.

²⁶ Outras irmandades que se formaram em Vila Boa de Goiás, como a dos Irmãos dos Passos, as das Almas, Santo Antônio dos militares e empregados públicos e Santo Sepulcro acentuam ainda mais esse caráter segregacionista.

²⁷ HOORNAERT, Eduardo. *História da igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 293.

²⁸ ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*. Tese de Doutorado. São Paulo: Escola Politécnica de São Paulo, 1966. p. 78.

Ao que parece, os espaços das capelas vilaboenses tiveram ordenações e funções similares às apontadas por Hoornaert, em especial quando se confrontam tais conclusões com o termo de compromisso da Igreja do Rosário, cujas indicações de sepulturas foram previstas.

Capítulo 16: Sepultura e sufrágios dos Irmãos - Falecendo: as sepulturas do livro de Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. (...) juiz, juíza, Rei e Rainha na capela maior para dentro do Arco com 12 missas a cada hum da esmola costumada. Escrivão, Thezoureiro e Provedor: das grades do cruzeiro até o Arco com 8 missas. Os irmãos e irmãs de meza de corpo de Igreja com 6 missas. Irmãos rasos nos corredores e 4 missas. Capellão no tempo em que estiver servindo no melhor lugar da capella com 12 missas.

Capítulo 17: Sepultura dos que não são irmãos - Falecendo alguma mulher, casada com Irmãos desta Irmandade ou filhos de seu matrimônio ou sendo viúva delle sem ter passado a outras núpcias e os filhos ou filhas até a idade de doze annos, se lhe dará sepultura com acompanhamento da Irmandade que levará suas insignes. Os indigentes sepultados por esmola, no corpo da Igreja ou nos corredores.

Capítulo 18: Esmolas por sepultura e acompanhamento, capela maior esmola 16 oitavas, cruzeiro 8 oitavas, corpo da igreja 4, nos corredores 2, querendo acompanhamento, dará mais 4 oitavas para qualquer das partes, assim como pagará os que convidarem a Irmandade para outra parte.²⁹

O desejo de todas as irmandades de possuir seus próprios espaços religiosos levava os irmãos a freqüentes esforços na aquisição de recursos para o patrimônio necessário à ereção de capelas. Porém, nem sempre permaneciam com os edifícios por um longo período,³⁰ geralmente pelas grandes dificuldades econômicas e legais que implicava um empreendimento dessa natureza. Em Vila Boa, as iniciativas para se levantarem matriz e capelas não foram apenas provenientes das irmandades, mas também de vários particulares que, assim, não só garantiram seus espaços para a vida após a morte, como alcançaram um considerável “status” entre os vivos. Para Palacin, esse procedimento, bastante estimulado, se justificava pelo fato de os erectores não quererem ceder seu patrimônio nas mãos do Juízo de Órfãos e Ausentes:

(...) seus bens mal vendidos anonimamente, iriam engrossar a burocracia da justiça, e o resto enviado a parentes longínquos, já esquecidos de distantes. Desta forma, preferiam empregar seus patrimônios em vida na construção de uma igreja que perpetuaria seus nomes.³¹

Em Minas Gerais, pelas freqüentes dificuldades financeiras das irmandades, vários foram os pedidos de ajuda à coroa para a construção de igrejas, mas poucos foram atendidos. Quando atendi-

²⁹ Arquivo Frei Simão Dorvi. *Livro de Termo de Compromisso da Igreja Nossa Senhora do Rosário*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

³⁰ “Na Matriz de Vila Boa (1743), temos a Irmandade do Santíssimo Sacramento desde 1736 e a devoção em altares laterais, como São Miguel e Almas, com a Irmandade das Almas desde 1732; a devoção dos Bons Passos desde 1745 e, posteriormente, em 1792, a devoção à Santíssima Virgem, com a Irmandade da Boa Morte e São Gonçalo Garcia constituída pelos pardos de Goiás; na de Nossa Senhora do Rosário, a devoção principal a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos com sua Irmandade, que em 1804 estará na Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Na capela De São Francisco de Paula (1761), temos a Irmandade do Senhor dos Passos que sai da Matriz em 1782 e aloja-se nessa capela encontrando-se até hoje no local.” (sic) MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *A capitania dos Guayazes em festa: as comemorações pela convalescência do Rei D. José I em 1760*. mimeo, 1999. s/p.

³¹ BORGES, Ana Maria e PALACIN, Luís. *Patrimônio histórico de Goiás*. Brasília, SPAHAN/ pró Memória, 1987. p. 14.

dos, eram insuficientes para cobrir as despesas. Dessa forma, as irmandades buscavam recursos em doações, promessas ou esmolas, sustentadas pelo esforço comum, o que deve ter sido um procedimento habitual também em Goiás. Myriam de Oliveira afirma que as exceções ficavam para as igrejas dos negros, evidenciando o interesse da coroa de controlar espacialmente as diferenças sociais, e para as Matrizes, ligadas à administração oficial, o que lhes dava o direito a subvenções, pela aliança Igreja-Estado.³² No Livro 4 da Constituição do Arcebispado, consta a seguinte indicação sobre questões referentes a doações para as Matrizes:

(...) não tratamos aqui do dote que he preciso tenha cada huma das Igrejas Paroquiais porque como todas as deste Arcebispado pertencem à Ordem, e Cavallaria de Nosso Senhor Jesus Crhisto, de que S. Magestade he perpétuo administrador, tem o mesmo Senhor com muito catholica providencia mandado pagar pontualmente, e vão na folha os dotes das Igrejas, que he seis mil reis a cada Igreja, e oito para as que estão em Villas: assim como com muito liberal mão como tão zelozo, e Catholico Rei mandar grossas esmolas, assim para a edificação, como para a reedificação das ditas Igrejas.³³

Os pedidos de auxílio para matrizes geralmente eram feitos com a conjugação de esforços de duas irmandades – a do Santíssimo Sacramento e a do Santo Padroeiro local –, responsáveis também pela regulamentação documental e construção da obra. Tal sucedeu para a construção da Matriz de Santana de Vila Boa de Goiás que, além do significativo empenho da Irmandade do Santíssimo, obteve pleno apoio do ouvidor, que buscou adquirir um projeto e ajuda para a construção do altar-mor.

Este povo, Senhor, se não acha diminuto de zello, se divizão pouco pois antes para o concurso de continuar-se a obra a perfeição; pello que por nós, e pello mesmo, Rogamos, e Suplicamos à grandeza, e a incomparável piedade de V. Mag. de, a mercê de huma esmolla, para se aperfeçoar, e ornar a Capella Mor; pella qual serão memorável a este povo eternamente, a mercê de tão pio benefício, e a Santa Anna, protetora desta Villa...³⁴

Julita Scarano sustenta a afirmação de Myriam de Oliveira quanto aos recursos disponibilizados pela Coroa Portuguesa para as construções das igrejas de negros. Acrescenta ainda que atender aos pedidos dos segmentos sociais mais carentes era uma forma de manter a ordem e o (des) equilíbrio social. As irmandades de pretos, na maioria dos casos, eram as primeiras a adquirir suas igrejas.

Em Vila Boa, o procedimento para a construção da Igreja do Rosário dos Pretos foi o mesmo, o que se afere por indicações em alguns documentos, tais como a de que seu erector, um homem bastante influente na Vila, “Antonio Pereira Bahia, em 1734, por provisão do Sr. D. Fr. Antonio de Guadalupe,”³⁵ era também provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento.³⁶ Cabe ainda enfatizar

³² OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso em Minas Gerais e seus antecedentes europeus*. Tese de Doutorado. Paris: Université Catholique de Louvain, 1990. p. 154

³³ Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Livro 4, tit. 686. São Paulo.

³⁴ Arquivo Frei Simão Dorvi. *Ata da Câmara de Vila Boa de Goiás de 1746*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

³⁵ TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. Coleção documentos. Goiânia: Editora UFG, 1998. p. 111.

³⁶ “(...) mandarão os ditos Juiz presidente e os officiais da Camara, pello Alcayde desta Villa Antonio Rodrigues Braga, chamar Antônio Pereira Bahia que serve em lugar de provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento desta Villa Boa de Goyaz em Camara 26 de mayo de 1742”. Arquivo Frei Simão Dorvi. *Ata da Câmara de Vila Boa de 1742*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

que a data de sua construção antecede à da Matriz, que se iniciou em 1743. Esses dados provam que, antes da Matriz de Santana, já havia esforços para se estabelecerem espaços distintos para as duas importantes irmandades, marcando os primeiros traços de segregação na capital de Goiás.

As demais capelas foram erguidas com recursos próprios de seus erectores, sendo permitidas só as devidas solicitações de autorização para pedir esmolas. Iniciadas com grandes dificuldades financeiras pelas ações de particulares, era natural que algumas delas fossem cedidas às irmandades, como se pode ver: Nossa Senhora da Lapa, levantada por Vicente Vaz Rocho, da Irmandade dos Mercadores, e Nossa Senhora do Carmo, iniciada por Diogo Luiz Peleja, secretário do governo, que cedeu a capela ainda incompleta à Confraria de São Benedito dos Crioulos. Quanto às capelas de São Francisco de Paula, cujo erector foi o militar Antônio Thomaz da Costa e Santa Bárbara, erguida pelos devotos dessa santa; e Nossa Senhora da Abadia, levantada pelo Reverendo Dr. Salvador dos Santos Baptista com recursos do povo; e Senhora das Barrancas, capela pública do cirurgião-mor Antônio da Neiva, não há informações de que foram repassadas, nessa época, para alguma irmandade.

Apesar de a prerrogativa do padroado assegurar o direito de criar bispados, paróquias e liberar licenças para a construção de edifícios religiosos, fossem matrizes, capelas e ermidas, a Coroa Portuguesa raramente assumiu essa iniciativa, repassando os gastos para a população que, com raras exceções, se encarregou das construções e manutenção das capelas e de boa parte da matriz de Vila Boa. Entretanto, apesar dos difíceis e poucos recursos, não se pode dizer que a arquitetura desses edifícios foi feita sem exigências estabelecidas por normas civis, eclesiásticas e ativa participação leiga, o que confirma a inserção de Vila Boa no mesmo quadro das demais cidades coloniais do ciclo do ouro, compartilhando, coerentemente, com as estratégias políticas de Portugal.

As expressas proibições para o soerguimento de edifícios religiosos, fossem eles de qualquer natureza, através de licenças emitidas pela Câmara e aval da Mesa de Consciência e Ordens e Sagrações, foram práticas que garantiram o pleno exercício do Controle da coroa sobre Vila Boa de Goiás. Contudo, quanto mais repressiva e opressora a ação fiscalista do Estado, mais acentuadamente se manifestou o espírito associativo de sua população, cuja marca participativa se firmou como um importante condicionante cultural no processo de composição de sua arquitetura, caracterizando uma paisagem urbana pontuada por considerável número de igrejas, que se transformaram em elementos essenciais e referenciais de uma estrutura social de procedimentos disciplinares e hierárquicos.

Tanto na dimensão institucional, quanto na social, as igrejas vilaboenses foram também resultado de condicionantes que influíram em suas concepções, configurando uma arquitetura cujas relações espaciais, internas e externas, se articularam a partir de valores político-administrativos e culturais de segregação e hierarquia, típicos do Setecentos colonial, impossibilitando as interpretações arquitetônicas do século passado que partem da visão de isolamento regional para então compreender o processo de algumas cidades coloniais, como Vila Boa.

3

CAPÍTULO

AS CONSTRUÇÕES

O estudo das formas de organização social e de trabalho dos artesãos coloniais traz importantes contribuições para a compreensão da arquitetura do século XVIII. No caso de Vila Boa de Goiás e, no que diz respeito à lógica da construção de seus edifícios religiosos, a negligência dessas relações fez desconsiderar normas, procedimentos de trabalhos e controle de atividades dos artesãos e das obras que influíram na arquitetura das igrejas. Os edifícios foram o resultado de um processo construtivo que envolveu vários grupos de profissionais coordenados por mestres e, conseqüentemente, por diferentes artífices que caracterizaram sua arquitetura com intervenções pontuais nas decisões, execuções e modificações de planos arquitetônicos.

No caso da Matriz de Santana, por exemplo, uma variada gama de profissionais, com diferentes modos de atuação, participou de sua construção e interferiu na formação e natureza do seu espaço. A presença de desenhos previamente elaborados assegurou a unidade da obra e contribuiu invariavelmente para o seu resultado final. A compreensão dessas relações e suas implicações no âmbito das construções religiosas de Vila Boa permitem identificar melhor o caráter dessa arquitetura.

3.1 OS ARTESÃOS DE VILA BOA

A forma de organização dos artesãos setecentistas remonta à cultura portuguesa dos séculos XV ao XVIII e ao conhecimento dos processos construtivos dos antigos estaleiros portugueses. Na antiga capital de Goiás, essa forma de organização e as práticas construtivas dos canteiros de obra chegaram por duas vias com a estrutura colonial: ou através de regulamentos vigentes nas Câmaras, ou por tradição, e recuperaram as contribuições das Capitânicas de São Paulo e Minas Gerais, espaços coloniais que mantiveram freqüentes intercâmbios com Goiás.

No mundo português dos séculos XVI ao XIX, o número de artesãos foi bastante significativo e variado, diferentemente do mundo da colônia, cuja quantidade de ofícios e oficiais foi controlada pela “manutenção de monopólios e das proibições de execução de certas faturas, por parte de

Portugal, que permitiu, forçosamente, apenas o desempenho das atividades mecânicas essenciais”.¹ Do ponto de vista social, em ambos os casos, os artesãos agrupavam-se em corporações formadas por afinidade, embora as estruturas administrativas dos profissionais mecânicos brasileiros tenham assumido particularidades regionais explicáveis pelas distintas condições de seus quadros históricos e socioculturais.

Segundo Maria Helena Flexor, na metrópole, “os oficiais mecânicos eram agrupados por afinidade de atividades, nem sempre muito lógica, respondendo um ofício como cabeça do grupo e os demais considerados anexos.”² Esses profissionais, a partir de suas organizações, elegiam juízes e escrivães, responsáveis pela defesa de seus interesses nas Câmaras Municipais.

Para Myriam de Oliveira,³ esse tipo de organização teve sua origem na revolução popular que levou ao poder o monarca D. João, o mestre de Avis, que retribuiu o apoio dado pelo “mester” de Lisboa, permitindo a participação dos artesãos no governo municipal. Com essa regulamentação, criou-se em Lisboa a Casa dos Vinte e Quatro, órgão central, composto administrativamente por 24 homens, dois para cada “mester” ou ofício, cujo objetivo principal era o de controlar as excessivas multiplicações de seus líderes.⁴

Na maioria dos núcleos urbanos importantes de Portugal existiram instituições similares, embora sem a mesma significação e abrangência da Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa.⁵

Na colônia, a organização dos artesãos se fez por agrupamentos de profissionais especializados em corporações, irmandades comuns ou de ofícios, como as de São José dos Pedreiros e Marceneiros,⁶ Santo Elói dos Latoeiros e São Jorge dos Ferreiros e Serralheiros, ou outra irmandade qualquer. E para o controle desses profissionais, contou-se com as figuras dos “juízes de ofício”, que se submetiam aos regulamentos estabelecidos em regimentos espalhados por todas as vilas e cidades brasileiras.

Apesar dessa regulamentação geral, essas associações organizadas em corporações ou irmandades dependiam do desenvolvimento das condições sociais das diferentes capitâneas brasileiras. Na verdade, cada vila ou cidade contava com elementos burocráticos específicos, responsáveis por alguns controles, pois “(...) as condições políticas, sociais, econômicas, geográficas, criaram mentalidades, atitudes e situações diversas”.⁷

¹ FLEXOR, Maria Helena. “Os oficiais mecânicos (artesãos) de Salvador e São Paulo no período colonial.” *Revista Barroca*. n. 17. Belo Horizonte: SPHAN/UFOP. p. 139.

² FLEXOR, Maria Helena. *Op. cit.*, p. 140.

³ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso em Minas Gerais e seus antecedentes europeus*. Tese de doutoramento. Paris: Université Catholique de Louvain. 1990. p. 165. 2 v.

⁴ FLEXOR, Maria Helena. *Op. cit.*, p. 140.

⁵ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Op. cit.*, p. 165.

⁶ No texto “Confrarias religiosas como expressão artística nos séculos XVIII e XIX nas minas dos Goyazes (irmandades de brancos, pretos e mulatos)”, o autor aponta a participação de pedreiros, carpinteiros e telheiros na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Meia Ponte, antigo arraial da Capitania de Goiás. MAGALHÃES, Carlos Fernando Filgueiras de. *Confrarias religiosas como expressão artística nos séculos XVIII e XIX nas minas dos Goyazes*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. n. 1, v. 14, 1994. p. 21-35.

⁷ FLEXOR, Maria Helena. *Op. cit.*, p. 139.

Na Bahia, por exemplo, apesar de algumas distorções legais, os artesãos apresentavam-se com estruturas organizacionais similares às de Portugal, agrupando-se segundo suas especializações e com o controle de atividades exercido pelas Câmaras, que contavam com Juízes e Escrivães de ofícios para fiscalização.

Em São Paulo, não chegaram a se agrupar em corporações específicas, o que permitiu constantes irregularidades. Possuíam seus escrivães de ofícios apenas em cumprimento à imposição da Câmara, visando a atender muito mais às Ordenações do Reino que aos próprios interesses dos grupos profissionais. O mesmo pode-se dizer em relação a Vila Boa, onde também não existiram corporações ou associações de ofícios. Nela, os artesãos associavam-se em diferentes irmandades locais, formando um conjunto de profissionais composto por pessoas de várias camadas da população, desde brancos até índios,⁸ alguns alcançando significativo destaque e respeito na vila, como o entalhador e Tenente Bento José de Souza, responsável pela execução de vários retábulos.⁹

Da mesma maneira que em São Paulo, em Vila Boa a Câmara foi legalmente a maior responsável pelo controle de seus artesãos.¹⁰ Os oficiais, ao saírem para Correição, buscavam verificar as condições de trabalho dos profissionais mecânicos e aplicar multas naqueles que se encontravam sem licenças ou Cartas de Exames.¹¹

No entanto, a fragilidade do sistema perdurou até o final do Setecentos, como se vê no registro de documentos e no Termo de Vereança de 15 de novembro de 1792: “o juiz ordinário actual e Presidente da mesma [da Câmara] o Capitão José de Lima Fonseca, os Vereadores Capitão Pedro Monteiro da Silva, o Sargento-Mor Álvaro José Xavier da Silva e o Procurador actual Manoel José Leyte commigo Escrivão ao diante nomeado sendo alli sahirão de Correição Geral por toda as ruas desta Vila... E por elle foi requerido que as pessoas do rol que apresentavam, humas não tinham licenças, outras não tinham aferido, e por isso requeriam fossem condenadas, como também alguns officiais de officio mechanico não tinham carta de exame (...)”¹²

A estrutura administrativa e burocrática e, conseqüentemente, de controle dos artesãos goianos aproximava-se da de São Paulo. Nessa Capitania, Maria Helena Flexor¹³ constatou a existência de

⁸ Embora a Ordenação Lusa tivesse proibido a participação de oficiais mecânicos em serviços públicos, essa não foi uma realidade para a vila goiana, que contou com a presença de militares que exerceram ofícios de mestres carpinteiros, pedreiros e arruadores, tais como os capitães Antônio de Souza Telles e Menezes, Antônio da Silva Pereira, Antônio Jozé do Valle e o arruador Manuel Ribeiro de Guimarães.

⁹ “Conta corrente das partes do ouro que eu Bento Jozé de Souza, ganhei, pela minha arte de Pintor, nesta Villa Boa, de que tomava a sy o Sr. Antônio Jozé de Souza, meu pay, que Deus tem glória, por quaes parcelas se utilizou o dito seu a maior della, exceptuando os gastos meus dos quaes se distribuia no gasto (...). Por ouro que ganhei no retábulo de São Sebastião, que me satisfez o Senado da Camara por ordem do Dez. Antonio Jozé de Ar. e Souza.....128/8
Ouro que ganhei na pintura da Cadeya, que me satisfez o Procurador do Senado, o Alferes Manoel dos Santos.....500”. Arquivo Frei Simão Dorvi. Documento avulso de 1765. Cidade de Goiás.

¹⁰ “Em 1741, último ano de que se conservam registros especificados da capitação, havia em todo território de Goiás 146 mestres e 131 oficiais, quase todos instalados em Vila Boa”. PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 1994. p. 74.

¹¹ Estando devidamente habilitados, os artesãos podiam abrir suas lojas ou tendas, fiscalizadas por impostos aplicados pela Câmara e regulamentados pelas *Licenças, Cartas e Fianças*, para a exploração de suas atividades, os *Regimentos*.

¹² Arquivo Frei Simão Dorvi. *Termo de Vereança de 15/11/1792*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

¹³ FLEXOR, Maria Helena. *Op. cit.*, p.140-143.

uma débil organização, mais preocupada com as taxas que regulamentavam as atividades profissionais do que propriamente com as irregularidades dos artesãos e, especificamente, com a qualidade das obras.

O período colonial brasileiro também conheceu uma legislação que regulamentava o exercício profissional dos artesãos. Segundo Myriam de Oliveira, todo oficial era obrigado a fazer exame, que “consistia tradicionalmente na confecção de uma ou mais obras próprias do ofício do candidato, chamadas “peças de examinação”, sistema que tem sua origem nas “obras primas” medievais. Nos ofícios relacionados com as construções, notadamente os de pedreiro e carpinteiro, a principal matéria dos exames era contudo uma prova de conhecimentos teóricos, acompanhada, nos primeiros tempos da execução, pelo examinado de peças arquitetônicas como escadas, portais e colunas.”¹⁴

Com a posse da carta, o profissional passava à categoria de mestre. Antes, porém, devia registrá-la, pedir sua confirmação na corte, prestar juramento prévio para desenvolver bem suas atividades, pagar as licenças e apresentar fiador. Só então podia instalar suas tendas ou “loje”, ou exercer suas funções publicamente. O profissional que não atendesse a essas exigências era punido com multas estabelecidas pelas Câmaras. Assim, a posse desse documento era a garantia legal do exercício profissional de várias atividades, excetuando-se as dos entalhadores, escultores e pintores, consideradas profissões mais artísticas.

No que diz respeito aos exames feitos em Vila Boa, certamente refletiram as mesmas fragilidades presentes no controle dos profissionais. Até porque não se tem notícia de que a região contasse com artesãos altamente qualificados e juízes de ofícios. Limitou-se apenas a um reduzido número de mestres que, em muitos casos, exerciam mais de uma atividade.

3.2 O CONTROLE DAS CONSTRUÇÕES

O controle das construções do Brasil Colonial foi feito basicamente em duas instâncias: a primeira, profissional, contava com os cargos dos “juízes de ofício” e os regulamentos dos regimentos, que existiam em todas as cidades e vilas; a segunda dirigiu-se mais diretamente às obras e foram avaliações, peritagens, contratação ou louvações. Em Vila Boa, as fiscalizações de serviços públicos e religiosos foram exercidas pela Câmara. Essa, no entanto, por não contar com juízes de ofícios em seu quadro administrativo, freqüentemente convocava profissionais carpinteiros, pedreiros e arruadores para realizar medições, vistorias e avaliações, como se observa nessa nomeação:

Os avaliadores dos bens móveis e de raiz e, forão eleitos os seguintes para os móveis José de Nogueira da Cruz e Luiz Lourenço Pedras e para os de raizes José Lopes de Barros, e Geraldo Fernandes de Oliveira [carpinteiro], digo Antônio Monteiro Varella.¹⁵

¹⁴ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Op. cit.*, p. 167.

¹⁵ Geraldo Fernandes de Oliveira encontra-se também na medição das casas de Domingos Lopes Fogaça. Em outras peritagens, como a da Matriz de Santana, foram freqüentes as presenças de Antônio Matheus, Geraldo Fernandes de Oliveira, Manuel Fernandes Lima, Matheus da Silva. Arquivo Frei Simão Dorvi. *Térmo de Vereança 02/01/1793*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

As avaliações, então, foram as práticas mais habituais para o controle das construções, como a que foi feita no fim da rua chamada de Pallacio: “o Douttor Ouvidor Geral Manoel Antunes da Fonseca foi com o Juiz Ordinário, Joze de Godoy Roâ, e o vereador Bacharel formado João Ferreyra de Barros e o procurador da Câmara Manoel de Lima Soutto, e junto com elle o arruador Manuel Fernandes Lima, (...) Manuel de Souza Bagunte, para efeito de se examinar, e medir, a distância que sem cazas medea, do fim da ditto Rua até a Cadeia e Casa de Camara (...)”¹⁶

No controle das construções religiosas, como a matriz de Santana, houve avaliações nos autos de arbitragem realizados por ordem do provedor, que convocou “(...) quatro mestres, dois carpinteiros Manuel Fernandes Lima e Antônio Matheus; e Matheus da Silva mestre de pedreiro com Paulo Marques também mestres(...)”,¹⁷ para identificar se o andamento dos trabalhos estava conforme às especificações previstas em planta e risco e se havia compatibilização orçamentária para a obtenção dos recursos necessários para a conclusão da obra.

Em relação às demais capelas, o controle limitou-se particularmente às demarcações dos principais espaços dos edifícios, como o adro, arco-cruzeiro e altar, feito por um juiz representante da câmara.

O sistema estava diretamente relacionado à importância social de cada uma das construções. As capelas contavam praticamente com a marcação e aferição das obras, visando a atender às normas previstas pela legislação. A matriz teve um controle muito mais sistemático e eficaz, com constante envolvimento de peritos e avaliadores que, direta ou indiretamente, responsabilizaram-se pela qualidade da obra.

A contratação de profissionais através das arrematações¹⁸ foi também um importante procedimento que interferiu diretamente na qualidade dos edifícios. Através delas, eram selecionados os melhores profissionais e preços, correspondendo a um momento simbólico e decisivo para a execução dos serviços. Iniciava-se quando “se determinava [que] se puzesse em Praça [os serviços] (...) para se rematarem a quem por menos o [fizesse] fora com a brevidade possível”.¹⁹

¹⁶ Arquivo Histórico Ultramarino. Cx. 4, Doc. 300, Lisboa, Portugal.

¹⁷ “Auto de arbitramento feito nas obras da nova Igreja Matriz desta Vila Boa, sobre a despeza de que necessita. Para ficar coberta de telha, com chaves nas portas, com declaração das despezas que bastaria para a factura da Capella-Mor (...)”. Arquivo Frei Simão Dorvi. *Auto de Arbitramento*. Documento avulso de 1744. Cidade de Goiás.

¹⁸ “Acha-se vencido (...) o ultimo pagamento do que deve o rematante da affiliação e como não tem cumprido aos pagamentos, como era obrigado, para se pagarem as grandes despezas que se tem feito com a pedreira, calçadas, concerto da fonte, caminhos, e o mais que por esta Camara se tem mandado fazer, como consta dos Livros da Vereança; escravos alugados a quem se mandou pagar os jornais. Requeiro se pague manda o de seqüestro contra o Rematante pela quantia da sua Rematação, com o pretexto de se levar em conta o que tiver dado, e não tendo bens que cheguem, se faça também no seu fiador: cujo mandado seja passado clausula de prisão na forma da Ley.” Arquivo Frei Simão Dorvi. *Térmo de Vereança 06/ 01/ 1792*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

“Doc. Estabeleceu-se pelas mesmas ordens serem arrematados os Contratos, Offícios, Obras e tudo o mais que se costumava fazer por arrematações da Fazenda Real, como da Casa de Fundação desta Vila do dito Tribunal (...). Relatório da Real Fazenda.” Apud: BERTRAN, Paulo. *Notícia Geral da capitania de Goiás*. Goiânia / Brasília: Editora da UFG e UCG, Solo Editores, 1997. p 81. 2v.

“Os que são de obras que se arrematam fazem Requerimentos sucintos e outras vezes juntando-lhe documento de terem satisfeitos as condições das suas arrematações.” Relatório da Real Fazenda. Apud: BERTRAN, Paulo. *Op. cit.*, p. 81.

¹⁹ Arquivo Frei Simão Dorvi. Documento avulso. Cidade de Goiás.

Colocar em praça correspondia ao momento de divulgação e contratação do empreendimento, cujo intuito era o de encontrar melhores ofertas nos preços dos serviços. “A adjucação ocorria geralmente um mês depois [de colocar em praça], sendo anotada num livro de termos que mencionava todos os detalhes dos trabalhos a serem feitos. A proposta mais vantajosa era aceita e seu proponente nomeado arrematante”.²⁰ Como garantia, o arrematante apresentava um fiador que se responsabilizava pelo serviço, caso houvesse imprevisto. Após o término, ou em caso de alterações nas obras, realizavam-se as louvações, escolhendo-se um profissional, de comum acordo de partes, para fazer a avaliação final.

As adjucações, normalmente, eram feitas para as diferentes etapas de trabalhos, contando com a presença de vários arrematantes. “Havia uma adjudicação para as obras de alvenaria e uma outra para as de carpintaria, que começava quando a construção já estava pronta. Depois, ainda vinham as adjucações diversas, como a talha, que era feita por peça, quando se tratava de uma igreja de numerosas confrarias e, finalmente, o mobiliário, a mercenária, a serralha etc.”²¹ Um único arrematante não conseguia acertar o conjunto de todos os serviços, como no caso da arrematação da porta principal da Matriz, que se fez “de empreitada por quatrocentos oitavas, não entrando, a condução da pedra, nem o arrancamento della. E com todo o referido (...) como posso satisfazer a informação mandada dar por V. Magestade que sempre ordenará o que for mais de seu agrado.”²²

Não havendo adjucações, os profissionais eram contratados diretamente pelo erector. De acordo com Germain Bazin, essa foi a forma de assegurar a participação de algum empreiteiro mais qualificado, que recebia como mestre-de-obras. Paralelamente às arrematações, decidia-se como seriam pagos os serviços prestados – por regime de jornada, empreitada ou subempreitada –, firmados por contratos ou “termos de ajustes”. Nesses, apresentavam-se as descrições de acerto dos honorários, especificações gerais de materiais e a garantia de execução conforme risco e planta.

Um dos últimos procedimentos de controle das igrejas de Vila Boa encontra-se nos seus erectores e mestres-de-obras. Esses eram os que assumiam definitivamente o andamento e a execução das construções. Em todas elas, identifica-se a freqüente presença de um conjunto de profissionais que se responsabilizava pelos aspectos técnicos das obras, coordenadas por um erector, fosse ele um particular ou uma associação leiga, seguido por um mestre-de-obras, responsável direto pelas tarefas práticas no canteiro.

No conjunto dessas formas de fiscalização e controle das construções coloniais, observam-se estruturas organizacionais de grupo de profissionais articuladas entre si, que envolviam desde a Câmara, com peritos e avaliadores, até os erectores e mestres de diferentes categorias que, reunidos, constituíam um coordenado esquema de trabalho.

No caso de Vila Boa, a partir da segunda metade do século, as fiscalizações e avaliações foram feitas por importantes profissionais peritos, tais como Manuel de Souza Bagunde, Manuel Fernandes

²⁰ BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 49.

²¹ BAZIN, Germain. *Op. cit.*, p. 49.

²² Arquivo Frei Simão Dorvi. *Auto de Arbitramento de 1744*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

Lima, Matheus da Silva, Geraldo Fernandes de Oliveira, Antônio Matheus e outros.²³ Esses profissionais atuaram como avaliadores em diferentes trabalhos e em diferentes especialidades, desde intervenções urbanas até marcações de edifícios religiosos, públicos e particulares, a saber: Matriz de Santana, Casa de Câmara e Cadeia, concertos e avaliações em várias casas e Casa de Fundação. Eram, provavelmente, os profissionais mais habilitados da Vila e, portanto, os maiores detentores de conhecimentos e técnicas construtivas.

Quanto aos canteiros de obras, sua organização fundamentava-se em esquemas hierárquicos de coordenação de diferentes profissionais, formas que tinham suas raízes nos tradicionais estaleiros portugueses,²⁴ e na figura dos vedores ou juizes de obras, responsáveis por transmitir as decisões dos erectores e fiscalizar os mestres gerais, que asseguravam a ordem dos profissionais e a seqüência das inúmeras tarefas a serem realizadas.

Nessa organização, o erector era o maior responsável pela qualidade e unidade dos edifícios, ao providenciar os recursos financeiros e a contratação das equipes de trabalho. Ao mestre, cabiam a responsabilidade do acompanhamento efetivo das construções, discussões gerais sobre os procedimentos construtivos, trocas de informações e modificações do empreendimento. Assim, todo o processo de trabalho distribuía-se em etapas, que iam desde as soluções relacionadas ao arcabouço do prédio até a execução de detalhes, como os altares-mores, portadas, púlpitos e pinturas de teto.

Em Vila Boa, o esquema mais elaborado de trabalho em canteiro de obras foi o da Matriz de Santana. Além das freqüentes vistorias por grupos de profissionais que visavam a “examinar a obra feita na nova Matriz desta Villa, e arbitrar a despeza do que se necessitava até ficar acabada a dita Igreja coberta de telha, com portas fechadas (...)”,²⁵ a Câmara, conjugada com a Irmandade do Santíssimo, exerceu a função dos “vedores” portugueses e manteve os intercâmbios com a coroa, informando-a freqüentemente sobre o desenvolvimento dos trabalhos e gastos com a construção. Portanto, foi a interlocutora e a responsável pelas modificações, qualidade e unidade geral da obra, na medida em que a acompanhou ou solicitou-lhe novos recursos.

²³ “Manuel de Souza Bagunde, Manuel Fernandes Lima, Matheus da Silva, Geraldo Fernandes de Oliveira, Antônio Matheus, mestre carpinteiro de obras, e por elles ditto que havendo (...) medir e avaliar as cinco moradas da cazas de que se trata no Termo (...) e concertos na Casa de Fundação.” Arquivo Frei Simão Dorvi. *Termo de Vereança de 12/09/1792*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

“Geraldo Fernandes de Oliveira Matheus, Manuel Fernandes Lima e Matheus da Silva, Antônio Matheus todos moradores desta vila Mestres carpinteiros de obras: logo ahy pello dito Ministro se foi deferido juramento dos Santos Evangelhos debaixo do que se encarregou e mandou que fossem a Rua da Valença desta. Lá vissem medissem e avaliaassem as cinco moradas de cazas que na mesma tem Domingos Lopes Fogaça todas contíguas humas e outras a saber (...)” Arquivo Frei Simão Dorvi. *Termo de Vereança de 12/09/1792*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

²⁴ “Na base da pirâmide estavam os cabouqueiros, que tinham um vedor próprio, pedreiros, aparelhadores, assentadores e carreiros, obreiros que forneciam material diretamente para as obras, como os ferreiros, os carpinteiros, a que se juntavam mestrais, cuja função era manter vivo todo aquele organismo; entre estes contam os padeiros, barbeiros, alfaiates, enfim todos os officios indispensáveis nesta ou em qualquer vila do tempo (...).

Além desses homens, outros, externamente ao estaleiro, auxiliavam os trabalhos sob a dependência do “vedor”, como os carreiros que transportavam a pedra, a madeira e o restante dos materiais. Contavam ainda com escrivães, apontadores, fiscais e guarda de armazéns. No entanto, todo o sucesso da obra era garantido pelo controle dos mestres gerais ou arrematantes que se dispunham a discutir as traças, ou detalhes da obra com os vedores, erectores ou encomendantes.” DIAS, Pedro. *A viagem das formas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 26-27.

²⁵ “Auto de arbitramento feito nas obras da nova Igreja Matriz desta Villa sobre a despeza de que se necessita, para ficar coberta de telha, com chaves nas portas, com declaração da despeza que bastaria para a factura da Capella-Mor.” Arquivo Frei Simão Dorvi. *Auto de Arbitramento de 1744*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

Da metrópole, vieram os recursos e as indicações de cuidados especiais para a sua execução, através de especificações previstas no novo risco. No entanto, a despeito dessas preocupações, a construção do edifício se desenvolveu com várias alterações de natureza econômica e construtiva. Muitas foram as decisões de ordem contábil, sinalizando freqüentes preocupações com os gastos excessivos, apesar de uma certa preocupação com o acabamento da obra.²⁶ À coroa coube, particularmente, a doação do plano e recursos para a construção da capela-mor. O restante foi deixado aos encargos da Câmara, cujas questões de ordem econômica provavelmente interferiram no resultado final do empreendimento.

Em relação às demais capelas, não houve uma estrutura de organização tão bem articulada como no caso da Matriz. Além de serem edifícios de menor importância, foram erguidos por encomendantes particulares, que não dispunham dos mesmos recursos técnicos e financeiros dos erectores de Santana. No entanto, seus canteiros guardam a mesma estrutura. Suas organizações, embora limitadas basicamente aos profissionais ligados diretamente à construção, eram também coordenadas por mestres que assumiam distintas fases da obra, como se vê no documento da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, informando a presença de uma equipe de trabalhadores composta por “29 negros que trabalharão aos cinco dias com os oficiais, cujo forão de Me. Gomes.”²⁷ O que distinguiu os procedimentos construtivos das pequenas capelas e da Matriz de Santana foram a qualificação dos vários artífices e o sistema de controle das obras, considerados mais frágeis e débeis que os das obras de maior importância.

Por fim, ainda em função das formas de controle dessas igrejas vilaboenses, o seu processo construtivo, diferentemente do da Matriz, caracterizou-se por várias intervenções pontuais, provenientes de trabalhos executados em etapas muito distantes umas das outras, resultando numa arquitetura sem completa unidade formal construtiva, como no caso da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, iniciada em 1762 pelo capitão de cavalaria Antônio da Silva Pereira e, posteriormente, entregue à Irmandade dos Pardos, que a concluiu em 1779. Construída ao longo de dezessete anos, acolheu diferentes grupos de profissionais, que a marcaram com intervenções pontuais, responsáveis por soluções formais muitas vezes descontínuas, sem unidade estilística clara.

3.3. A EDIFICAÇÃO E A CONCEPÇÃO DAS IGREJAS

Em *A iconografia dos engenheiros militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controle de território*,²⁸ Beatriz P. Siqueira Bueno chama a atenção para a importância dos desenhos na compreensão de algumas dimensões da cultura colonial, dentre elas a da arquitetura. Assim, com uma observação mais cuidadosa sobre as “traças”, podem-se entender melhor os valores artísticos dos construtores das igrejas setecentistas de Vila Boa e reconhecer as suas práticas e instrumentos construtivos.

²⁶ No auto de arbitramento encontram-se as informações sobre os gastos com a Matriz e a preocupação em se manter a qualidade da obra, em especial, a do altar-mor. Arquivo Frei Simão Dorvi. Documento avulso. Cidade de Goiás.

²⁷ Arquivo Frei Simão Dorvi. *Termo de Meza de Nossa Senhora do Rosário de 1759*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

²⁸ BUENO, Beatriz P. S. “A iconografia dos engenheiros militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controle de território.” *Coletânea de estudos. Universo urbanístico português*. 1415-1822. Lisboa, 2000.

É difícil a distinção dos conceitos de *traça*, *risco* ou de outras formas de representação arquitetônica na literatura que trata da arte colonial brasileira, porque parecem habitualmente como sinônimos, tornando-se ambíguos e impedindo interpretações mais seguras.

Na tradicional historiografia brasileira, as *traças* são comumente tomadas por traçados, desenhos e plantas de uma obra ou construção. *Riscos* são desenhos gerais, prospectos ou planos de uma construção, de um retábulo ou de alguma obra.

No Dicionário da Arquitetura Brasileira de Corona e Lemos,²⁹ *risco* é colocado como sinônimo de *projeto*, isto é, designando o desenho original concebido pelo arquiteto ou mestre de obras.

Com Lúcio Costa, a explicação da palavra *risco* volta à etimologia do vocábulo, visando a entender não tanto ao que ela se refere, se planta, elevação, prospecto etc, mas o seu caráter ou natureza:

O risco na sua acepção antiga está sempre associado à idéia de concepção ou feitio de alguma coisa, senão desenho visando à feitura de um determinado objeto ou à execução de uma determinada obra.³⁰

Segundo esses conceitos, o significado da palavra *risco* aproxima-se do de *traça* e, conseqüentemente, do de *projeto*, não sendo possível esclarecer a existência de fronteiras interpretativas entre as variadas denominações que essas expressões assumiram. Nesse sentido, as comparações etimológicas e as leituras de textos de época podem ajudar a superar possíveis equívocos e constituírem-se em eficazes instrumentos de compreensão de concepções arquitetônicas.

Quanto ao vocábulo *projeto*, Beatriz Bueno³¹ assinala sua ausência na Língua Portuguesa antes do final do século XVII. E em relação às palavras *risco*, *debuxo*, *traça*, *amostra*, afirma que eram empregadas para designar o que hoje se entende por representação gráfica.³² De todos esses termos, o *desenho*, «era o exercício intelectual que precedia a realização das “obras que têm invenção, ou forma, ou fermosura, ou proporção”. Não se tratava de qualquer exercício intelectual, à medida que pressupunha o domínio da aritmética, da geometria e do sistema das proporções que envolvia a concepção das fortificações à maneira italiana, das obras chãs, das cidades de traçado regular ou tendencialmente regular».³³

Essa fragilidade nas definições terminológicas pode estar associada aos vários sentidos que a palavra *traça* incorporou nos séculos XVI e XVII, posteriormente eclipsada por aquilo que Fernando Marías denominou de visão *italianocêntrica* da historiografia arquitetônica contemporânea. Essa visão *italianocêntrica* gerou o desconhecimento de um tipo de desenho que não foi, exclusivamente, movido por parâmetros renascentistas, mas pelos seus vínculos com uma longa tradição de difícil interpretação

²⁹ CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos. *Dicionário da Arquitetura brasileira*. São Paulo: EDART, 1972, p. 414.

³⁰ COSTA, Lúcio. “A arquitetura de Antônio Francisco Lisboa”. In: *Lúcio Costa registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 539.

³¹ BUENO, Beatriz P. S. “Desenho e desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500- 1822).” Comunicação apresentada no Congresso ICAM. Rio de Janeiro, maio 21 e 25, 2000, s/n.

³² BUENO, Beatriz. *Op. cit.*, s/n.

³³ Idem, s/n.



e aceitação. Apresentavam-se, fundamentalmente, em forma de testemunhos de *receitas*, como unidades de proutuários, modelos compositivos mais do que composição de conjunto.³⁴ Seus valores residiam na estreita proximidade que estabeleciam com o resultado final do edifício construído.

O significado de *traça*, na tradição espanhola, evidencia tipos de desenhos que estiveram associados a um determinado fim, a execução de obras, relacionados mais especificamente a problemas “técnicos construtivos”:

De um ponto de vista funcional, a traça da planta de um edifício, em que se expressavam as proporções estáticas entre cheios e vazios – contrafortes, arcos e paredes estruturais, ou a seção na qual se dispunham de forma ordenada as relações entre apoios e aberturas, passaram a ter uma importância fundamental e constituir, para outro de arquiteto e arquitetura, o núcleo básico de sua atividade como profissionais da ciência construtiva, não apenas da arte da ornamentação.

Fernando Marías ainda assinala a ambigüidade que a expressão assumiu historicamente, chamando a atenção para o cuidado de se buscarem interpretações do termo em fontes documentais da arquitetura do passado, pois ele se estendia a diversas práticas construtivas.

Em Portugal, Paulo Pereira afirma que a prática construtiva lusitana tradicional também se utilizava de uma grande variedade de *traças* destinadas a diferentes fins, configurando um quadro de uma cultura arquitetônica absolutamente paralela à da Espanha. Por isso, considera, para Portugal, as mesmas observações do seiscentista espanhol Gil de Hontañon sobre a situação da arquitetura naquela época.

Muchos modernos llaman a estos 5 generos arquitectura y a los demas traça, no entendiendo que este es uno de los sirbientes de la cosa mas no la cosa (...) Porque no dejaria de ser uno por no ser guarneçido de seda, adorne y açele rico, mas sin aquella costa ni gastos se podria pasar, com un templo sin vasas, ni capiteles, ni cornijas, y no dejaria de ser templo. Algunos, porque fue traducido el 1/3 y el 1/4 [libros] de Sebastian [Serlio], y an leydo de como se deve açer una columna, diçen que aquello es la çiencia y lo demas es el arte (...).³⁵

Com esses dados, pode-se dizer que as traças em Portugal referem-se a desenhos esquemáticos, ligados a uma tendência construtiva que não se caracterizava por uma resolução “integral” da obra. “A arquitetura é a traça com suas regras gerais; o resto é adicionado”.³⁶ O que importava eram os princípios da concepção do edifício, com os demais detalhes feitos a partir de desenhos parciais, correspondendo a práticas construtivas diferenciadas. Foi essa a lógica construtiva dos séculos XVI e XVII, que persistiu, no meio cultural classicista, com o acompanhamento de “desenhos” aos quais Fernando Marias chamou de “*traça sem estilo*,” e, em Portugal, Paulo Pereira associou ao desenho do

³⁴ FRANCO, Fernando Marías. “Trazas, trazas, trazas: tipos y funciones del dibujo arquitectónico.” In: *Juan de Herrera y su influencia*. Actas del simposio. Camargo, 1992. p.351

³⁵ Apud: PEREIRA, Paulo. “A traça como único princípio.” In: *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Veja, 1995. p. 197.

³⁶ HONTAÑON, Rodrigo Gil de. Apud: PEREIRA, Paulo. *Op.cit.*, p. 197.

“*estilo chão*”. Nos séculos XVI e XVII, muitos mestres defendiam a “*traça sem estilo*,” por considerarem mais seguros os princípios tradicionais dos antigos estaleiros consagrados pelo tempo.

No Brasil, cidades e vilas brasileiras conheceram desenhos similares aos do “*estilo chão*”, adaptados a diferentes realidades. Seu caráter pragmático atendeu às necessidades e carências de regiões coloniais e visou a dar respostas mais imediatas aos problemas de natureza técnico-construtiva. São Paulo, Minas Gerais e Goiás exemplificam esses locais onde, junto ao tradicional processo construtivo, seguia o correlato recurso às traças. Porém, essas representações gráficas parecem ter assumido variadas configurações, mais elaboradas ou mais simplificadas. Em alguns casos, ao se adequarem às condições locais, simplificaram-se a esquemas mínimos, validando-se, basicamente, pela marcação de medidas gerais em plantas e elevações.

Particularmente em Goiás, fontes manuscritas apontam para o freqüente recurso a desenhos, utilizados tanto em simples casas³⁷ como em edificações de maior importância, a exemplo das Matriizes de Santana e Traíras³⁸ e da Casa de Câmara e Cadeia. No mais, por certo houve traças para Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora do Carmo, chafariz, arcos e retábulos de algumas capelas, dadas as qualidade e complexidade dessas obras.

Para as demais capelas, São Francisco de Paula e Nossa Senhora da Abadia e, provavelmente, Nossa Senhora do Rosário, só persistem as diretrizes básicas para a marcação de pontos gerais, como os que foram indicados para Santa Bárbara.

(...) para o effeito de assignar o lugar em que há de erigir a capella da gloriosa Santa Bárbara, a requerimento dos devotos da mesma santa, em presença do mais povo que servirão de testemunha e vão assignadas abaixo, a que tudo visto se precedeu à medição e demarcação no respectivo logar em plano que se há de fundar a dita capella com o seu Adro o qual consta de 15 braças de comprimento e dez de largo; para o que se puzeram os marcos e se assentou uma cruz no logar onde havia de ficar o altar (...).³⁹

Através de algumas fontes iconográficas de São Paulo e Mato Grosso, regiões que apontam para um quadro cultural semelhante ao de Goiás e que mantiveram fortes laços de comunicação com Vila Boa, é possível identificar algumas das características dos desenhos vilaboenses.

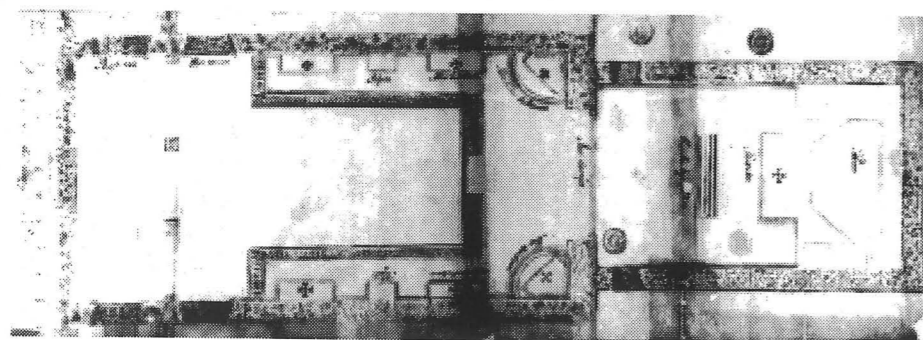
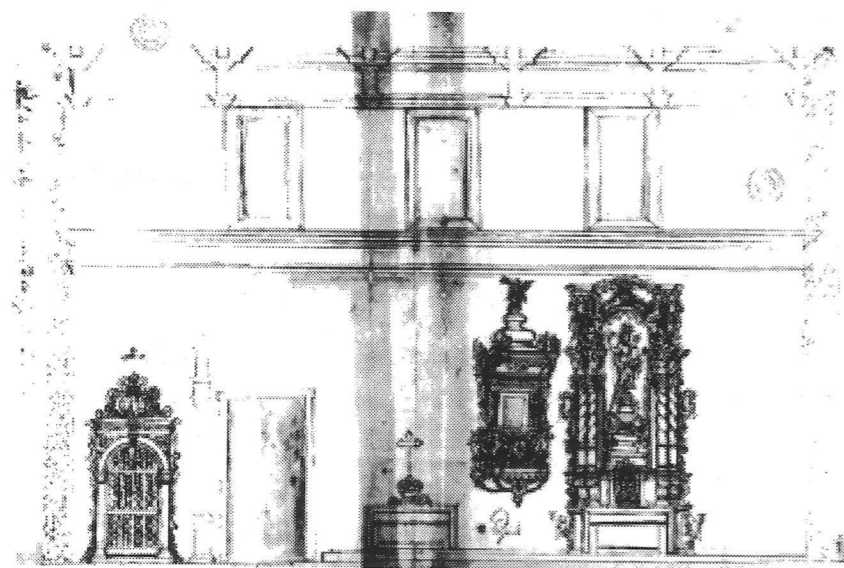
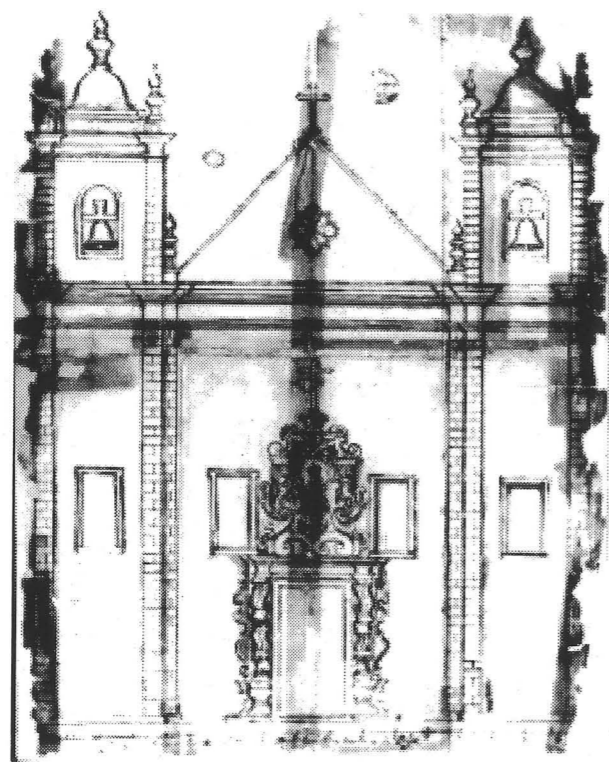
Antes porém, cabe lembrar, seguindo Germain Bazin, que, entre as especialidades dos construtores, não se identifica nenhum ofício ou profissional que se dedicasse exclusivamente à execução de desenhos.⁴⁰ Eles poderiam ser feitos por qualquer pessoa que tivesse adquirido conhecimento de arquitetura prática ou tecnicamente pela competência de engenheiros. Em Minas Gerais, foram freqüentemente oferecidos por pedreiros, carpinteiros, entalhadores, pintores, padres e militares de

³⁷ “as ditas moradas novas pella planta e risco destas, continuando-se o mesmo acréscimo dellas convento-lhes fazer para a parte da ditta rua a mesma frente e apparencia que as novas para o ditto Largo incluindo-se no tal acréscimo os repartimentos que se julguem por dentro precizos (...)”. Arquivo Frei Simão de Dorvi. *Termo do que abaixo se declara - doc. fls 84 V, do v. n. 413*. Cidade de Goiás.

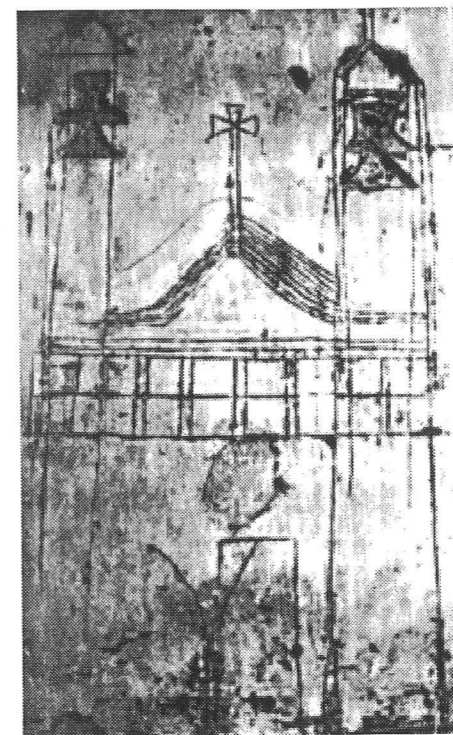
³⁸ Traíras, antigo arraial do ciclo da mineração do Julgado do Norte da Capitania de Goiás.

³⁹ Arquivo Frei Simão Dorvi. Documento avulso de 1775. Cidade de Goiás.

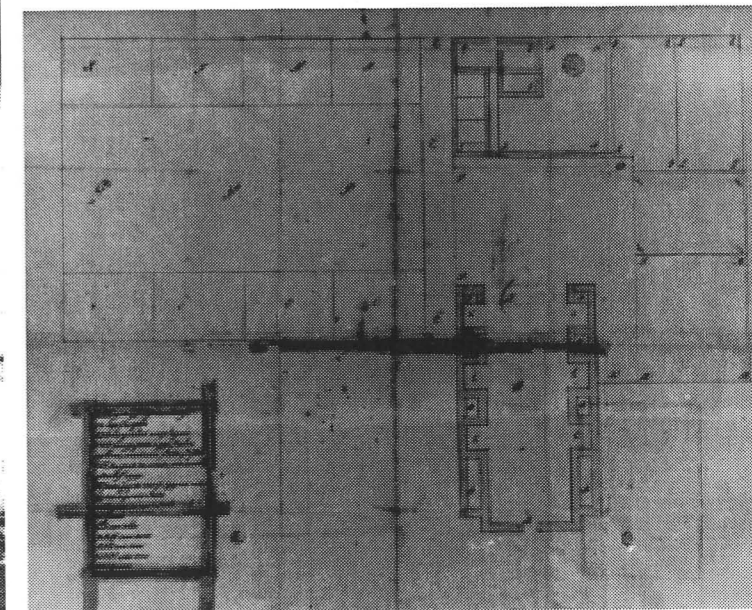
⁴⁰ BAZIN, Germain. *Op. cit.*, p. 43.



14. Desenhos da antiga Matriz de Traíras
(Original Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa)



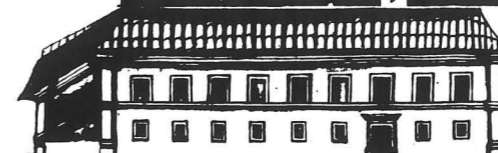
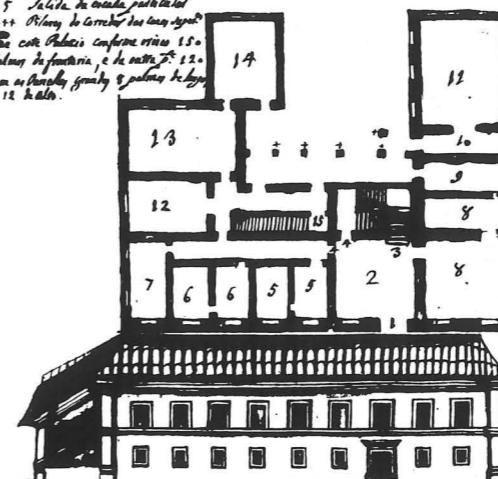
15. Risco realizado por Frei Galvão em uma
parede do mosteiro - São Paulo.
(TOLEDO, Benedito Lima de. "Igrejas
paulistanas de planta octogonal". Revista da
USP, 1986)



16. Desenho original (1747) da reforma da Sé velha de São Paulo.
(Original Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa)

Planta das Casas Inferiores do Palácio

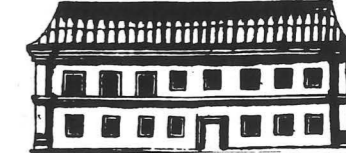
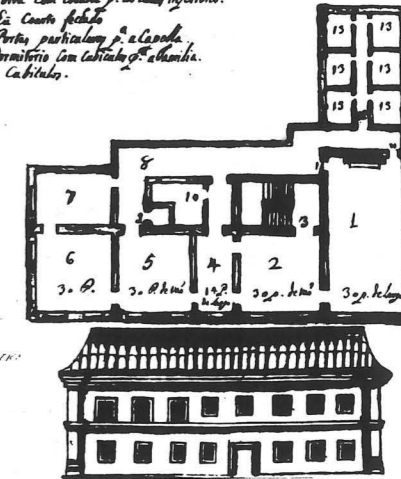
- 1 Porta principal do Palácio.
 - 2 Loggia de honra.
 - 3 Sala de audiência.
 - 4 porta de entrada do centro inferior.
 - 5 quarto fidelis.
 - 6 sala de audiência.
 - 7 sala.
 - 8 quarto p.^a a esquadra da Câmara.
 - 9 quarto.
 - 10 Secretaria da Câmara.
 - 11 Loggia p.^a da Câmara e Câmara.
 - 12 Casa do Juiz.
 - 13 Casa do Alcaide.
 - 14 Cozinha.
 - 15 Sala de audiência particular.
 - 16 Alcaide de audiência particular.
- Para este Palácio conferem os arts. 15.^o
do Reg. do Juizaria, e do art. 12.^o
dos arts. 1.^o e 2.^o do Reg. do Juizaria
e 12. do art. 1.^o

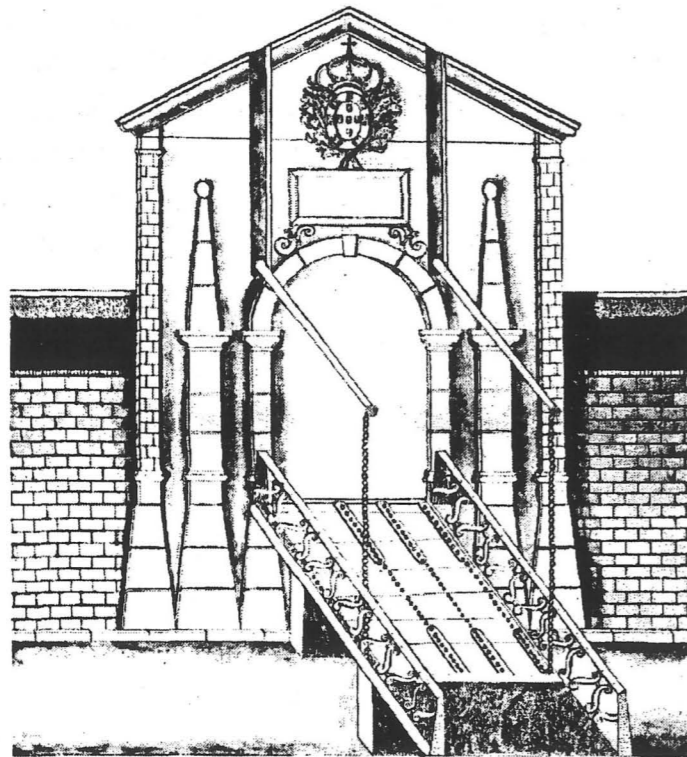


17. Desenhos para o Palácio de São Paulo
(Original Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa)

Planta das Casas Superiores do Palácio

- 1 Capela.
- 2 Sala de honra.
- 3 entrada p.^a ocidental.
- 4 sala de audiência.
- 5 Sala de audiência.
- 6 Casa da Câmara.
- 7 Câmara.
- 8 Corredor de honra interior.
- 9 Porta com entrada p.^a as Casas inferiores.
- 10 Sala de audiência.
- 11 Porta particular p.^a a Capela.
- 12 Armazém com cubilado p.^a a Câmara.
- 13 Cubilado.





18. Desenho, em alçado, do portal de entrada do Forte Príncipe da Beira em Rondônia. Original: Casa da Ínsua. (FARIA, M. 1996: 63)

todas as patentes. Na Capitania de Goiás,⁴¹ numa escala menor, a situação se assemelhou à de Minas Gerais. Os artesãos parecem ter sido os maiores autores desses “riscos”. Entretanto, não se deve desconsiderar a participação dos militares na sua elaboração, pois muitos estiveram na região e trabalharam como mestres, pedreiros e carpinteiros. Dentre eles, o sargento-mor da cavalaria auxiliar, Tomás de Souza,⁴² que levantou a planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em Mato Grosso.

Em Goiás, esses desenhos correspondiam basicamente a plantas e elevações ou apenas plantas, que definiam as dimensões dos principais ambientes, como a nave, altares, consistórios etc, e as marcações gerais dos elementos verticais. Para as capelas de pequenas dimensões, os construtores praticamente podiam dispensar esses desenhos, providenciando as traças apenas para frontispícios e ornamentação interna: arcos, altares, púlpitos e pinturas.

⁴¹ “Em alguns casos como, por exemplo, a Irmandade de S. Sacramento de Meia Ponte possuía muitos de seus artífices (carpinteiros, marceneiros, telheiros etc.) dentro de seus próprios quadros.

A mesa da Confraria escolhia os artífices mais capazes para a realização dos projetos, evidentemente de acordo com suas posses, discutia-os, apresentava novos riscos, dependendo de sua cultura ou influência pela lembrança da terra distante”. MAGALHÃES, Carlos Fernando Figueiras de. “Confrarias religiosas como expressão artística nos séculos XVIII e XIX nas minas dos Goyazes.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n. 1, v. 14, 1998. p.21-35.

⁴² Tomás de Souza, 1759 - Sargento-mor de cavalaria auxiliar da Capitania de Goiás. Esteve em Mato Grosso em 1767, quando levantou a planta da Fortaleza de N. S. da Conceição. MOURA, Carlos Francisco. “Apontamentos para Dicionário de artistas plásticos, artífices e construtores em Mato Grosso.” In: *Revista Barroco*. n.12 Belo Horizonte: SPHAN. p. 310
Documentação de Tomás de Souza: “Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre pedido do governador de Mato Grosso, solicitando o envio de um oficial que tenha ciência militar, para defesa contra os castelhanos e informando ter enviado à Capitania de Mato Grosso o oficial Tomás de Sousa, o que frequentou a Academia Militar do Rio de Janeiro”. Arquivo Histórico Ultramarino, Cx. 22, D. 1396, Lisboa, Portugal.

O único plano completo⁴³ para edifício religioso em Vila Boa, nos padrões de uma concepção eminentemente portuguesa, foi o da Matriz de Santana, como indica a provisão de 1745, “enviada pello Governador da Capitania, com planta e risco para a Igreja Matriz della; já que se achava quasi acabada, e coberta, pella primeira planta e risco que esta Camara poz na Real presença de Vossa Magestade, menos a primeira, simalha do frontispicio; e desta primeira simalha, o ultimo remate, e torres, que pretendemos que continue na forma que V. Magestade mandar, ainda que nos conduz a mayor despezas, pela pedraria, pois a de porta, janella, pillares do frontispicio, arco, presbitério e coxias, tem sido exorbitante(...)”⁴⁴



19. Desenho da Matriz de Santana feito por William John Burchell. (FERREZ, Gilberto. *O Brasil do primeiro reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825 - 1829*. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, Fundação Pró-Memória, 1981)

⁴³ Em documento de 1833 encontram-se as dimensões da Matriz de Santana: “Exame a que se procedeu, com a assistência do Ex. Conselho sobre as ruínas da Igreja Cathedral de Santa Anna desta cidade no dia 14 de março, com declaração das suas dimensões.

Achou-se ter caído o Arco cruzeiro, e com sua queda arrastado parte das paredes da Capela Mor, e do Corpo da Igreja e com ellas o telhado ameaçado próxima ruína total desse edificio, e até perigo público, havendo contudo muitas (...) dignas de poder servir para reedificação e que convém aproveitar antes que sobre ellas caia alguma parede, que as torne inúteis, e medindo-se interiormente, achou-se ter da porta principal ao Arco Cruzeiro cento e vinte palmos; do Arco Cruzeiro até o Altar Mor setenta; de largura o Corpo da Igreja cinquenta e seis, e a Capela - Mor trinta e oito; as paredes lateraes de altura cinquenta e sete, e de grossura oito; largura da frente inclusive as torres cento e trinta e hum; seguido-se das torres até o fim da Capella-Mor Sachristia, e Consistórios (...). Secretaria do Governo de Goyáz 2 de abril de 1833”. Arquivo Frei Simão Dorvi. *Sobre a ruína da Matriz de Santana*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

⁴⁴ Arquivo Frei Simão. Documento avulso de 1745. Cidade de Goiás.

Esse novo plano visava a oferecer as informações necessárias para a execução da Matriz, com desenhos que, provavelmente, deveriam compreender plantas, vistas ou prospectos, pretendendo garantir a unidade do edifício. Isso pode ser visto na ênfase com que os erectores chamaram a atenção para a cimalha, o arremate, os pilares, o arco e o presbitério. Com todas essas indicações e o esmero na execução dos ornatos,⁴⁵ buscava-se garantir maior unidade de concepção e técnica construtiva da Matriz em relação às demais igrejas de Vila Boa.

De acordo com o relato de Cunha Mattos, a construção dessa igreja parece ter atendido às exigências básicas para um edifício desse porte:

a matriz ou catedral da prelazia dedicada a Santa Ana é mui espaçosa e tem 9 altares. O altar-mor é obra soberba. Tem colunas de madeira de grandeza notável, e acha-se mui bem dourada. Os altares colaterais são mui asseados, e nenhum deles se dá em capela funda. Nesta igreja e em todas as outras da prelazia.⁴⁶

No que diz respeito às demais igrejas de Vila Boa, não se tem notícia de traças para a sua execução, o que não significa dizer que não havia orientações gerais sobre as obras e desenhos para os detalhes mais sofisticados, que, comumente, não faziam parte do repertório técnico construtivo.

Como orientações gerais, contaram com os seus respectivos autos de fundação, que estabeleciam locações e dimensões de naves, altares e, quando previstos, adros. O uso das traças, por certo, limitou-se às concepções mais complexas, como as das naves octogonais e as ornamentações internas e externas. O “desenho” agia, em grande parte, como um recurso parcial e pontual para algumas soluções, tornando-se um dos responsáveis pela descontinuidade estilística e composicional das capelas.

Dentre as igrejas que se utilizaram de traças, destaca-se a de Nossa Senhora da Boa Morte, por suas qualidades formais. Nela, os “desenhos” e as distintas participações de profissionais exerceram um papel importante, particularmente em dois momentos de sua construção: no primeiro, a traça garantiu a conformação geral do arcabouço do edifício em plano octogonal, que implicou a adoção de outras soluções, como as inclinações dos retábulos próximos ao arco-cruzeiro e a sucessão dos vários arcos que apóiam o coro e ajudam a formar o octógono, garantindo unidade; no segundo momento, as novas soluções para o frontispício, que interromperam a unidade do espaço interno. Com a percepção dessa lógica construtiva, ficam claras as diferentes etapas de trabalho realizadas em Boa Morte, responsáveis pelas características ambíguas do edifício. A igreja, em seu interior, apresenta-se com extrema sobriedade e simplicidade, reveladas, por exemplo, nos arcos de sustentação do coro; no frontispício, no entanto, encontram-se formas mais dinâmicas, com um frontão aberto apoiado em uma cimalha que se integra às quatro colunas que ritmam a fachada e marcam, finalmente, o contraste entre as relações internas e externas.

Nossa Senhora do Carmo é também outro edifício que, provavelmente, utilizou os recursos das traças, na medida em que apresenta um curioso plano octogonal de características bem mais complexas

⁴⁵ “huma esmolla, para se aperfeiçoar, e ornar a capella-mor (...)” Arquivo Frei Simão Dorvi. *Auto de Arbitragem da matriz de Santana*. Documento avulso. Cidade de Goiás.

⁴⁶ MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorographia histórica da provincia de Goyaz*. Goiânia: Líder. p. 97.

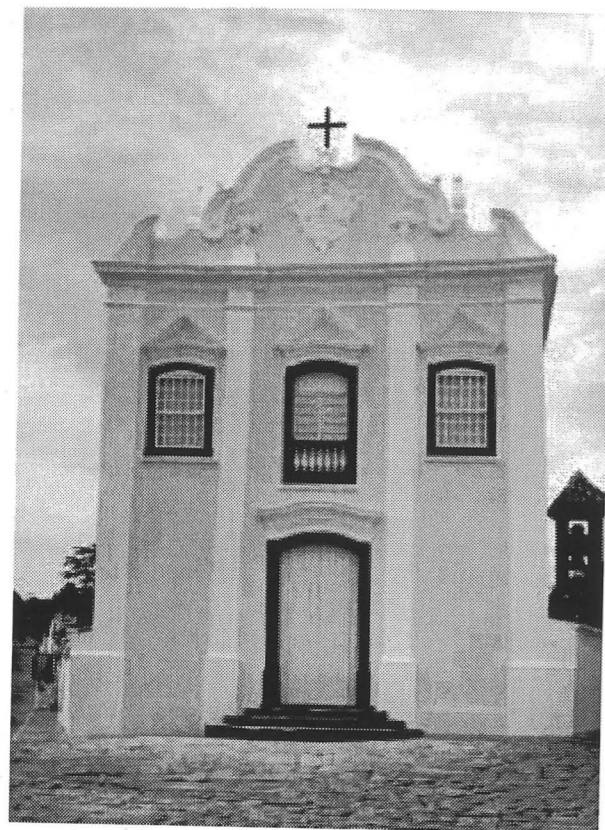
que as da Igreja da Boa Morte. Nessa capela, a unidade construtiva do espaço interno é percebida por alguns indicativos que a própria arquitetura oferece. A forma octogonal da nave foi parcialmente definida por paredes de taipa e, na estrutura de sustentação do coro, por arcos de madeira trilobulados.



20. Detalhe do frontispício da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.
(Foto de Deusa Maria Rodrigues Boaventura)



21. Detalhe na fachada lateral da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.
(Foto de Deusa Maria Rodrigues Boaventura)



22. Igreja da Boa Morte
(Fotos de Deusa Maria Rodrigues Boaventura)



23. Igreja Nossa Senhora do Carmo.
(Fotos de Deusa Maria Rodrigues Boaventura)

No entanto, não obstante esses elementos articulados, essa unidade não garantiu a qualidade construtiva do edifício, altamente comprometido por uma série de irregularidades de natureza técnica, quando se anexaram salas destinadas ao consistório e sacristia à nave. Em contrapartida, sinalizando novamente para a participação de diferentes profissionais, encontram-se nela peças bem elaboradas, como o púlpito e os arcos de sustentação do coro.

Com tais características, e a despeito dos vários profissionais que participaram de sua construção e marcaram algumas discontinuidades em relação à qualidade de algumas peças, essa igreja manteve maior unidade construtiva que sua congênere Boa Morte, pois não se vêem posteriores intervenções para a execução de ornamentos, limitando-se apenas aos traços gerais de um tradicional edifício para capela revestido de muita simplicidade.

Nossa Senhora da Abadia é, dentre todas as capelas vilaboenses, a de melhor qualidade construtiva, especialmente em alguns de seus aspectos internos: um arco-cruzeiro, um púlpito, um teto e um retábulo para a capela-mor de considerável beleza. Diferentemente de Boa Morte, cujo espaço interno é simples, Nossa Senhora da Abadia apresenta formas mais dinâmicas, sinalizando para grandes discontinuidades formais.

Externamente, a capela é formada por três volumes retangulares que correspondem à nave, anexos e torre. O primeiro e principal deles segue a mesma modenatura das demais igrejas, porém com poucos e discretos detalhes que arrematam janelas e portada e com um frontão recortado que se apóia numa cimalha bastante simples.

No seu interior, o volume que corresponde à nave mantém a mesma singeleza do exterior, com alguns elementos posteriormente concluídos e mais elaborados, como o púlpito, o parapeito⁴⁷ que separa a capela-mor da nave e o arco-cruzeiro. Esse último revela algumas intenções ilusionísticas na sua disposição em ângulo, proporcionando um efeito incomum às demais igrejas. Essa idéia de efeito perspectico aparece também na pintura do forro da nave,⁴⁸ com qualidades plásticas que não se encontram nos outros edifícios de Vila Boa de Goiás.

Essas diferenças entre os elementos interiores e o aspecto interno e externo evidenciam o descompasso artístico existente na configuração geral da capela, que conjuga a simplicidade arquitetônica do arcabouço do edifício com maior elaboração de determinadas peças, remetendo ao uso de traças e confirmando o tradicional esquema que se desenvolveu em Vila Boa.

Já São Francisco de Paula⁴⁹ e Santa Bárbara são exemplares cuja qualidade construtiva e simplificação formal não apontam para o uso da traça. Parecem ter contado apenas com as indicações previstas nos seus respectivos autos de fundação, assegurando as tradicionais formas de organização dos espaços litúrgicos, com naves, altares-mores, coros e etc, nas mesmas articulações.

⁴⁷ No livro *A hispanidade em São Paulo*, Aracy Amaral mostra esse mesmo detalhe em obras de São Paulo, afirmando ser de influência espanhola. AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1981. p. 27.

⁴⁸ Essa pintura apresenta como tema central Nossa Senhora da Abadia circundada por outras figuras celestes, entre tronos, púlpitos, colonatas e arcos, em um bem elaborado trabalho de perspectiva de características barrocas.

⁴⁹ N. S. da Abadia é a única igreja a possuir pintura no forro da capela-mor. Sua pintura evoca trechos da vida de S. Francisco de Paula, executados no séc. XIX por André Antônio da Conceição.



24. Igreja Nossa Senhora da Abadia.
(Foto de Deusa Maria Rodrigues Boaventura)



25. Altar-mor da Igreja Nossa Senhora da Abadia.
(Foto de Deusa Maria Rodrigues Boaventura)



26. Detalhes, exterior e interior, da Igreja Nossa Senhora da Abadia.
(COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico, 1999)



Com o recurso das marcações dos autos, São Francisco de Paula assumiu uma configuração espacial desenvolvida a partir de um retângulo central para a nave e dois outros para seus corredores laterais. Sua fachada, correspondente ao volume central, segue o tradicional esquema em “V”, composto por única porta e duas janelas acima. Caracteriza-se pela simplicidade e economia de meios estéticos, sem contrastes formais como os de suas congêneres. Internamente, mantém o mesmo diálogo com as formas externas simples e austeras.



27. Igreja São Francisco de Paula.
(Foto de Deusa Maria Rodrigues Boaventura)

Santa Bárbara comporta também a composição em diagonal em seu frontispício. No entanto, na sua planta, reside uma particularidade: com reduzidas proporções e forma retangular, a capela-mor está incrustada num volume maior que, como uma caixa, engloba e fecha todo o conjunto da



28. Igreja de Santa Bárbara.
(COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico, 1999)

construção, criando linhas simples e sóbrias. O volume da capela-mor funciona como um elemento que separa a nave da sacristia, com a ligação entre as duas feita por corredores laterais. Seu espaço arquitetônico, de decoração singela, não assume muitos contrastes. Porém, do ponto de vista técnico-construtivo, singulariza-se por ser a única capela contrafortada.

Nesse quadro das igrejas de Vila Boa, reconhecem-se sempre traços de austeridade e sobriedade. No entanto, essas características não permanecem, porque percebe-se que os seus vários construtores, em diferentes momentos, intervieram no seu processo executivo, com inovações que geralmente manifestam defasagens e descontinuidades estilísticas nas ornamentações de fachadas ou de acessórios. Nos arcos e púlpitos, isso se evidencia: na maioria das vezes, apresentam maior apuro formal, com soluções que não só impescindiram de riscos detalhados, mas também assumiram formas típicas, canônicas, levando a indagar sobre a provável circulação de gravuras entre os diferentes profissionais que as construíram.

Essas descontinuidades e defasagens, no entanto, tornam-se menos evidentes em face do respeito a uma organização espacial hierárquica de ordem litúrgica, que orientou articulações similares para todas as igrejas. Naves, capelas e altares vinham sempre trabalhados por uma ornamentação que seguia e respeitava tais valores, enfatizando os altares, arco-cruzeiros, púlpitos e portadas. A coerência que esses elementos de maior apuro ornamental e interesse mantinham com a ordem hierárquica do espaço litúrgico, persiste como um dos principais responsáveis pelo aspecto da unidade que, não obstante as descontinuidades estilísticas, lograram essas igrejas.

4

CAPÍTULO

A ARQUITETURA

DAS IGREJAS:

REFERÊNCIAS

TIPOLÓGICAS

Examinar os tipos arquitetônicos das igrejas do Brasil colonial ao longo do século XVIII é tarefa complexa, porque, transpostos ou assimilados na colônia, sucederam-se e reproduziram-se com comportamento próximo aos de Portugal, onde já amalgamavam correntes estilísticas autóctones e eruditas, e outras resultantes de sínteses e derivações dessas duas. A identificação das características da arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás, portanto, requer que se considerem, inicialmente, os diferentes tipos e influências estilísticas que por lá chegaram e a maneira como foram reproduzidos. Assim, o estudo das igrejas de nave única e octogonais em Portugal, bem como o desenvolvimento desses modelos em regiões brasileiras que mantiveram um permanente diálogo com Goiás é de suma importância.

A arquitetura portuguesa do século XVII, antes de aceitar as novidades do barroco e assimilar plenamente suas formas profusas, resistiu com tipos arquitetônicos que se inseriram em tradições artísticas, como as maneiristas, as vernaculares¹ e as do estilo chão, organizando-se com clareza, ordem, proporção e simplicidade a partir de “fontes teóricas aparentemente contraditórias: um certo classicismo asséptico e um maneirismo internacionalizado”²

No Brasil, os tipos portugueses, como os retangulares e centralizados, chegaram e se estenderam até o século XVIII, alcançando Vila Boa de Goiás por tradição já consolidada ou por influência direta da metrópole, como no caso da Matriz de Santana.

Carlos Lemos aponta que a vertente portuguesa mais erudita chegou às terras coloniais especialmente nas regiões de maior importância, como Salvador, no antigo templo inaciano de 1604. Esses exemplares, caracterizados por considerável monumentalidade e alto grau de erudição, demonstram claramente sua ligação com os tratadistas portugueses, podendo ser os elos de uma corrente

¹ “Os tempos sebásticos são esteticamente dominados por valores diferentes mas que graça à circunstancia da conjuntura lusitana, convergem para um estilo peculiar e portanto nacional e de tendência vernacular.” HORTA CORREIA, José Eduardo. *Arquitetura portuguesa: renascimento, maneirismo, estilo chão*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 43.

² *Op. cit.*, p. 42.

estilística que alcançará todo o século XVIII. Entretanto, mesmo entendendo a produção do litoral dentro de duas grandes vertentes, Carlos Lemos diz:

(...) não é fácil precisar se uma obra portuguesa é ou não maneirista quando levantada na vigência daquela transição estilística entre Renascimento e o Barroco, principalmente quando a tal corrente era ainda novidade no reino. Cremos ter havido muitas coincidências formais, principalmente nas construções feitas nas colônias, que displicentemente taxamos de maneiristas, mas que estão, na realidade, à espera de uma denominação apropriada, antes de tudo, por motivos didáticos. Talvez a expressão 'chá', usada pelos críticos portugueses também fosse boa para nós, quem sabe "maneirismo chá".³

Dessa maneira, para uma investigação das igrejas de Vila Boa de Goiás, deve-se ter em conta os tradicionais tipos de nave única, que se desenvolveram amplamente em Portugal e na Colônia, bem como os octogonais, considerados mais raros no Brasil, mas que, segundo José Fernandes, se espalharam por todo o território lusitano, inclusive em regiões provinciais.⁴ Esses tipos, especialmente os de nave única, iniciaram sua consolidação no momento em que o estilo chá se impunha em Portugal como corrente artística predominante. Ao lado dele, emparelhavam-se também outras tendências estilísticas mais eruditas, configurando um panorama artístico português de grande diversidade tipológica.

4.1 A ARQUITETURA PORTUGUESA E VILA BOA

Dois foram os momentos em que se ergueram os edifícios religiosos de Vila Boa de Goiás, correspondentes a períodos distintos do século XVIII: o primeiro, anterior à década de 50, foi marcado pelas construções da antiga Matriz de Santana e da Igreja Nossa Senhora do Rosário – no contexto da história da arte portuguesa, relaciona-se ao período mais relevante do barroco português; e o da segunda metade desse século, com a construção das capelas de São Francisco de Paula, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Boa Morte, Santa Bárbara e Nossa Senhora da Abadia, erguidas no período em que, na metrópole, já se desenvolviam os estilos rococó e pombalino. No entanto, associado a essas tendências, permaneceu como pano de fundo o tradicional estilo chá, que se firmou como "corrente dominante (virada da primeira para a segunda metade do século XVI) da arquitetura portuguesa, correspondendo de certo modo a uma ansiedade idiossincrática nacional, mas afirmando-se numa conjuntura favorável da cultura nacional, de predomínio da arquitetura militar e de contra reformismo religioso".⁵

O *estilo chá* surgiu paralelamente aos exemplares renascentistas, caracterizando-se por uma arquitetura sóbria e fundamentalmente pragmática, resultante de inúmeras experiências de colonização africana, com contribuições de militares construtores preocupados com edificações de ordem prática, tanto no reino como nas colônias.

³ LEMOS, Carlos. "No Brasil, a coexistência do maneirismo e do barroco até o advento do neoclássico histórico". In: Afonso Ávila (org.) *Barroco - teoria e análise*. Belo Horizonte: Perspectiva, 1997. p. 234.

⁴ Para maiores informações sobre os tipos provinciais, ler PEREIRA, José Fernandes. *Arquitetura barroca em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1992. p. 149.

⁵ HORTA CORREIA, José Eduardo. *Op. cit.*, p. 42.

Horta Correia adverte que a prolongada resistência do estilo chá até o final do século XVIII possibilitou que ele incorporasse diferentes influências, culminadas num fenômeno heterogêneo complexo que envolveu vertentes eruditas, autóctones e soluções derivadas de "modelos nacional e romano".⁶ Reconhece também que, além dessa vertente mais pragmática, que incorporou elementos estruturais de escolas militares, formou-se uma outra, assimilando tendências italianas, espanholas e flamengas que permaneceram até a Restauração.

Simultaneamente ao estilo chá, durante o reinado de Felipe II desenvolveu-se o Maneirismo,⁷ que, "automaticamente, se afirmou conseguindo escapar à tendência dominante na arquitetura tradicional". Foi aceito em regiões de expansão ultramarina e de Portugal até o século XVII, a exemplo de Coimbra. Caracterizava-se pela absorção de influências flamengas e, através de Juan Herrera, o conhecimento de Vignola e Palladio, assimilado nas leituras de Serlio.

Foi no contexto dessas várias correntes artísticas, reconhecidas por uma arquitetura mais sóbria e de caráter utilitário, que José Fernandes localizou as origens do barroco lusitano, através de opções por formas mais flexíveis que, gradativamente, substituíram as mais sóbrias, rumo a uma maior liberdade, e reconduziram os artistas portugueses às plantas centralizadas, utilizadas no Renascimento. Com essas inovações, estabeleceu-se o confronto de uma linguagem artística mais dinâmica com as vertentes mais tradicionais e maneiristas.

As primeiras manifestações do barroco podem ser percebidas, portanto, através de sutis renovações espaciais, antes mesmo de 1640, quando a arquitetura se tornou completamente coberta por azulejos e talhas douradas, com acentuada valorização de seus espaços. Até 1670, essas inovações se caracterizavam apenas por uma maior dinamização espacial, alcançada através de cromatismos e reflexos luminosos empregados em peças. Somente após esse momento, surgiram, no território lusitano, edifícios mais dinâmicos, como as pequenas capelas e ermidas que adotaram planos hexagonais e octogonais.

No Brasil, boa parte das primeiras igrejas está associada, segundo John Bury,⁸ a uma produção maneirista desenvolvida pelos jesuítas até 1759. A partir dessa data, surgem os exemplares com formas barrocas apenas em talhas e retábulos. Posteriormente, seguem os tipos mais dinâmicos, de tendência erudita. Ressalva, no entanto, que a arquitetura mineira da primeira metade do século XVIII aproxima-se da vertente mais autóctone de Portugal, podendo-se sugerir o mesmo para o caso de Goiás.

⁶ Idem, p. 15.

⁷ "O arquiteto maneirista sofria um estrito controle da autoridade. Estava sujeito na organização de seu projeto, à supervisão durante sua execução e ao questionamento subsequente a respeito de qualquer idiossincrasia nos detalhes. A essa disciplina se podem atribuir as tendências acadêmicas da última fase do Maneirismo. A *Acta Ecclesiae* de Carlos Borromeu estabelecia uma série de regras e proibições para o projeto de igrejas (...). A planta baixa circular foi condenada por São Carlos como pagã, e a cruz latina restabelecida como verdadeiro símbolo cristão." BURY, John. *A arquitetura e a arte no Brasil colonial*. ORG. Myriam de Andrade de Oliveira. São Paulo: Nobel, 1991. p. 54.

⁸ BURY, John. *Op. cit.*, p. 44, 47.

4.2 IGREJAS BASILICAIS E DE NAVE ÚNICA: A DEFINIÇÃO DOS TIPOS

A antiga Matriz de Santana de Vila Boa de Goiás, iniciada por um plano paulista e concluída por um português, aponta soluções que remetem não só a uma tradicional arquitetura colonial, como também a um modelo português cujas origens encontram-se nas práticas militares, “expressando com êxito popular uma corrente autóctone que, a partir de determinada altura, começa a ridicularizar os “italianizados”. É esta a corrente triunfante do “estilo chão” através das igrejas- salão, primeiro, das novas soluções espaciais de origem nacional experimentadas pela primeira vez em São Roque, e no Espírito Santo, depois.”⁹

Foi com as igrejas-salões que se iniciou, na Europa, um maior interesse pelos espaços unificados, que evitavam soluções complexas. Organizavam-se basicamente por paredes em forma de painéis que limitavam amplos espaços encimados por coberturas mais simplificadas. Em Portugal, essa tipologia foi bastante utilizada e só superada pela de nave única, consolidadas sobretudo a partir das orientações da *Acta Ecclesiae* de Carlos Borromeu,¹⁰ no período da Contra- Reforma.

São Roque é o primeiro caso conhecido de igreja de nave única, embora tenha oscilado entre o modelo da “*hallenkirchen*”,¹¹ ou igreja-salão. Assinala a preferência e a mudança do gosto português a favor de uma arquitetura “nacional”,¹² de plano unificado, visando a atender ao maior número de fiéis. Apresenta-se, geralmente, sem transepto, com capelas colaterais intercomunicantes sobrepostas por tribunas e com dois púlpitos visíveis, que se fixam em paredes simetricamente opostas – tipo que se espalhará por várias partes do mundo, não sendo apenas um privilégio dos jesuítas.¹³

A concepção original de Espírito Santo de Évora reflete essa nova tendência arquitetônica. Sua planta, que se desenvolveu a partir de uma ampla sala central coroada por uma abóbada de berço, distingue-se da de São Roque e São Francisco pelas capelas laterais intercomunicantes. Mostra uma notável tendência à concentração, espaço retangular e eliminação do transepto.

Por causa da crescente aceitação e popularização desses planos unificados, acontecidas não só por suas facilidades construtivas, como também pela possibilidade de acolher um grande número de fiéis, atendendo, assim, satisfatoriamente, às exigências programáticas das companhias religiosas, eles alcançaram as colônias portuguesas, multiplicando-se de forma considerável.

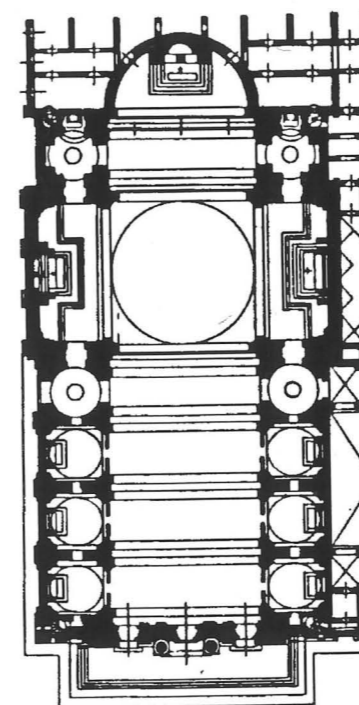
⁹ HORTA CORREIA, José Eduardo. *Op. cit.*, p. 52.

¹⁰ “Carlos Borromeu, em sua obra *Instructionum Fabricae ecclesiae Libri duo* – que data de 1572 – aplicou as disposições do concílio de Trento à construção de igrejas; para ele, a forma circular era pagã, e por isso recomendou o retorno à “forma crucis” da cruz latina”. In: WITTKOWER, R. *La arquitectura el la Edad del Humanismo*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1958. p. 37.

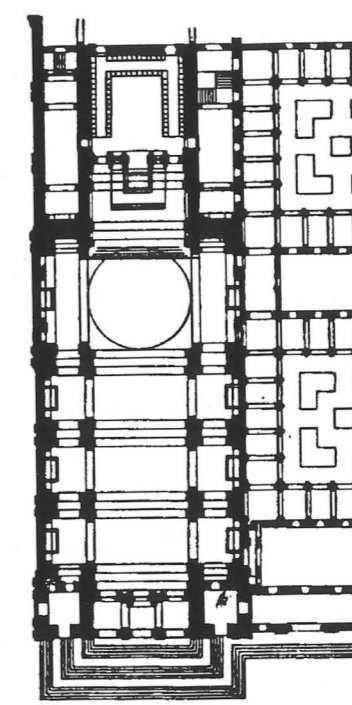
¹¹ “A igreja salão, muitas vezes chamada *hallenkirchen*, segundo os exemplos germânicos medievais, é apenas um caso especial de uma estrutura mais generalizada, cujo aspecto é o de uma igreja de pilares com abóbadas à mesma altura, sobre um esquema modular limitado por luminosas paredes que requerem pequenos contrafortes interiores ou exteriores e que possuem janelas apenas nos muros exteriores. Assim esta solução difere das estruturas basilicais, pois estas possuem janelas rasgadas entre os níveis diferentes das coberturas da nave principal e das naves laterais.” KUBLER, George. *A arquitetura portuguesa chã. Entre as especiarias e os diamantes. 1521-1706*. Trad. Jorge Henrique Pais da Silva. Lisboa: Veja, [s/d]. p. 29.

¹² Horta Correia, Mário Chicó, Germain Bazin, Pais da Silva e Paulo Santos reivindicam a origem nacional desses planos unificados, conforme especifica Horta Correia. *Op. cit.*, p. 52.

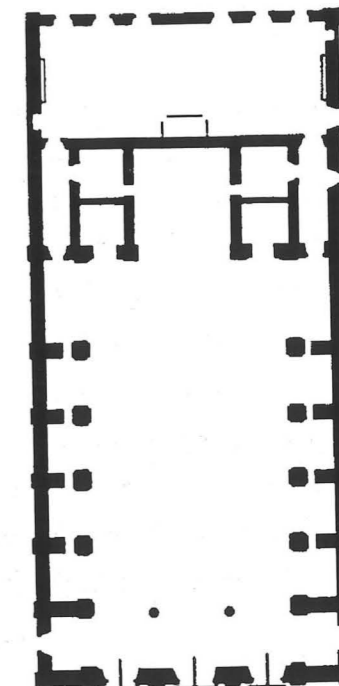
¹³ Idem. p. 53.



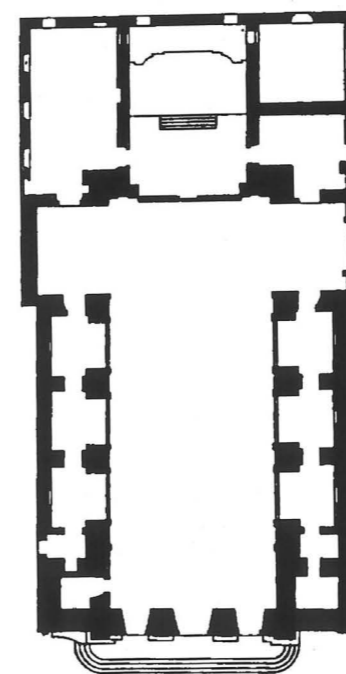
Gesù, Roma.



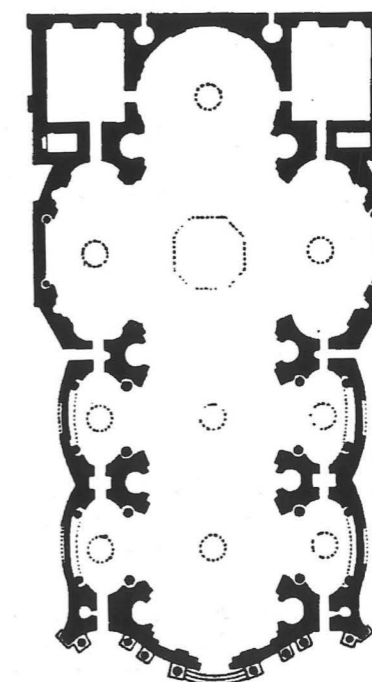
São Vicente de Fora, Lisboa.



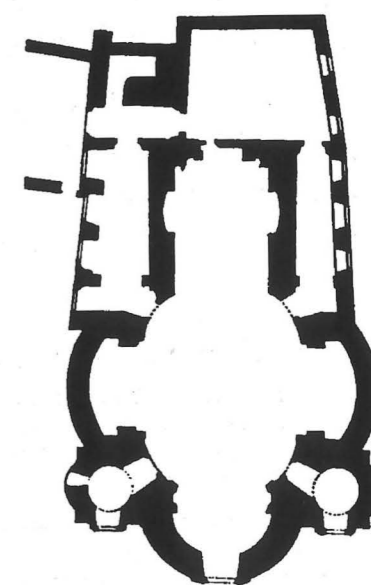
Catedral de Salvador, Bahia



Santo Alexandre, Belém do Pará



Divina Providência, Lisboa.



São Pedro dos Clérigos, Rio de Janeiro.

No Brasil, a tipologia de nave única com capelas laterais se tornará mais comum a partir de meados do século XVI, durante o XVII e, em menor escala, no século XVIII. Lúcio Costa, em *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*,¹⁴ entende que essas igrejas enquadram-se em quatro tipos básicos principais: as primeiras, mais simplificadas, formalmente compactas, contam apenas com capela-mor e nave constituídas por um único corpo de construção, separadas por um arco-cruzeiro. São consideradas as mais antigas e têm, como melhor exemplo, a capela de Santo Antônio; as segundas são as que se apresentam com três altares e capela-mor de menor dimensão, separada da nave, diferenciando-se daquelas do primeiro grupo, que se desenham com a mesma largura da nave. Esse modelo de composição clara e simplificada foi o que mais se desenvolveu em Minas Gerais; as terceiras associam os tipos mais simples e os planos mais elaborados das igrejas do século XVII. Mantêm ainda os três altares habituais do modelo anterior, acrescentando, nos colaterais, pequenas capelas de maior ou menor profundidade, a exemplo da igreja de Olinda, cujas capelas formam conjunto com a capela-mor; o quarto tipo, o das igrejas maiores seiscentistas, foi influenciado pelo padrão da Igreja Gesù de Roma. Tem como representantes as igrejas do Colégio de Salvador, a de São Paulo do Piratininga e de Belém do Pará, que se diferenciam do grupo anterior pelos numerosos altares dispostos em capelas laterais, as próximas ao altar-mor geralmente mais largas e mais altas e, às vezes, mais profundas.

Para Germain Bazin, as igrejas mais rudimentares na classificação de Lúcio Costa são as igrejas paroquiais, caracterizadas por planos simplificados formados por capela-mor e nave separadas por arco - cruzeiro.

Segundo o autor,¹⁵ os tipos de nave única que se desenvolveram na Colônia ao longo do século XVIII, particularmente aqueles destinados às igrejas conventuais e paroquiais, foram os que resultaram de processos de simplificação de concepções adotadas pela arquitetura dos séculos anteriores. Para as igrejas conventuais, permaneceu a ampla nave em forma de galpão, com capelas intercomunicantes e, para as paroquiais, essa mesma nave, acrescida apenas de retábulos laterais e anexos complementares formados pela sacristia, consistórios e corredores laterais. A inserção desses corredores justificava a necessidade de estabelecer acessos entre sacristia, púlpitos e coro.

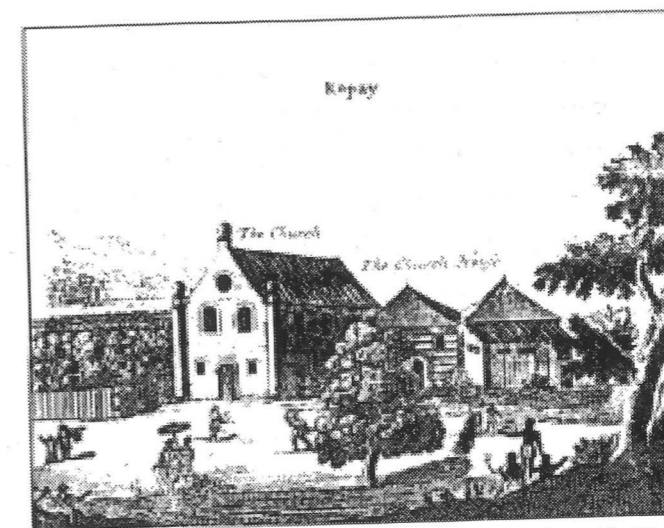
Contrário à opinião de Bazin, para quem a origem dos tipos retangulares e unificados do Setecentos é entendida como resultado de transformações das igrejas coloniais dos séculos XVI e XVII, está Jonh Bury, que a relaciona com os tradicionais tipos portugueses e italianos de precedência medieval, caracterizados por plantas simplificadas, ambientes compactos e inscritos dentro de um retângulo, traçados austeros, frontispícios com pequenos vãos, portas centralizadas, óculos e presença ou não de torres. Esses tipos não correspondem, portanto, a processos de modificações e adaptações coloniais, embora tivessem sido amplamente divulgados no Brasil, onde:

(...) a grande maioria das igrejas construídas nas possessões portuguesas do além mar do final do século XVI até, pelo menos, o início do século XVIII, obedecia a um traçado padrão, quase estereotipado. Seja na América, na África ou Ásia, encontramos a mesma estrutura elementar,

¹⁴ COSTA, Lúcio. "A arquitetura dos jesuítas no Brasil". In: *Revista do patrimônio*. Ítalo Campofiorito. Rio de Janeiro, n. 26, 1997. p. 105.

¹⁵ BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1986. p. 126.

semelhante à de um galpão, com uma única porta de entrada, duas janelas alongadas dispostas de ambos os lados e um óculo na empena. Essa composição dos vãos em diagonal pode ser relacionada, tanto em Portugal como na Itália, a precedentes medievais(...).¹⁶



30. Igreja da aldeia Kopay (norte do Ceilão), início do século XVII. (BURY, Jonh. *A arquitetura e a arte no Brasil colonial*. São Paulo: Nobel, 1991)

Jonh Bury¹⁷ diz ainda que esses tradicionais planos simplificados eram acompanhados por um traço bastante característico de fachada, que é o da disposição em diagonais ou em "V" das aberturas. As igrejas que se configuram com os regulares "vãos em carreira sobrepostos" às portas, aproximam-se das soluções que se desenvolveram na metrópole. Também o uso das torres laterais nas fachadas se transformou numa prática quase invariável das principais cidades da colônia durante o XVIII, embora mais raras em regiões periféricas.



31. Igreja de Nossa Senhora da Graça, Olinda. (Foto de Fernando C. Lemos)

¹⁶ *Op. cit.*, p. 106.

¹⁷ *Idem*, p. 107.

Nessa caracterização tipológica, pode-se reconhecer um significativo número de igrejas e capelas em Goiás, Minas Gerais e em outras regiões interioranas, onde se ergueram “as capelas mais antigas que pertencem ao tipo provinciano tradicional, com fachadas de composição diagonal, possivelmente derivadas de igrejas paulistas, como as de São Miguel (1622), na província de São Paulo (...)”¹⁸

Entre os edifícios mineiros, destaca-se a capela do padre Faria, de Ouro Preto, “que, apesar de reconstruída entre 1740 e 1756 com materiais mais resistentes, ainda conserva a simplicidade da primitiva estrutura de madeira e barro. Tais capelas rústicas, que mantêm a tradicional disposição em diagonal dos vãos, eram comuns em Portugal e se disseminaram no império português a partir do final do século XVI”¹⁹



32. Capela de Padre Faria, em Ouro Preto
(BURY, Jonh. *A arquitetura e a arte no Brasil colonial*. São Paulo: Nobel, 1991)

No âmbito geral, as características principais do tipo que mais se multiplicou em Minas Gerais, o de nave retangular, com telhados de duas águas e frontão triangular, são as mesmas da arquitetura que se desenvolveu na Capitania de Goiás, distribuídas em dois grupos: o que inclui as igrejas sem torres, formadas apenas por um galpão à moda das antigas capelas portuguesas; e o que agrupa os exemplares com torres de pesadas proporções. Tal configura o quadro de Goiás bastante próximo ao de Minas Gerais, onde se encontram congêneres com e sem torres.

No entanto, a despeito dessa similaridade, há um forte elemento de distinção entre as igrejas mineiras e goianas: estas se apresentam invariavelmente mais pesadas na sua arquitetura, o que permitiu a Eduardo Etzel adjetivá-las “robustas e atarracadas”.²⁰

Em Vila Boa de Goiás, esse foi o mais antigo tipo que se desenvolveu na região. Foi com o tradicional esquema simplificado, de nave única com anexos, volumetria sóbria e fachada formada por composição em diagonal, tão característico da arquitetura provinciana de Portugal e, posteriormente, de Minas Gerais, que se formou o quadro da arquitetura da capital vilaboense. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, erguida em 1734, por provisão o Sr. D. Fr. Antônio de Guadalupe,

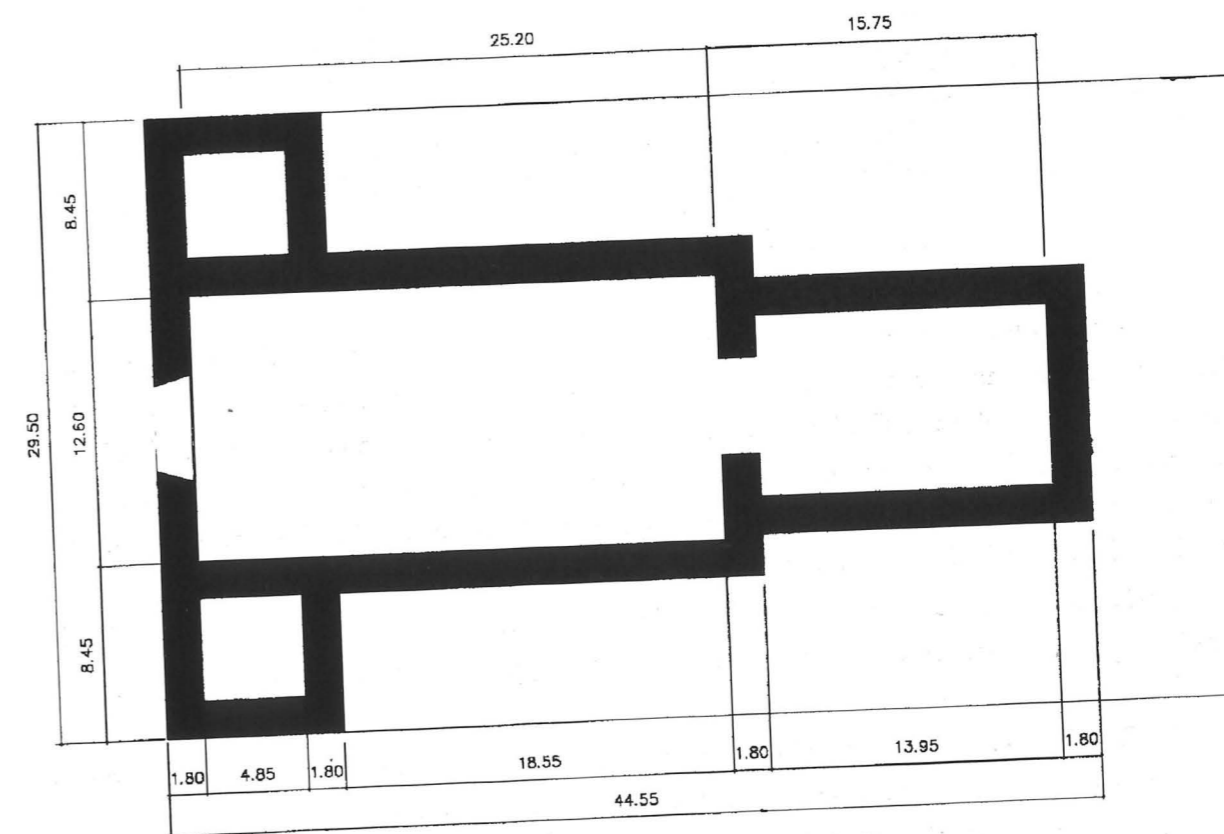
¹⁸ Idem, *Ibidem*. p. 107.

¹⁹ Idem, *Ibidem*. p. 72.

²⁰ ETZEL, Eduardo. *Arte sacra - berço da arte brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1984. p. 42.

apresenta plano unificado e retábulos laterais, com formas simples e compactas, comuns à arquitetura do Setecentos em Portugal e na colônia.

O plano da Matriz de Santana, ao que parece, aproxima-se dos modelos de nave única derivados das regiões metropolitanas, como aponta John Bury, ou das do segundo grupo, da classificação de Lúcio Costa. Através de manuscritos e dados iconográficos, pode-se verificar que a planta dessa igreja era retangular, formando um espaço que apresentava as principais peças para um templo dessa natureza: nave, arco-cruzeiro em pedra, altar-mor e consistórios das Irmandades do Santíssimo Sacramento e do Senhor dos Passos e, muito provavelmente, atrás da capela-mor, em telhado mais baixo, a sacristia. De acordo com Cunha Mattos, em *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*, o altar-mor, acompanhado por colunas, juntamente com um outro altar colateral, ao lado da Epístola, eram os que mais se destacavam na igreja. Quanto aos demais, afirma ainda que não se encontravam em capelas profundas, do que se pode concluir serem os retábulos os responsáveis pela formação e ornamentação desses espaços.²¹



33. Reconstituição parcial da Matriz de Santana a partir de um documento do século XIX, citado na nota 43 da pág. 45.
(Desenho Deusa Maria Rodrigues Boaventura)

²¹ CUNHA MATTOS, R. J. da. *Chorographia da província de Goyaz* Goiânia: Líder, 1979.

Quanto aos demais traços da Matriz, sua composição volumétrica denuncia uma rigorosa sobriedade formada por um grande bloco compacto. Mesmo que alguns de seus elementos de ornamentação de fachada se aproximem da linguagem barroca, como os sutis arcos da portada e janelas, identifica-se nela um tipo arquitetônico bastante severo, com volumes rígidos, que apresentam estilemas diferentes, caracterizando sobreposições estilísticas.

O frontispício de Santana segue os mesmos padrões da arquitetura tradicional lusitana, amplamente desenvolvida no Brasil. Possui o volume central formado a partir da composição em diagonal, acrescido de duas torres que não se inscrevem nos limites da nave e onde se abrem duas janelas. A composição da fachada se completa por quatro colunas que marcam os limites da torre e do volume central, coroado por um frontão. Esse tipo, ao que parece, pode ser enquadrado naqueles descritos por Bazin:

O corpo central, arrematado por um frontão triangular, se equilibra entre duas torres de elevação moderada, estas acabadas por um pavilhão de madeira coberto de telhas(...) o corpo da fachada está selado por uma única porta, encimada por duas ou três janelas que iluminam o coro.²²

A igreja do Rosário dos Pretos²³ é o segundo exemplar dessa primeira fase da arquitetura de Vila Boa e possui características comuns à sua contemporânea Matriz de Santana, como a disposição dos vãos em diagonal. A documentação iconográfica permite indicar que o plano básico dessa igreja é semelhante ao de outras igrejas da região, com nave única e dois altares laterais. Externamente, a fachada é formada por composição de vãos em diagonal, encimada por um frontão retilíneo, arrematado por telhado de duas águas. Pilares em madeira marcam e delimitam o corpo central em relação às suas duas torres, onde se encontram três janelas dispostas em eixo vertical.



34. Igreja de Nossa Senhora do Rosário.
(POLYANTHÉA comemorativa do 50º aniversário da
Fundação Dominicana no Brasil. s/d.)



35. Igreja Nossa Senhora do Rosário.
(Bico de pena de Tom Maia, Guaratinguetá, SP)

As igrejas construídas em Vila Boa de Goiás na segunda metade do século XVIII são de dimensões reduzidas, com anexos dispostos em diferentes arranjos composicionais, mas seguindo o

²² BAZIN, Germain. *Op. cit.*, p. 198.

²³ "Uma das melhores igrejas é ainda a da Boa Morte, construída em 1799, no local onde esteve a casa do descobridor de Goiás, pertencente aos mulatos; depois, a de Nossa Senhora do Rosário, com duas torres, construída pelos negros livres." POHL, Joham Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. São Paulo: Edusp/ Livraria Itatiaia, 1976. p. 141.

programa típico das capelas mineiras. Apresentam-se todas com a mesma configuração: nave única, arco-cruzeiro, com ou sem corredores e tribunas superiores e coro sobre a porta principal. Os frontispícios, na sua grande maioria, caracterizam-se por linhas retas, frontão formado por empenas e cimalkhas acima das janelas e porta principal.

Cabe lembrar que esse tipo, no qual há a inserção de anexos, também não é uma criação dos construtores brasileiros, podendo ser visto em igrejas tradicionais de Portugal a partir do século XVI, como a de Santa Maria de Setúbal. No Brasil, essa solução foi amplamente adotada em regiões como Minas Gerais e Goiás, ao longo dos séculos XVII e XVIII, e prolongada até o século XIX,²⁴ como observa Marília Maria B. Teixeira Vale em *Arquitetura Religiosa no antigo Sertão da Farinha Podre*. Segundo a autora, essa arquitetura é a que caracteriza as típicas construções religiosas do período inicial de formação da região central de Minas Gerais e só foi abandonada por volta de 1750. Também é a tipologia predominante em algumas regiões de São Paulo.

As primitivas capelas e igrejas matrizes construídas na região do Norte, da Província de São Paulo, cuja ocupação se deu a partir de fins do século XVIII até o final do XIX, em um processo paralelo de ocupação do Sertão da Farinha Podre, também por povos oriundos do sul e oeste de Minas Gerais,²⁵ apresentam as mesmas características formais, como se observa nas matrizes de Ribeirão Preto. Algumas igrejas de Goiás também podem ser enquadradas nessas tipologias acima descritas, o que demonstra a longevidade e a validade desse repertório em várias áreas do país.²⁶

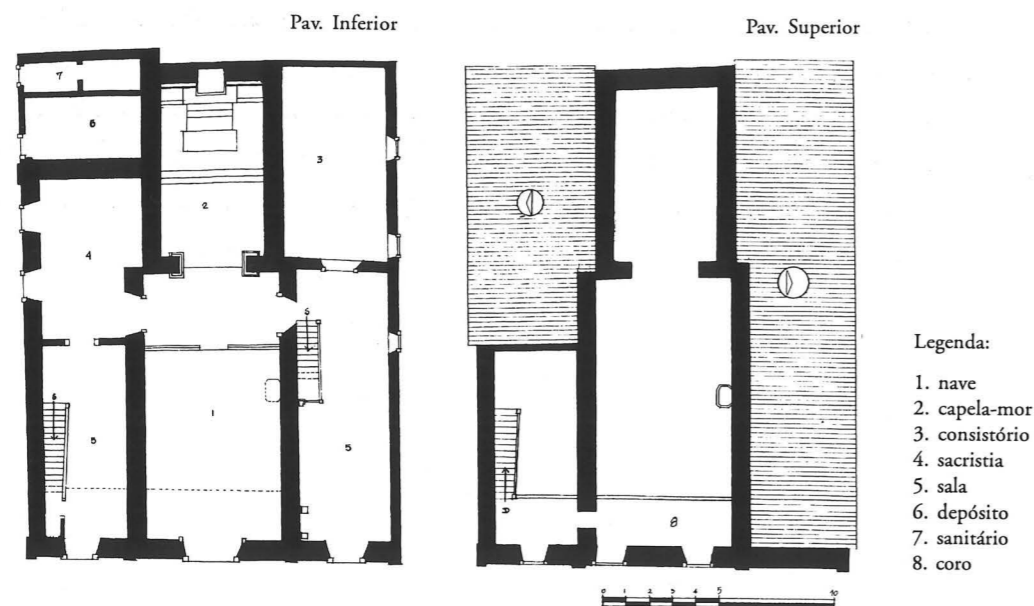
Em Vila Boa, as capelas da segunda metade do século XVIII que se destacam com essa organização geral, apresentando ou não sineiras feitas em madeira, são as de São Francisco de Paula, Santa Bárbara e Nossa Senhora da Abadia.

São Francisco de Paula (1761) possui uma planta de nave única, ladeada por dois amplos corredores, que parecem ter sido acrescentados posteriormente como anexos paroquiais. O plano desenvolve-se inteiramente dentro do tradicional retângulo, com a capela-mor mais estreita e a sacristia do lado esquerdo, com acesso direto à nave e às duas salas situadas à frente. Esses corredores possuem entradas independentes voltadas para a fachada e permitem acesso aos demais ambientes, como consistório, coro, depósito e escada para o púlpito. A sua organização espacial, mesmo com os acréscimos laterais, foi ordenada de forma a denunciar o caráter retangular da planta. O corpo central da capela segue os padrões das tradicionais capelas mineiras, com ampla e profunda capela-mor separada por arco-cruzeiro. A fachada também segue a composição em diagonal, formada por linhas rígidas e de rigor simétrico.

²⁴ BAZIN, Germain. *Op. cit.*, p. 127.

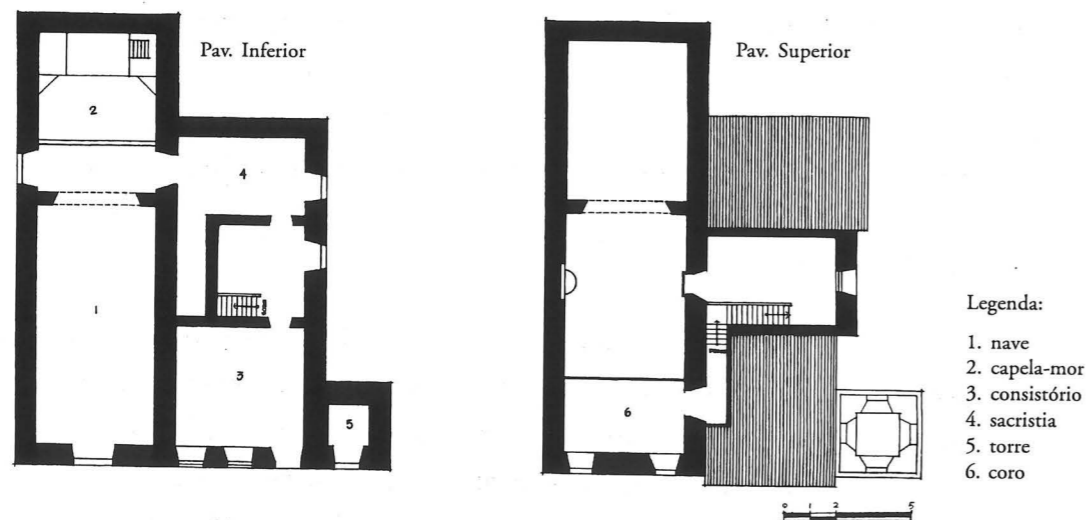
²⁵ Tipologias da arquitetura religiosa tradicional: Matriz de Santana de Ferros, Porto do Rio Santo Antônio, MG; Igreja Nossa Senhora do Amparo, Minas Novas, MG; Matriz do Curral Del Rey, atual Belo Horizonte, MG; Matriz de São Gonçalo, São Gonçalo das Pedras, distrito do Serro; Igreja Nossa Senhora do Rosário de Goiás, GO; N. S. do Rosário, séc. XVIII, Candeias, MG; (exemplares com duas torres); N. S. do Rosário, séc. XVIII, Berilo, MG; Igreja Nossa Senhora do Rosário, Chapa do Norte, MG; Matriz S. Francisco de Assis, Costa Sena, MG (sem torres). VALE, Marília M. B. Teixeira. *Arquitetura religiosa do século XIX no antigo Sertão da Farinha Podre*. Tese de doutorado USP, 1998. p. 71,72.

²⁶ *Op. cit.*, p. 70.



36. Planta do primeiro e segundo pavimentos da Igreja São Francisco de Paula.
(COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico, 1999)

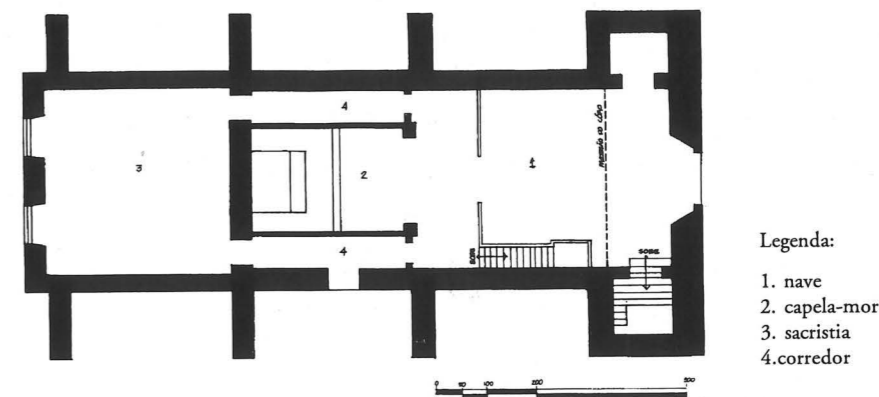
Nossa Senhora da Abadia (1790) apresenta um esquema organizacional diferenciado, assemelhando-se ao plano da igreja da Fazenda de Santo Antônio de São Roque.²⁷ Inscritas em um retângulo, encontram-se a nave e a capela-mor de mesma largura. Os anexos desenvolvem-se em outro retângulo de proporções semelhantes ao da nave, à direita do corpo principal, seguidos de uma torre, que se posiciona distante da nave e proporciona ao conjunto um interessante jogo de volumes. A composição da fachada, além de uns poucos ornamentos que coroam porta e janelas, acompanha o tradicional esquema em diagonal, rompendo a rigidez de conjunto com um singelo frontão aberto.



37. Planta do primeiro e segundo pavimentos da Igreja Nossa Senhora da Abadia.
(COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico, 1999)

²⁷ "Esta pequena igreja é quadrangular e possui uma nave e uma capela-mor da mesma largura, flanqueadas por uma sacristia e um único e largo corredor do lado da Epístola." BAZIN, Germain. *Op. cit.*, p. 125.

A última das capelas que apresenta essa tipologia é a pequena Santa Bárbara (1775),²⁸ localizada em acrópole, em local distante das demais igrejas. Como as congêneres, não foge das composições recorrentes de Vila Boa: uma porta e duas janelas dispostas em "V". Sua planta, de reduzidas proporções e forma retangular, tem uma capela-mor incrustada como um volume solto que funciona como elemento de separação da nave e da sacristia. A ligação entre os dois ambientes é feita por corredores laterais. O espaço interno, de extrema simplicidade, não assume muitos contrastes, pela quase ausência de ornamentos.



38. Planta da Igreja de Santa Bárbara.
(COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico, 1999)

Esses são os edifícios que seguiram os esquemas de planos retangulares com volumetrias sóbrias e que caracterizaram a arquitetura da região. No entanto, apesar dessa tipologia tradicional, todas elas apresentam pequenas soluções diferenciadas, como a capela-mor de Santa Bárbara, os amplos corredores laterais de São Francisco de Paula e a disposição em mais de um bloco dos anexos de Nossa Senhora da Abadia, o que revela as freqüentes adaptações arquitetônicas realizadas pelos construtores goianos.

4.3 AS IGREJAS DE PLANOS CENTRALIZADOS: OS TIPOS OCTOGONAIS

4.3.1 ANTECEDENTES

Na Europa, os planos centralizados foram amplamente difundidos com o Renascimento italiano, período das concepções arquitetônicas assentes no princípio pitagórico e platônico das relações matemáticas e geométricas entre o micro e o macrocosmo revividas pela formação humanista dos séculos XV e XVI. Conforme esses valores, adotaram-se novas soluções espaciais para as igrejas, ordenadas segundo formas puras, em especial o círculo, cuja harmonia absoluta se igualava à perfeição de Deus.²⁹

²⁸ Cunha Matos afirma que essa capela teve dois campanários. CUNHA MATOS, José Raymundo. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Goiânia: Líder, [s/d]. p. 98.

²⁹ WITTKOWER, Rudolf. *La arquitectura en la edade del humanismo*. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1968. p. 11.

Via de regra, as igrejas renascentistas (...) parecem, pelo menos virtualmente, idênticas ou muito similares por todos os seus lados. E mais, estão traçadas de tal maneira que seu ponto mais elevado, a cúspide do monumento, por assim dizer, levanta-se sobre o centro do edifício; o centro está coberto por uma cúpula.³⁰

A adoção de planos centralizados possibilitava representar, simbolicamente, a ordem e a harmonia da natureza, tornando-se uma solução absolutamente original, diferenciada das antigas igrejas medievais. Nesse novo conceito espacial, Alberti defendeu um ideal de beleza que só poderia ser alcançado com a reformulação e adaptação dos espaços religiosos. No *De Re Aedificatória*, recomendava figuras básicas para a elaboração de igrejas de planos centrais: o círculo, o quadrado, hexágono, octógono, decágono e dodecágono. Com essas formas e as suas possíveis articulações, resguardando as corretas proporções, obter-se-iam conformações espaciais convenientes à ordem divina, cujo centro seria o ponto áureo destinado a Deus.

Essas inovações foram tão amplamente aceitas no mundo italiano que as formas basilicais mereceram pouca atenção dos arquitetos,³¹ excluídas que foram desse conjunto harmonioso e “ideal” de beleza alcançada pela concordância das partes entre si e com o todo.

Em Portugal, a influência do Renascimento e, conseqüentemente, a adoção das plantas centralizadas não se fez de maneira uniforme. Chegou nas diversas regiões em diferentes momentos, o que torna indispensável conhecer suas origens, seu processo de diversificação, concretização e convivência com a multiplicidade de formas e estilos arquitetônicos. Dessa convivência, várias expressões arquitetônicas se formaram por sincretismos, assumindo traços do legado tradicional e clássico, resultando uma arte de tendência rígida e austera. Para Horta Correia, esse panorama artístico de elementos de tradição e inovação formou-se a partir do reinado de D. João III, com a política de abertura do país para reestruturação, conforme as exigências dos tempos modernos e a intrínseca consciência do humanismo italiano, aliado do humanismo cristão. Nesse período,

A arquitetura entra definitivamente no rol dos valores culturais a proteger primeiro, a empreender depois. E deixando de ser apenas instrumento passa a ser entendida como valor em si mesma.³²

Porém, segundo o autor,³³ essas inovações, inicialmente, apenas despertaram as soluções clássicas, não sendo aceito, de imediato, o rigor canônico italiano. Somente a partir das posteriores leituras de Serlio, foi possível estabelecer uma linguagem mais precisamente renascentista, com concepções arquitetônicas que adotaram planos centralizados.³⁴

³⁰ LOTZ, Wolfgang. “Notas sobre las iglesias de planta central del Renacimiento.” In: *La arquitectura del Renacimiento en Italia*. Madrid: Hermann Blume Ed., 1985. p. 65.

³¹ “(...) para ele, a basílica, como lugar da administração judicial na antiguidade, encontra-se intimamente relacionada com o templo. A justiça é um dom de Deus; efetivamente, o homem obtém a justiça divina através da piedade e coloca em prática a justiça divina através do exercício judicial. Assim, templo e basílica como locais de justiça divina e humana, encontram-se intimamente relacionados e, neste sentido, a basílica pertence ao domínio da religião (...)”. WITTKOWER, Rudolf. *La arquitectura en la edad del humanismo*. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1968.

³² HORTA CORREIA, José Eduardo. *Op. cit.*, p. 30.

³³ Idem. p. 34.

³⁴ “Pensamos que primeiro se terá aceite um capitel fantasiado, a que não correspondia exatamente a noção de ordem, mas próxima de uma expressão coríntia e compósita. Depois advirá, como índice de uma maturação clássica, o jônico. Finalmente, com a tendência generalizada para a sobriedade do “estilo chão”, o dórico e, sobretudo, o toscano.” Idem. p. 34.

Esses planos desenvolveram-se em pequenas capelas isoladas ou anexas a antigas igrejas, localizadas ao Sul de Portugal, exemplos da influência italiana: a Quinta da Penha Verde, atribuída a Miguel de Santo Amaro de Alcântara (influência seliana); capela do Paço de Salvaterra (próximo à Palladio e precursora do estilo chão) e capela de Valverde, a mais erudita delas. A alta qualidade arquitetônica desses edifícios não representou um fator impeditivo para a standardização dessas formas por todo o território, alcançando as regiões provinciais em séculos posteriores, no contexto da arte barroca.

De fato, o barroco retoma uma prática que o Renascimento já desenvolvera (Ermida de Santo Amaro, em Lisboa, Igreja de Bom Jesus de Valverde, em Évora, etc.), depois abruptamente interrompida pela ideologia da Contra-Reforma. O retomar dessa prática na Igreja de Santarém confere-lhe um papel essencial na caracterização de uma tipologia que, ao lado da decoração, constituirá uma originalidade portuguesa no âmbito do nosso estilo.³⁵

4.3.2 A DIFUSÃO DOS TIPOS OCTOGONAIS NO BARROCO

As primeiras formas do barroco português surgiram paralelamente à última fase da arquitetura chã, defrontando-se com a resistência daquelas mais tradicionalmente estáticas, observáveis nas ordenações planimétricas que se complementavam por uma rica ornamentação. Eram compostas de talhas, de esplendorosos efeitos dourados, azulejaria e as incomuns colunas pseudo-torsas. Nesse momento, a arquitetura subordinou-se à decoração, erigida a primeiro plano do programa construtivo. Posteriormente, espaços mais dinâmicos apareceram em capelas e ermidas que se organizavam através de plantas hexagonais e octogonais. Essa inovação, a de retomar planos centralizados após longo domínio dos tipos longitudinais, e a crescente multiplicação de pequenas capelas, firmou “a especificidade portuguesa”, como diz José Fernandes:

A especificidade portuguesa resulta da generalizada adoção de formas poligonais, regulares ou não, com número de lados variável. A explicação para o fato costuma encontrar-se na associação com a arquitetura militar, conhecida a dupla função dos nossos arquitetos.³⁶

Importantes experiências tentadas com espaços centralizados surgiram com as plantas projetadas para a igreja de Santa Egrácia, em Lisboa, no ano de 1682, para a qual foram apresentadas propostas com base no octógono, no hexágono e na cruz grega, todas do tipo centralizado, tendo sido escolhida a terceira para a construção. Seguiram-se as do Senhor da Cruz, em Barcelos (1707); Barrocas, em Aveiro (1722); São Pedro dos Clérigos, no Porto (1732), entre outras, predominando aí o modelo octogonal.

Esse tipo irá alcançar seu ponto máximo com a Capela de Nossa Senhora das Barrocas (1722), que apresenta caráter mais erudito, distanciado do círculo provincial. Mesmo assim, essas propostas de

³⁵ PEREIRA, José Fernandes. “Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitetura religiosa e civil.” In: MOURA, Carlos. (org.) *História da arte em Portugal: O Limiar do barroco*, Lisboa: Publicações Alfa, 1986. p. 22. 2 v.

³⁶ PEREIRA, José Fernandes. *Arquitetura barroca em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1992. p. 45.

planos centralizados estender-se-ão por “todo o território nacional, sofrendo nuances de interpretação que tanto podem ser variações locais e ruralizadas de temas eruditos, a incompreensão dos mesmos, ou a vontade de afirmar uma força criadora diferenciada. Essas manifestações participam do espírito barroco nacional e as clivagens regionais são não menos em termos estruturais que no vocabulário decorativo ou nos materiais utilizados.”³⁷

José Fernandes Pereira cita a permanência desse tipo em regiões tanto metropolitanas quanto provinciais, espalhado largamente por todo o território português. Em Lisboa, a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso (1626 e 1639), com planta oitavada;³⁸ em 1626, Nossa Senhora da Guia, em Alverga; perto de Coimbra, a Capela do Senhor dos Aflitos e a Ermida do Calvário, de plantas hexagonais.

Apesar de a arquitetura barroca nacional se estender por todo o território, até mesmo nas áreas insulares, como os Açores, na região de Aveiro³⁹ houve uma verdadeira proliferação de igrejas de planos centralizados. Essa é a região do país com maior densidade de igrejas com tal tipologia. A capela de Santo Estevão, provavelmente reconstruída em 1567, é o mais antigo exemplar do distrito. Ao longo do século XVII, outros exemplares surgiram na região: capela dos Santos Mártires, em forma hexagonal, datada dos finais do século e capela da Madre de Deus, em forma hexagonal.

Outras pequenas construções se disseminaram pela região, quase sempre capelas de espacialidade compacta e acentuado ruralismo.⁴⁰

Planos poligonais, inseridos em retângulos, entendidos por alguns autores como uma proposta proto-barroca, por apresentarem soluções menos ousadas, também se desenvolveram. São obras que hesitam entre a extravagância da nova linguagem e a força do gosto português, vinculado à sobriedade retilínea. Em geral, esses tipos mantiveram a forma retangular na parte externa, com capela-mor retangular, sendo o seu aspecto mais inovador a nave poligonal. Seguindo essa tipologia, tem-se: a Igreja Menino de Deus, de 1711; Conceição da Praia, Baía, 1739; São João Baptista, Campo Maior, 1724; Navegantes, Cascais, 1711 e Santo Idelfonso, Porto, 1724.

Além desse grande número de exemplares em terras lusitanas, os tipos poligonais ou os retangulares com polígonos inseridos seguiram os rumos da expansão do império português, ganhando um decisivo destino sul americano.

Em terras coloniais, tipos mais dinâmicos também conviveram com aqueles de maior rigidez e estaticidade, peculiares a uma arquitetura mais sóbria, “presa a modinaturas renascentistas/ maneiristas,

³⁷ PEREIRA, José Fernandes. *Op. cit.*, p. 149.

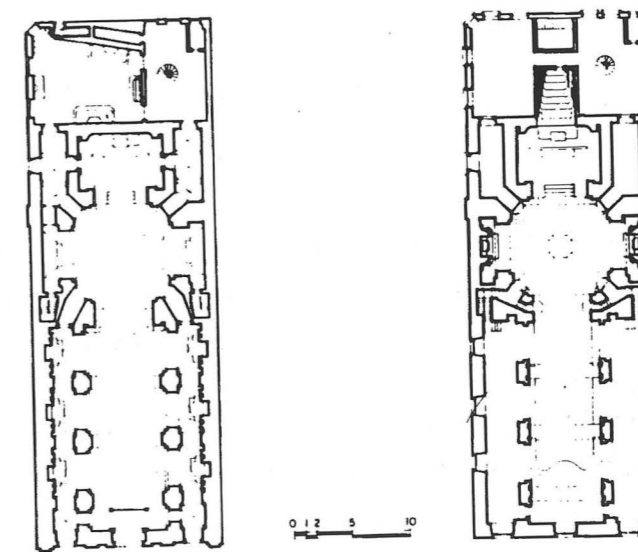
³⁸ “Nestes tempos difíceis verificamos que ambas as construções se situam em zonas marginais a qualquer centro urbano importante, propondo-se como discurso minoritário. Mas a sua lenta implantação atingirá a escala nacional, irmanando Norte e Sul na mesma vocação comum.” PEREIRA, José Fernandes. “Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitetura religiosa e civil.” In: MOURA, Carlos. (org.): *História da arte em Portugal: o limiar do barroco*. Lisboa: Alfa, 1966. p. 22.

³⁹ “Na zona de Aveiro encontra-se, de fato, um grupo numeroso de pequenas obras poligonais (...) Figuras a Capela de Nossa Senhora das Areias, a Capela de Santos Mártires e a Capela da Madre de Deus, na própria cidade aveirense. Apesar de a simplicidade ser a característica dominante de todas elas, nota-se um crescente cuidado decorativo nas cidadinas em oposição às rurais”. *Op. cit.*, p. 25.

⁴⁰ PEREIRA, José Fernandes. *Arquitetura barroca em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1992. p. 160.

e a esquemas gerais mais arcaicos, simplificados (...), que George Kubler analisou, denominando de Plain Architecture”.⁴¹ Gradativamente, as formas mais severas dos primeiros momentos foram substituídas por outras mais livres e sinuosas, com efeitos de contrastes e composições que não se preocupavam tanto com simetrias e equilíbrio.

Também no Brasil, o barroco foi introduzido pelas talhas policromadas, em retábulos que, posteriormente, espalharam-se pelas capelas-mores, arcos-cruzeiros e naves. As mais antigas capelas que ilustram esse período são as capelas do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro e a Dourada, dos Terceiros Franciscanos do Recife. Na terceira década do Setecentos, as talhas romperam com os esquemas anteriores e passaram a ser produzidas em composições acompanhadas de esculturas e pinturas em perspectiva nos tetos. Simultaneamente, surgiram, nas regiões litorâneas, igrejas de naves poligonais e curvas – Igreja Nossa Senhora da Glória do Outeiro do Rio de Janeiro (1714/1739), Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte (?-1758), Rio de Janeiro; Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores (1747), Rio de Janeiro; Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens (1752-90), Rio de Janeiro; São Pedro dos Clérigos do Recife (1728/ 1759),⁴² e a de Nossa Senhora da Conceição da Praia de Salvador (1736/1765).⁴³



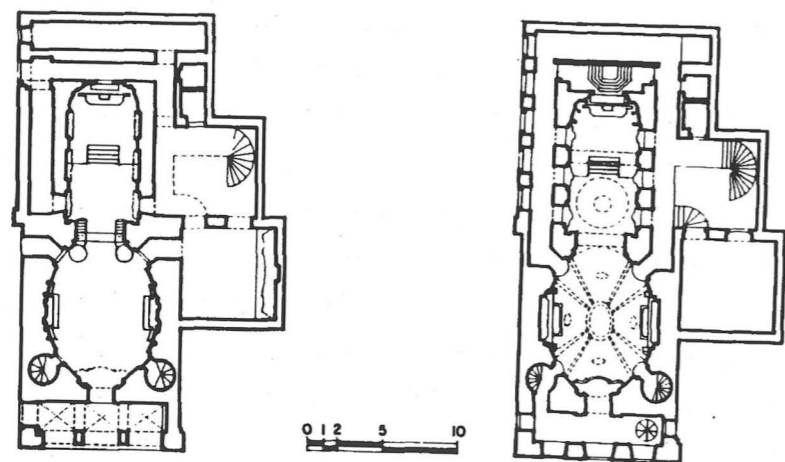
39. Planta baixa do primeiro e segundo pavimentos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, Rio de Janeiro. (*Revista Barroco*, n. 15)

⁴¹ SILVA TELLES, Augusto C. da. “O barroco no Brasil. Análise da biografia crítica e colocação de pontos de consenso e de dúvidas”. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro, n. 19, 1994, p. 125.

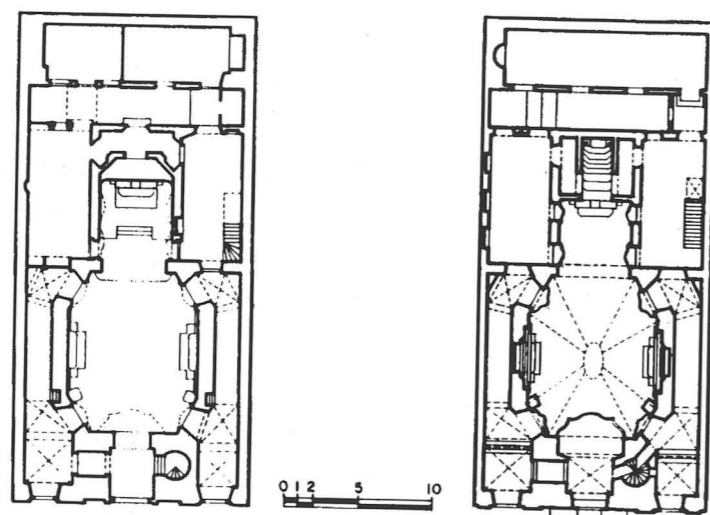
⁴² Segundo Augusto C. da Silva Telles, “no nordeste, a igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife foi a única realização filiada à escola Borromínica”. *Op. cit.*, p. 130.

⁴³ Neste texto, foram adotados as referências de datas indicadas por Myriam de Oliveira, discordantes das de Silva Telles em *O Barroco no Brasil*, onde se lê: “Igreja de N. Senhora da Glória do Outeiro do Rio de Janeiro (1714/39), de São Pedro dos Clérigos do Recife (1728/59), e Nossa Senhora da Conceição da Praia de Salvador (1736/65).” *Op. cit.*, p. 129.

No artigo “Plantas poligonais e curvilíneas no barroco brasileiro: classificação tipológica” de Miriam de Oliveira, encontram-se as seguintes datas: “Nossa Senhora da Conceição da Praia de Salvador (1739-65), São Pedro dos Clérigos do Recife (1728-82), Conceição e Boa Morte do Rio de Janeiro (?-1758), Nossa Senhora Mãe dos Homens (1752-90), Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (1731-74), Conceição de Antônio Dias de Ouro Preto (1727).” *Op. cit.*, p. 300.



40. Planta baixa do primeiro e segundo pavimentos da Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, Rio de Janeiro.
(*Revista Barroco*, n. 15)



41. Planta baixa do primeiro e segundo pavimentos da Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Rio de Janeiro.
(*Revista Barroco*, n. 15)

Em regiões centrais, como Minas Gerais, o quadro tipológico diversificou-se, com planos retangulares e centralizados mais elaborados de influência borromínica, como: a Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (inaugurada em 1731), Igreja do Rosário dos Pretos de Ouro Preto e de São Pedro dos Clérigos de Mariana, as duas anteriores a 1762.⁴⁴

Paralelamente, surgiram os octogonais, mais simples e que,⁴⁵ segundo Myriam de Oliveira, podem ser vistos como a “especificidade portuguesa”, por sua associação evidente com a arquitetura

⁴⁴ Idem. p. 132.

⁴⁵ Para Selma Melo Miranda, a capela setecentista de São José de Minas Novas, de planta com nave octogonal e capela-mor hexagonal, pode ser considerada, em Minas Gerais, a irradiadora “das experiências do Nossa Senhora do Ó em Sabará e Nossa Senhora Aparecida em Córregos, ou com corredores laterais à nave ou à capela-mor, no caso das capelas de Nossa Senhora do Rosário em Santa Bárbara e São Francisco em Caeté.” MIRANDA, Selma Melo. “Arquitetura colonial em Minas Gerais: Os planos poligonais.” In: *Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Portugal/ Brasil-Brasil/ Portugal: duas faces de uma realidade artística*. Lisboa, 2000. p. 94-105.

militar, que constituía a formação básica dos arquitetos do país. “É, aliás, sintomático que a maioria das igrejas de plantas poligonais construídas no Brasil tenha, em sua origem, engenheiros militares portugueses, ao oposto das curvilíneas, desenhadas quase todas por profissionais com informação erudita, mas sem formação oficial em arquitetura e construções, como o Alejadinho.⁴⁶

Ainda segundo Myriam de Oliveira, foram os tipos poligonais inseridos em retângulos os que alcançaram maior aceitação na arquitetura brasileira, como atestam: a igreja ouro-pretana Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias (1727); a igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife (1728), desenhada por um mestre - pedreiro, mas com risco avaliado por engenheiros militares; Igreja da Conceição da Boa Morte do Rio de Janeiro (?-1758), com risco atribuído a outro engenheiro militar, José Fernandes Pontes Alpoim; a nave da Igreja carioca de Nossa Senhora Mãe dos Homens (1752-90); e a elaboradíssima Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (1731-74).

Na região de Sabará, movimentações em fachadas, que configuram seção octogonal, são encontradas em Nossa Senhora do Ó e em várias outras pequenas capelas mineiras, “principalmente na segunda metade daquele século [XVIII] – Santa Rita do Serro, Rosário de Itabira, Arquiconfraria de Mariana, São Francisco de Caeté, Rosário de Santa Bárbara, Rosário de Conceição de Mato Dentro.”⁴⁷

Em São Paulo, de acordo com Benedito Lima Toledo,⁴⁸ duas igrejas apresentam-se com esse tipo de planta: Nossa Senhora da Luz e a capela da Ordem Terceira de São Francisco. Acresce-se aos exemplares paulistas a pequena Pilar de Taubaté, iniciada em 1749, considerada por Selma Miranda o tipo paradigmático da série mineira.⁴⁹



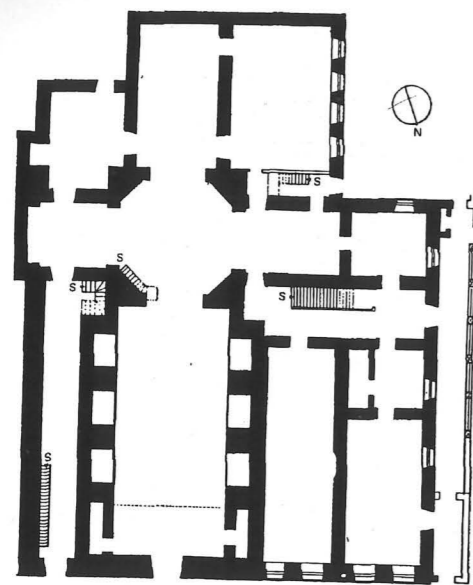
42. Fachada e interior da Igreja de Taubaté em São Paulo.
(Arquivo particular de Hugo Sagawa)

⁴⁶ MYRIAM, Andrade Ribeiro de Oliveira. “Plantas poligonais e curvilíneas no barroco brasileiro: Classificação tipológica.” In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte, n. 7. p. 300.

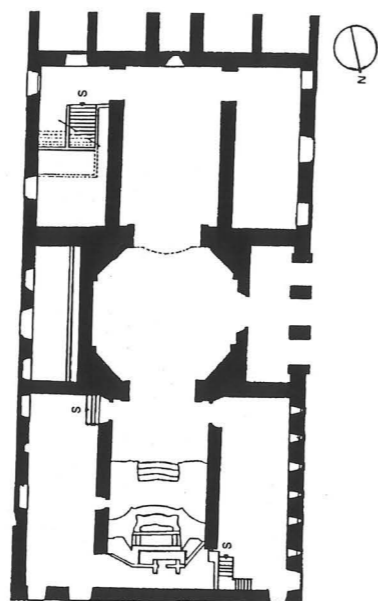
⁴⁷ ÁVILA, Afonso. “Igrejas e capelas de Sabará.” *Revista Barroco*. Belo Horizonte, n. 8, p. 25.

⁴⁸ TOLEDO, B. L. de. “Igrejas paulistas de planta octogonal”. In: *Revista da USP*. São Paulo, n. 2, 1986. p. 123.

⁴⁹ MIRANDA, Selma Melo. *Op. cit.*, p. 94-105.



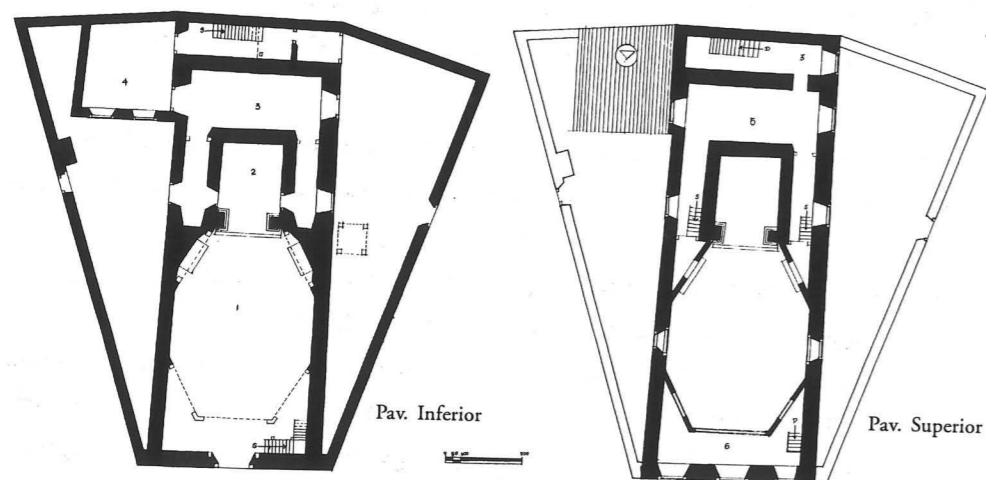
43. Planta esquemática da Igreja da Ordem 3ª da Penitência de São Francisco, São Paulo. (Revista da USP, n.2)



44. Planta esquemática da Igreja do Convento da Luz, São Paulo. (Revista da USP, n.2)

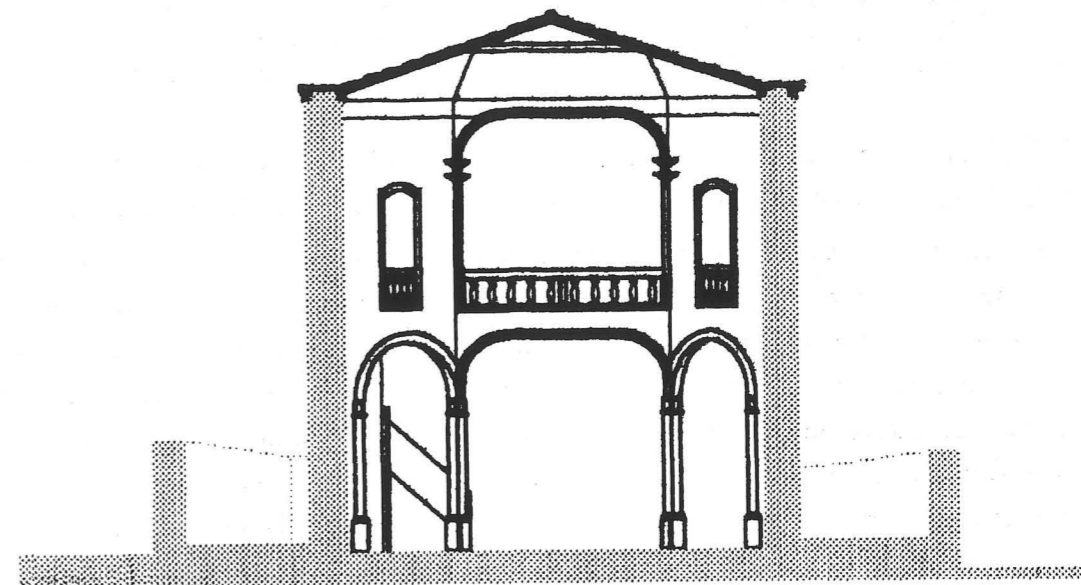
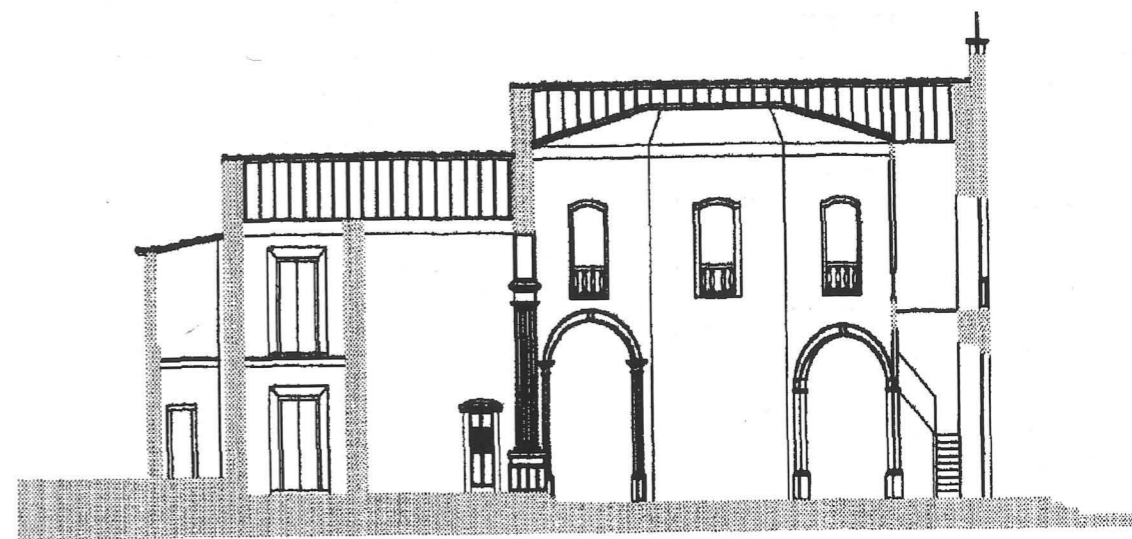
Em Vila Boa de Goiás, são dois os exemplares do grupo das octogonais inseridas em retângulo: Nossa Senhora da Boa Morte (1762-1779) e Nossa Senhora do Carmo (anterior a 1786).

A primeira obedece, em seu frontispício, ao esquema das tradicionais capelas mineiras, com composição que se equilibra pela disposição dos seus vãos – uma porta central, duas janelas a altura do corpo e uma terceira com sacada ao centro. Essas mesmas janelas se enquadram entre quatro colunas, com capitéis que se fundem à cimalha. No frontão ondulado, encontram-se os ornatos que habilmente suavizam a rigidez da composição severa. Nas duas fachadas laterais, a cimalha continua apenas na extensão do volume mais alto. No mais baixo, não se encontra nenhum elemento de arrematação entre a parede e a cobertura em duas águas. Complementam essas fachadas duas janelas, com vergas ligeiramente curvas, que se abrem para as tribunas.



- Legenda:
1. nave
 2. capela-mor
 3. sala
 4. sacristia
 5. consistório
 6. coro

45. Planta do primeiro e segundo pavimentos da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte. (COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico, 1999)

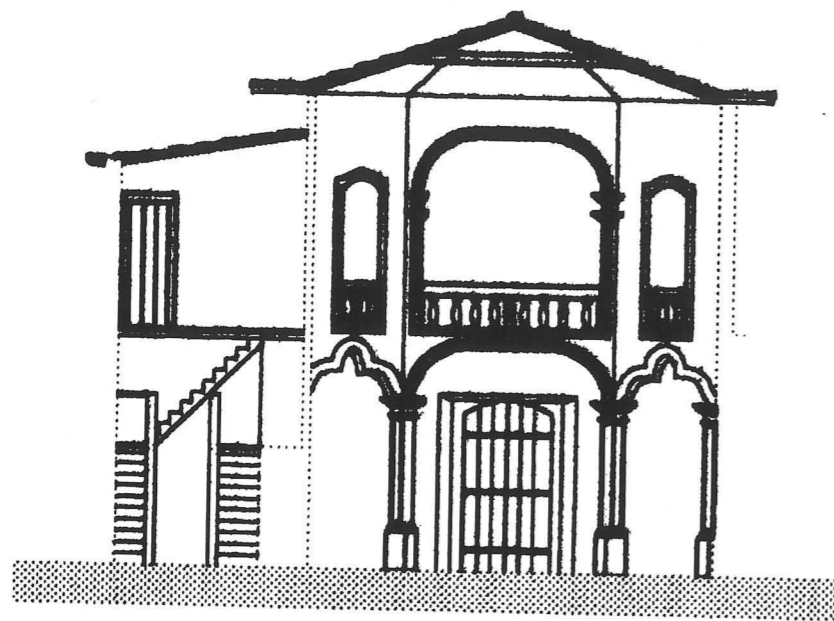


46. Cortes lateral e frontal da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte. (Esquema elaborado a partir do levantamento do SPHAN de Brasília)

A planta se desenvolve dentro de um risco retangular básico, definindo um único volume externo, de linhas rígidas e alturas diferenciadas. Internamente, o espaço se dinamiza a partir da forma octogonal, que corresponde à nave da capela, constituída pelas inclinações dos dois retábulos laterais e por uma sucessão de três arcos, formados por colunas delgadas, que sustentam o coro. A capela-mor, de forma retangular, é separada por um arco-cruzeiro e ladeada por corredores laterais que dão acesso à sacristia, desenvolvida transversalmente à capela. Atrás da sacristia, encontra-se uma escada que dá acesso ao pavimento superior, onde estão o consistório, as tribunas e um coro de pequenas proporções, forma irregular e parapeito em balaustrada. O forro, acima da nave, segue a mesma disposição octogonal e reforça a dinâmica do espaço interno. Porém, mesmo com a presença dessa nave octogonal, considerada bastante inovadora para o quadro da arquitetura goiana, Boa Morte mantém uma articulação e

distribuição espaciais que seguem o tradicional esquema simplificado das igrejas do segundo grupo da classificação de Lúcio Costa.

Nossa Senhora do Carmo não difere, nos seus aspectos externos, do esquema tipológico das capelas rurais mineiras. Essas, geralmente, “apresentam frontispício extremamente despojado e desprovido de torres, com aberturas em óculo ou pequenas janelas na empena, à altura do coro, quando este existe (ex. Santo Antônio do Pompeu), servindo uma das aberturas às vezes como sineira (ex. Rosário do Cuiabá), mas sempre com função também de iluminação e raramente aspirando ao desempenho decorativo como se dá no óculo em rosácea”.⁵⁰



47. Corte da Igreja Nossa Senhora do Carmo.
(Esquema elaborado a partir do levantamento do SPHAN de Brasília)

Não obstante essas características externas semelhantes às das capelas mineiras, internamente é o edifício religioso que possui a mais complexa planta de todos os edifícios em estudo, formada por uma nave octogonal. No entanto, a articulação entre seus espaços internos ainda permanece com o mesmo esquema tradicional, em duas seções básicas: o octógono regular correspondendo a nave; e a segunda seção, subdividida em três cômodos: a capela-mor, de formas retangulares, e os corredores, projetando-se lateralmente. Demais compartimentos irregulares, como os que se desenvolvem no piso superior, compõem o conjunto interno. Distingue-se das demais capelas, pela sua nave octogonal formada por arcos trilobulados e o coro, em contraste com o restante do conjunto. Para maior acentuação da dinâmica espacial da nave, Nossa Senhora do Carmo conta com altares trabalhados e o apainelado do forro. Do lado direito da nave, a igreja possui um volume em dois pavimentos, sendo feito aí o acesso às tribunas e ao púlpito. Do lado esquerdo, existe, por trás da parede da fachada, um

⁵⁰ Ávila, Afonso. *Op.cit.*, p. 4.

pátio interno, cujo acesso é feito através da sacristia. Contribuem para maior movimentação do espaço, duas janelas de tribunas que se dispõem, para quem está no centro da nave, respectivamente, sobre um dos altares laterais e sobre o púlpito.

Por fim, convém ressaltar que as igrejas de Nossa Senhora da Boa Morte e Nossa Senhora do Carmo, de plantas octogonais, possuem uma organização de espaço interior similar à das igrejas de plano retangular, respeitando a mesma articulação entre coro, nave, altar-mor, etc. Contribuem, portanto, para a garantia e a manutenção dos espaços litúrgicos, apregoadas desde as *Instructiones Fabricae et Supellectilis Ecclesiasticae* de São Carlos Borromeu, e reafirmam as aproximações de Vila Boa de Goiás com outras regiões da Colônia e da própria Metrópole, onde os tipos octogonais, plenos de espacialidade, paulatinamente adquiriram predileção sobre os retangulares.

CONCLUSÃO

O estudo das igrejas setecentistas da antiga capital de Goiás vincula-se à compreensão de sua história urbana. Os edifícios religiosos foram cruciais na formação, orientação e configuração dos espaços urbanos do Brasil Colônia. Marcaram de forma significativa a paisagem vilaboense, física e simbolicamente, destacando-se como focos de referência urbana. Entretanto, ao longo do século XVIII, essa arquitetura se relacionou com a cidade sob formas diferenciadas, evidenciando a diversidade das práticas urbanísticas que marcaram a chamada Expansão Ultramarina, para a qual o edifício religioso sempre foi um elemento organizador.

O Arraial de Santana estruturou-se pela mais tradicional forma de fundar cidades, com a igreja assumindo papel preponderante na organização urbana, articulando e ordenando os espaços hierarquicamente, conforme a estrutura social da época. A formação do Largo da Matriz correspondeu à fase inicial dessa prática. Consagrado pela igreja-mãe e circundado pelas habitações das pessoas mais ilustres, foi o local mais dinâmico do povoado, lugar de exercício de múltiplas funções, onde se confundiram as fronteiras do sagrado e do profano. Subordinado a esse local fundacional, o Largo do Rosário, com sua Igreja dos Pretos, se orientou, ainda nessa fase, segundo a posição da Matriz e abrigou em suas proximidades a população parda e forra. Foi o segundo espaço do Arraial, definindo um eixo bipolar com respeito ao Largo da Matriz, característico das práticas urbanas mais tradicionais.

Com a fundação de Vila Boa, procurou-se inaugurar uma nova lógica de formação de cidades, na qual a praça, definida previamente por arruadores, compareceu como elemento estruturador para abrigar dois edifícios representativos dos poderes estatal e eclesiástico: a Matriz e a Casa de Câmara e Cadeia. Antepostos, esses edifícios marcaram a tensão entre essas duas instâncias de poder. Entretanto, a consolidação da Vila revelou inúmeras resistências para com a implantação integral do seu plano, mantendo apenas, como sinal concreto dessa nova lógica, a demarcação do Largo do Chafariz e a construção da Casa de Câmara e Cadeia. Ainda assim, essas alterações inauguraram um novo espaço rival do antigo povoado, redesenhando as relações entre o político e o religioso. Nessa nova ordem, as igrejas não se orientaram mais por um único foco de atenção, ou seja, o antigo largo da Matriz, mas disputaram melhores localidades relacionadas ao espaço da vila como um todo.

Essas resistências, distorções e desvios do plano de fundação foram os principais alvos de reformas posteriores, que se realizaram segundo princípios de maior regularidade do traçado, revelados nas propostas de realinhamento de estruturas anteriores e expansão urbana, e por um código de posturas para a construção de novas casas. Nessas mudanças, as capelas erguidas em locais privilegiados e de cotas mais elevadas apresentaram relações diferenciadas com o espaço urbano. Firmaram-se seguindo as imposições do alinhamento e apontando para os novos valores dessa ordem regular de traçado. E a Vila redefiniu, uma vez mais, o significado do domínio público urbano, então exaltado pelos princípios da “razão”, da “cultura útil”, da “promoção das luzes”, simbolicamente identificados com a construção do passeio público e do Horto Botânico, e circunscreveu as dimensões espaciais do sagrado aos adros e interiores das igrejas e capelas.

As legislações e as organizações sociais também influíram diretamente na edificação e disposição das igrejas no interior da cidade, marcando, no espaço, os traços de uma sociedade hierárquica, estruturada por irmandades e confrarias, que se vinculavam aos respectivos recintos religiosos. As escolhas dos locais para as implantações das igrejas, bem como as qualidades formais da arquitetura fizeram parte desse jogo social. A monumental Matriz de Santana, erguida no local fundacional, não só acolheu a Irmandade do Santíssimo Sacramento e outras, como também agregou, ao seu redor, as residências das pessoas brancas e de maior poder. Nesse mesmo Largo ergueu-se também a capela de Nossa Senhora da Boa Morte, inicialmente prevista para os militares e entregue posteriormente à Irmandade dos Pardos. Em contraponto, o Largo do Rosário, com sua Igreja dos Pretos, articulou-se hierarquicamente em relação ao principal espaço da Vila, marcando claramente a ordem social do período colonial.

Essa mesma hierarquia norteou a organização e a lógica dos mestres e artesãos vilaboenses nos seus canteiros de obras, com intervenções construtivas pontuais resultantes de uma dinâmica de trabalho marcada por diferentes grupos e especializações. Conseqüentemente, as igrejas se caracterizaram por discontinuidades estilísticas entre seus arcabouços, fachadas, arcos-cruzeiros, etc, derivadas desse modo de organização do canteiro. As capelas de Nossa Senhora da Boa Morte e de Nossa Senhora da Abadia são, nesse sentido, exemplares. A *traça* foi um instrumento de trabalho imprescindível na construção de algumas das capelas de Vila Boa, mantendo compromissos estreitos com a divisão hierárquica do trabalho e sua lógica de “concepção arquitetônica”. No entanto, essas discontinuidades estilísticas foram atenuadas pelo respeito que os construtores mantiveram pela ordem dos espaços litúrgicos e sua hierarquia de valores, tal como no tratamento dispensado aos altares-mores, arcos, púlpitos e portadas que, destacando-se qualitativamente, contribuíram para a mesma manutenção e valorização hierárquica dos “lugares” no interior da igreja.

Nas construções religiosas de Vila Boa de Goiás, predominaram tipos arquitetônicos genericamente agrupados em edifícios de planos retangulares e octogonais. A recorrência dos tipos, cuja adoção nunca se deu, evidentemente, de forma repetitiva e automática, abre novas perspectivas ao estudo da arquitetura. Se cada escolha pressupõe soluções diferenciadas, o referencial, no entanto, impõe uma consideração de maior abrangência. De onde se conclui que Vila Boa setecentista manteve sincronia com outras regiões da colônia, sobretudo as capitânicas de São Paulo e Minas Gerais, bem como com Portugal, contradizendo argumentos recorrentes que a balizaram pela idéia de isolamento.

Com as novas documentações e reflexões levantadas, o presente trabalho não pretendeu ultimar as investigações e dúvidas sobre a arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás, mas desenvolver outras interpretações de seus edifícios, cuja singeleza há tempos tem alentado visões singulares sobre nossa história regional.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Sandra. *Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1999. 1 e 2 v.

ALVES, Marieta. *Dicionário de artistas e artífices na Bahia*. Salvador: UFBA, 1996.

AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1981.

ANDRADE, F. P. D. *Subsídio para ao estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*. Tese de doutorado. São Paulo: Escola Politécnica de S. Paulo, 1966.

APARÍCIO, João Paulo da Silva. *Governar no Brasil colonial: A administração de Luís da Cunha Menezes nas capitanias de Goiás (1778-1783) e de Minas Gerais (1783-1788)*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 1998.

ÁVILA, A. *Barroco - teoria e análise*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1956.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Artesanato arte e indústria*. Tese de doutorado. São Paulo: FAUUSP, 1998.

BERTRAN, Paulo (org.). *Notícia geral da capitania de Goiás*. Goiânia/Brasília: Editora da UFG e UCG, Solo Editores, 1997. 1V e 2 V.

BITENCOURT, Luiz Cláudio, SANTOS, Antônio da Costa. "Campinas circunscrição e gênese". V *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. PUC - Campinas - São Paulo, out., 1998.

_____. *Regularidades do visível*. Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1999.

BORGES, Ana Maria; PALACIN, Luis. *Patrimônio histórico de Goiás*. Brasília: SPAHAN / proMEMÓRIA, 1987.

BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, C.R. *A igreja e a expansão ibérica*. (1440-1770). Lisboa: Edições 70, 1978.

- BUENO, Beatriz P. Siqueira. "Iconografia dos engenheiros militares: fonte essencial para o estudo do urbanismo no Brasil setecentista". *V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. PUC- Campinas - São Paulo, out., 1998.
- _____. "Desenho e designo: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)". *Comunicado apresentado no Congresso ICAM*. Rio de Janeiro, maio, 2000.
- BURY, John. *A arquitetura e a arte no Brasil colonial*. (org.) Myrian de Andrade de Oliveira. São Paulo: Nobel, 1991.
- CARITA, Rui. "As cidades atlânticas do séc. XVI: fronteiras e modelos estratégicos". *V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. PUC - Campinas - S. Paulo, out., 1998.
- CASTRO, José Luiz. *A organização da igreja católica na capitania de Goiás*. (1726-1824). Dissertação de mestrado. Goiânia: UFG, 1998.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 1997.
- COELHO, Gustavo Neiva. *A formação do espaço urbano do ouro: o caso Vila Boa*. Dissertação de mestrado. Goiânia: UFG, 1997.
- CORREIA, José Eduardo Horta. *Arquitetura portuguesa, renascimento, maneirismo, estilo chão*. Lisboa: Editora Presença, 1991.
- CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: EDART, 1972.
- COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das artes, 1995.
- DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia*. Trad. Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997.
- ETZEL, Eduardo. *Arte sacra berço da arte brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.
- _____. *O barroco no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. "As vilas pombalinas do séc. XVIII: estratégias de povoamento." *V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. PUC - Campinas - São Paulo, out., 1998.
- FERREZ, Gilberto. *O Brasil do primeiro reinado visto pelo botânico William John Burchell. 1825, 1829*. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, Fundação Pró-Memória, 1981.
- FRANCO, Fernando Marías. "Trazas, trazas, trazas: tipos y funciones del dibujo arquitectónico". In: *Juan de Herrera y su influencia. Actas del simposio*. Camargo, jul., 1992.
- FRANÇA, José Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1987.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. "Funcionários régios, eruditos locais, viajantes estrangeiros: representações da cidade colonial mineira". *V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. PUC - Campinas - São Paulo, out., 1998.
- GOMBRICH, E.H. *Ideales e ídolos: Ensayos sobre los valores em la historia y el arte*. Barcelona: Gustavo Gili Arte, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do descobrimento à expansão territorial*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.

- HOORNAET, Eduardo (org.) e outros. *História da igreja no Brasil*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *Formação do catolicismo brasileiro-1550/1800*, 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- LOTZ, Wolfgang. *La arquitectura del renacimiento en Itália*. Madrid: Herman Blume, 1985.
- MARX, Murilo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. *A cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos / Edusp, 1980.
- _____. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel Editora/Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- _____. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Stúdio/ Nobel, 1999.
- MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices do séc. XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN/MEC, 1974. 1V e 2V.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Líder: Goiânia, [s/d].
- MILHEIRO, Ana Cristina Fernandes Vaz. "Um olhar intruso: o mundo urbano brasileiro narrado através da sensibilidade do estrangeiro". *VI Seminário de história da cidade e do urbanismo*. Natal, nov. 2000.
- MORAES, Cristina de Cássia Pereira. "A capitania dos Goyazes em festa: as comemorações pela convalescência do Rei D. José I em 1760". *XXVI simpósio anual do CEHILA/BRASIL. Religiosidades, misticismo e história no Brasil Central*. Brasília, set., 1999.
- _____. "O cristianismo na ocupação do Centro Oeste". *XXVI simpósio anual do CEHILA/BRASIL. Religiosidades, misticismo e história no Brasil Central*. Brasília, set., 1999.
- MOREIRA, Rafael. *A arquitetura do renascimento no sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1991.
- _____. "A arte luso-brasileira: modelos, síntese, autonomia". In: *História da expansão*. Portugal: Círculo de leitores e autores, 1998.
- _____. "A arte da arruação e a cidade luso-brasileira (sécs. XVI-XVIII)". *V Seminário História da cidade do urbanismo*. PUC - Campinas - São Paulo, out., 1998.
- MOURA, Carlos. *A história da arte em Portugal: o limiar do barroco*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. 8 V.
- KUBLER, George. *A arquitetura portuguesa chã: entre as especiarias e os diamantes*. Portugal, s/d.
- KUHL, Paulo Mugayar. "Crítica à arte e a cultura portuguesa no século XVIII: a visão dos estrangeiros". *Simpósio da Associação Brasileira dos Críticos de Arte*. Porto Alegre, nov., 1999.
- OLIVEIRA, Myriam de Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso em Minas Gerais e seus antecedentes europeus*. Tese de doutorado. Université Catholique de Louvain, 1990. V 1 e 2.
- PADILHA, Nino (org.). *Cidade e urbanismo. História, teorias e práticas*. Salvador: Mestrado em Arquitetura da FAUFBA, 1998.
- PAIS DA SILVA, Jorge Henrique. *Páginas de história da arte*. Lisboa: Editora Stampa, 1986. 2 V.
- PALACIN, Luis e outros. *História de Goiás em documentos: I colônia*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

PEREIRA, José Fernandes. "O barroco do séc. XVIII: Transição e mudança - a história de um conceito estilístico". In: *História da arte portuguesa* (org.) Paulo Pereira. Lisboa: Círculo de leitores, 1998.

PEREIRA, Paulo. (org.). *História da arte portuguesa*. Barcelona: Círculo de Leitores, 1995. V. 3.

_____. *Arquitectura barroca em Portugal*. Portugal: Biblioteca Breve, 1992.

_____. "A traça como único princípio". In: *Estudos de arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Veja, 1995. V. 103.

POHL, Johann Emmanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Edusp/Livraria Itatiaia, 1976.

PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*. Campinas: Pontes, 1998.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *A evolução urbana do Brasil. Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)*. Editora Universidade de São Paulo: São Paulo, 1976.

_____. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1968.

_____. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagens à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp / Editora Itatiaia, 1975.

SANTOS, Paulo. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

SILVA, C.J. Trindade da Fonseca. *Lugares e pessoas. Subsídios eclesidásticos para a história de Goiás*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.

SOLÀ- MORALES, Ignasi. "Prólogo a la edición castelana: Teoría e Historia del Arte en la obra de Alois Riegl." In: RIEGL, Alois. *Problemas de estilo. Fundamentos para una historia de la ornamentación (1893)*. Trad. De Frederico M. Saller. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980.

TEIXEIRA, Manuel C. e Valla, Margarida. *O urbanismo português*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. Coleção documentos. Goiânia: Editora UFG, 1998.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. "Paróquia e comunidade na representação do sagrado na colônia". In: *Paróquia e comunidade no Brasil*. São Paulo: Paulus, 1987.

VALE, Marília M. Brasileiro. *Arquitetura religiosa do séc. XIX no antigo sertão de Farinha Podre*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1998.

WITTKOWER, Rudolf. *La arquitectura en la edade del humanismo*. Buenos Aires: Ed. Nueva - Visión, 1968.

WOLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte*. Trad. de João Azenha Jr. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

REVISTAS

ÁVILA, A. Igrejas e capelas de Sabará. In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte, n. 8.

COELHO, Gustavo Neiva. "Construções religiosas no período colonial existentes na região de Vila Boa: 1727/1793." In: *Fragments de cultura*. IFITEG. Goiânia: UCG, v. 9, n. 3, maio/jun., 1999.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. "Os oficiais mecânicos da Salvador e São Paulo no período colonial". In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte, n. 17., 1993.

MARX, Murilo. "Arraiais mineiros: relendo Sylvio de Vasconcelos." In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte, n. 15., 1992.

MIRANDA, Selma Melo. "A arquitetura colonial em Minas Gerais: Os planos poligonais." In: *Portugal, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Portugal/ Brasil- Brasil/ Portugal: Duas faces de uma realidade artística*. Lisboa, 2000.

MOURA, Carlos Francisco. "Apontamentos para o dicionário de artistas plásticos, artífices e construtores em Mato Grosso nos séc. XVIII e XIX." In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte, n.12, 1992.

NEVES, Sônia Aroeira. "A catedral de salvador. Um estudo sobre a arquitetura maneirista luso-brasileira". In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte, n. 17, 1993.

OLIVEIRA, Myriam Andrade de. "Plantas poligonais e curvilíneas no barroco brasileiro: Classificação tipológica." In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte, n. 17, 1993.

_____. "Barroco e rococó na arquitetura colonial mineira". In: *Revista do IAC*. Ouro Preto, 2 v, n. 1, 1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart. "Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil.": In: *Revista barroco*. Belo Horizonte, n. 15, 1992.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. "Alguns aspectos da arquitetura na segunda metade do século XVIII no Brasil." In: *Revista barroco*. Belo Horizonte, n. 7.

_____. "O barroco no Brasil. Análise da bibliografia crítica e colocação dos pontos de consenso e dúvida." In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 19, 1984.



FONTES DOCUMENTAIS

I - Arquivo Histórico Ultramarino - AHU (Lisboa)

Manuscritos:

- 1 - CARTA de D. José I ao provedor das capelas da cidade do Rio de Janeiro exigindo que a partir daquela data todas as Irmandades e Confrarias apresentassem termo de compromisso em 03 de Fevereiro de 1775.
- 2 - CARTA do (ouvidor geral de Goiás), desembargador Antônio José de Araújo e Sousa, ao rei (D. José), remetendo planta da nova cadeia de Vila Boa, que se encontra quase terminada e informando que nos arraiais de Pilar e Meia Ponte também estão construindo novas cadeias. Dezembro de 1781.
- 3 - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a criação dos bispados de São Paulo e Ribeirão do Carmo, no distrito do Rio de Janeiro, como também as prelazias de Goiás e Cuiabá do mesmo distrito; acerca das cõngruas que devem ter os bispos prebendados e capelães; os meios que se apontam para as despesas; os edifícios das catedrais e os lugares que devem ser fundadas.
cx. 3, D. 264
1745, abril, 10, Lisboa.
- 4 - DOCUMENTO de Lisboa, 10 de abril de 1745.
Recursos para a ereção da matriz.
- 5 - DOCUMENTO de Lisboa, 24 de novembro de 1750.
- 6 - DOCUMENTO de Vila Boa, 28 de Maio de 1760.
Código 250.
Estado da igreja Matriz de Vila Boa de Goiás.
- 7 - DOCUMENTO do juiz, vereadores e procurador da câmara, enviado ao Rei de Portugal, D. José I, atestando e certificando que não há em Vila Boa de Goiás, irmandade de Misericórdia exercendo as suas funções a das Almas.
Vila Boa e Câmara, maio de 1780.

- 8 - DOCUMENTO da Câmara de Vila Boa, 1781.
- 9 - OFÍCIO do Governador e capitão de Goiás), João Manuel de Melo, ao secretário de estado do governador (da marinha e ultra mar), Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o pedido do governador de Mato Grosso (Antônio Rolim de Moura), solicitando o envio de um oficial que tenha ciência militar, para a defesa contra castelhanos e informando ter enviando à capitania de Mato Grosso, o oficial Tomás de Sousa, o qual frequentou a Academia Militar do Rio de Janeiro 1766 agosto, 23, Vila Boa.
Cx. 22, D.1396
- 10- OFÍCIO do (governador e capitão de Goiás), João Manuel de Melo, ao sindicante, desembargador Manuel Fonseca Brandão, sobre a preocupação acerca de onde manter os prisioneiros os extesoureiros da fazenda real de Goiás, Guilherme José Pereira, Fernando José leal, Antônio de Barros Leitão e outro preso de sua comissão, por se estar construindo nova cadeia e se ter demolido a antiga.
1765, abril, 30, Vila Boa
Cx. 22, D. 1370.
- 11- OFÍCIO do (ouvidor geral de Goiás), desembargador Antônio José de Araújo e Sousa, ao (secretário de estado da marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado), sobre a conclusão da obra da cadeia de Vila Boa de Goiás; a formação de uma bandeira contra as hostilidades dos índios Caiapós; a união do (tesoureiro da intendência de São Félix), Diogo de Gouveia Osório e Castro, o vigário da vara e um franciscano residente em São Félix, que se juntaram para a destruição de muitos através de enredos; e solicitando voltar ao Reino.
Cx. 22, D. 1384.
Dezembro de 1781, Vila Boa.
- 12- PARECER do Conselho Ultramarino de 1731. Sobre a nomeação de pessoa para o posto de mestre de campo das Minas de Goiás. Cx. 1, D 2.
- 13- PATENTE de Joaquim Pereira de Velasco Molina de que é coronel o mesmo Governador; no qual o posto o promoveu Luiz da Cunha Menezes, sendo governador de Goiás, em 1789.
- 14 - PATENTE de Joaquim Pereira de Velasco Molina e confirmação de seu cargo de mestre de campo e comandante do primeiro regimento de cavalaria auxiliar da Capitania de Goiás, em 1789.
- 15 - PROVISÕES do governo de D. José I, rei de Portugal, para notificar todas irmandades e confrarias para confirmarem seus compromissos.
- 16 - PROVISÃO de 1782. Sobre a Irmandade do Glorioso S. Miguel Archanjo e Almas.
- 17 - PROVISÃO de Confirmação de Compromisso das Irmandades, 1775.
- 18 - PROVISÃO de 1767. Sobre as Irmandades.
- 19 - Sobre a inexistência de uma Irmandade de Misericórdia. 1781.
- 20 - Sobre a Matriz de Santana, 28 de maio de 1760, códice 250.
- 1.1 - Seção de iconografia:
 - 1.1.1 - Projeto para a Matriz de Traíras.
 - 1.1.2 - Planta Básica de Vila Boa, Goiás, 1782.
 - 1.1.3 - Planta de Vila Boa mostrando o realinhamento, antes de 1782.

II – Arquivo Frei Simão Dorvi - (Cidade de Goiás)

Manuscritos:

- 1 - ATAS da Câmara de Vila Boa de Goiás, 1741, 1755.
- 2 - AUTO de Demarcação de Vila Boa de Goiás, Lisboa 11 de fevereiro de 1736.
- 3 - AUTO de Demarcação - Igreja Santa Bárbara, 1775.
- 4 - AUTO de Arbitramento feito nas obras da igreja da matriz de Vila Boa, sobre a despesa de que necessita, para ficar coberta de telhas, com chaves nas portas, em Vila Boa de Goiás e declaração da despesa para a fatura da capela mor, 1744.
- 5 - CARTA do Conselho Ultramarino ao governador de São Paulo, notificando o envio da planta da Matriz de Vila Boa de Goiás, em 6 de abril de 1745.
- 6 - CARTA do governador da capitania de São Paulo à câmara de Vila Boa de Goiás, enviando a planta da igreja da Matriz, 1745.
- 7 - CARTA da câmara de Vila Boa de Goiás ao governador de São Paulo, notificando que a igreja da matriz já se acha em construção conforme o projeto e risco anteriores e que a mesma já se acha em fase adiantada, em 26 de abril de 1745.
- 8 - CARTA- Registro do Autto (...) e cappitulos de Correyção que deixou nesta Camara no prezente anno de 1745.
- 9 - CARTA - Registro de uma carta que este senado o Dr. Procurador da Fazenda Real, Sebastião Mendes de carvalho, a respeito das sobras dos Caiapós, contribuição que este povo fez e mandou entregar ao tesoureiro da obra das obras da igreja da matriz desta vila, com segunda cópia da ordem real, em 28 de maio de 1746.
- 10 - CARTA de 12 de Janeiro de 1750.
Dar conta do projeto em que se propõe abrir caminho que vem da cidade de São Paulo e Vila de Santos até Vila Boa de Goiás e desta até Cuiabá.
Doc. Avulsos de n. 27 e 29
- 11 - DOCUMENTO DA CÂMARA de 26 de maio de 1742. Doc. avulso.
- 12 - DOCUMENTO DA CÂMARA de 30 de março de 1746. Doc. avulso.
- 13 - LIVRO Y-A, cartório do primeiro ofício, Vila Boa 1792/1799.
Escritura de doação, que faz Francisco do Prado de hum escravo por nome de Manuel Cabrinha à irmandade do Santíssimo Sacramento.
- 14 - LIVRO- L.P.H. n.º 021. Compra de material para obras públicas, 1792.
Compra de materiais e serviços das obras públicas, em Vila Boa de Goiás em 1782/1810.
- 15 - LIVRO de Compromisso da Irmandade do SS. Sacramento da Matriz da Senhora S.ta Anna da Villa Boa de Goyaz.
- 16 - LIVRO de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Goyaz.
- 17 - LIVRO 043.
- 18 - LIVRO 192, n.042, 1724 a 1762.
- 19 - LIVRO Letra P, N.015. Sobre a Irmandade Nossa Senhora da Lapa, 1773.
- 20 - Procuração Rela de D. Maria I para se instalar a Irmandade do Santo Sepulcro em Vila Boa de Goiás, 1790.
- 21 - PROVISÃO de 1778 do Conselho Ultramarino.
- 22 - TERMO DE CORREIÇÃO GERAL - 27 de maio de 1780. Doc. Avulso.

- 23 - TERMO DE MEZA de Nossa Senhora do Rosário de 1759. Doc.avulso
 24 - TERMO DE VEREANÇA 1780, 1789, 1792, 1793.
 25 - Sem título. Documento avulso de 1739.
 26 - Sem título. Documento avulso de 12 julho de 1752.
 27 - Sem título. Documentos avulsos, fl. 106, 107.
 28 - Sem título. Documento avulso fls 84 V, do V. N. 413.
 29 - Sem título. Documento sobre Bento José de Souza, 1782.
 30 - Sem título. Documento sobre a Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1742.
 31 - Sem título. Pedido de concessão à câmara para o procedimento de arruação de uma área frente a uma igreja, já existente, de Vila Boa de Goiás, em 19 de dezembro de 1739.

III. Arquivo da Torre do Tombo. (Lisboa)

- 1 - DECRETO N. 463. Catálogo dos decretos do Extinto Conselho de Guerra. V. III, 220 B.

IV. Arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Manuscritos:

- 1 - Offício N.348. Sobre o Jardim Botânico. Palácio de Queluz em 31 de julho de 1799. D. Rodrigo de Souza Coutinho. Guias de Comunicações, I, 28, 33.
 2 - SOUZA, Silva e. Memória sobre o Descobrimento. Governo, População e Couzas mais notáveis da Capitania de Goyas. Manuscrito, códice 9-2-10.
 3 - Doc. Luís da Cunha Menezes de 16 de outubro de 1768.

V. Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade (São Paulo).

Acervo de obras raras:

- 1 - Constituição do Arcebispado da Bahia.
 2 - XAVIER, Joaquim C. Perspectivas de Vila Boa de Goiás. MSS, d, 26.
 3 - ENDER, Thomás. Gravura da Cidade de Goiás. Vila Boa, álbum Atlas de gravuras para viagem de POHL. 13, f. 5.

VI. Arquivo Público do Estado de Goiás

Manuscritos:

- 1 - Cartas Régias- Patentes Régias 1799-1803, Cx.132
 2 - Documentos avulsos da tesouraria Geral de 17714 1755. Cx. 0003.

VII. Arquivo do Cento de Pesquisa Histórica Instituto D. Fernando (Goiânia, UCG).

- 1 - Sobre o Engenheiro militar Tomás de Souza. Sem catalogação. AU- 59,1396,1617.
 2 - Sobre o padre Salvador dos Santos Batista. Sem catalogação. AU-2217.
 3 - Sobre as Irmandades. Sem catalogação. AU-370, 823, 824, 858, 1307, 1467, 2030, 2300, 2334, 2381.

VIII. Arquivo do SPHAN - Brasília.

- 1 - Levantamento arquitetônico.

LISTA DE FIGURAS

1. Imagem da antiga Vila Boa de Goiás.	32
2. XAVIER, Joaquim C. Perspectivas de Vila Boa de Goiás.	32
3. Ruas e localização das igrejas setecentistas de Vila Boa de Goiás.	36
4. Detalhe dos largos da Matriz e do Rosário.	38
5. Prospecto de 1751 de Vila Boa de Goiás.	39
6. Prospecto de 1751 de Vila Boa de Goiás.	40
7. Prospecto de 1751 de Vila Boa de Goiás.	41
8. Largo do Chafariz.	45
9. Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa de Goiás.	46
10. Projeto original da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa de Goiás.	46
11. Proposta de realinhamento do tecido urbano de Vila Boa, aproximadamente 1782.	47
12. Plano de expansão de Vila Boa de Goiás, 1782.	48
13. Vista da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.	51
14. Desenhos da antiga Matriz de Trafas.	82
15. Risco realizado por Frei Galvão em uma parede do mosteiro - São Paulo.	83
16. Desenho original (1747) da reforma da Sé velha de São Paulo.	83
17. Desenhos para o Palácio de São Paulo.	83
18. Desenho, em alçado, do portal de entrada do Forte Príncipe da Beira em Rondônia. Original: Casa da Insua.	84
19. Desenho da Matriz de Santana feito por William John Burchell.	85
20. Detalhe do frontispício da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.	87
21. Detalhe na fachada lateral da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.	87
22. Igreja da Boa Morte.	88
23. Igreja Nossa Senhora do Carmo.	88
24. Igreja Nossa Senhora da Abadia.	90
25. Altar-mor da Igreja Nossa Senhora da Abadia.	90
26. Detalhes, exterior e interior, da Igreja Nossa Senhora da Abadia.	90
27. Igreja São Francisco de Paula.	91
28. Igreja de Santa Bárbara.	91
29. Planos retangulares e elípticos de igrejas portuguesas e brasileiras.	99
30. Igreja da aldeia Kopay (norte do Ceilão), início do século XVII.	101
31. Igreja de Nossa Senhora da Graça, Olinda.	101
32. Capela de Padre Faria, em Ouro Preto.	102
33. Reconstituição parcial da Matriz de Santana a partir de um documento do século XIX, citado na nota 43 da pág. 45.	103
34. Igreja de Nossa Senhora do Rosário.	104
35. Igreja Nossa Senhora do Rosário.	104
36. Planta do primeiro e segundo pavimentos da Igreja São Francisco de Paula.	106
37. Planta do primeiro e segundo pavimentos da Igreja Nossa Senhora da Abadia.	106
38. Planta da Igreja de Santa Bárbara.	107
39. Planta baixa do primeiro e segundo pavimentos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, Rio de Janeiro.	111
40. Planta baixa do primeiro e segundo pavimentos da Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, Rio de Janeiro.	112
41. Planta baixa do primeiro e segundo pavimentos da Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Rio de Janeiro.	112
42. Fachada e interior da Igreja de Taubaté em São Paulo.	113
43. Planta esquemática da Igreja da Ordem 3a da Penitência de São Francisco, São Paulo.	114
44. Planta esquemática da Igreja do Convento da Luz, São Paulo.	114
45. Planta do primeiro e segundo pavimentos da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.	114
46. Cortes lateral e frontal da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.	115
47. Corte da Igreja Nossa Senhora do Carmo.	116